

VI ENCONTRO DE ESTUDOS DOS ESTADOS UNIDOS

Niterói, 11-13 set. 2019

Universidade Federal Fluminense

ANAIIS



U.S. Embassy
and Consulates
in Brazil



VI ENCONTRO DE ESTUDOS DOS ESTADOS UNIDOS

ANAIIS

Organização:

Marco de Almeida Fornaciari

Niterói

2020

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

E56 Encontro de estudos dos Estados Unidos (6. : 2019 : Niterói, RJ)
 Anais do VI Encontro de estudos dos Estados Unidos, 11-13 de
 setembro de 2019, Niterói, RJ [recurso eletrônico] / organizado por
 Marco de Almeida Fornaciari. – Niterói: UFF, 2020.
 124 p. : il.

Disponível em: [Http://historiadoseua.uff.br/](http://historiadoseua.uff.br/)

Realização: Programa de Pós-Graduação em História .
Universidade Federal Fluminense e Rede de Estudos dos Estados
Unidos.

Inclui bibliografia.

1. História dos Estados Unidos. 2. Congresso. 3. Cultura
americana. 4. Estados Unidos. I. Fornaciari, Marco de Almeida. II.
Título.

CDD 973

Bibliotecário: Angela A. de Insfrán CRB7/2318

REITOR

Antonio Cláudio Lucas da Nóbrega

VICE-REITOR

Fabio Barboza Passos

PRÓ-REITOR DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

Andrea Brito Latge

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

Cresus Vinicius Depes de Gouvêa

REALIZAÇÃO:

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense

Rede de Estudos dos Estados Unidos

APOIO:

Consulado Geral dos EUA no Rio de Janeiro

Laboratório de História Econômico-Social / UFF (POLIS)

Laboratório de Pesquisa e Documentação em História Econômica e Social / UFF-Campos
(LAPEDHE)

COMISSÃO ORGANIZADORA

Presidente: Prof. Dr. Flávio Limoncic (Unirio)

Prof. Dr. Roberto Moll Neto (UFF-Campos)

Prof.^a Dr.^a Tatiana Poggi de Figueiredo (UFF)

Ms. Marco de Almeida Fornaciari (PUC-Rio)

COMISSÃO CIENTÍFICA

Prof. Dr. Flávio Limoncic (Unirio)

Prof. Dr. Francisco Cesar Alves Ferraz (UEL)

Prof. Dr. Roberto Moll Neto (UFF-Campos)

Prof.^a Dr.^a Tatiana Poggi de Figueiredo (UFF)

Ms. Marco de Almeida Fornaciari (PUC-Rio)

SUMÁRIO

A CRIAÇÃO DA IDEIA DE JUVENTUDE E O SURGIMENTO DO ROCK NOS EUA

AFONSO, Luís Fellipe F. 5

HÁ SANGUE NA TERRA ONDE O SOL SE PÕE: NARRATIVAS SOBRE TWO-SPIRITS

BORGES, Dandriel Henrique da Silva..... 18

O FBI DE JOHN EDGAR HOOVER: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

FARIA, João Paulo Martins 39

A RUPTURA DAS ESQUERDAS NORTE-AMERICANAS NOS LONGOS ANOS 1960: O CONFLITO ENTRE A LID E O SDS

FARIAS, Raphael Barreiros de 57

WILLIAM L. LAURENCE E A CONSTRUÇÃO DA ERA ATÔMICA

HEIN, Leslie Lothar Cavalcanti 72

A *NEW ENGLAND CICERO*? A FORMAÇÃO INTELECTUAL DE JOHN ADAMS E SUA RELAÇÃO COM O PENSAMENTO CLÁSSICO GREGO E ROMANO

MORGUETTI NETO, Julio 89

***DUCK AND COVER* (1952): APRENDENDO A SOBREVIVER NA GUERRA FRIA E NA ERA ATÔMICA**

ROLIM, Tácito Thadeu Leite 105

LITERATURA E POBREZA NOS ANOS 30: UMA LEITURA DE *PERGUNTE AO PÓ*, DE JOHN FANTE

SANTOS, Lucas Amorim dos 114

A CRIAÇÃO DA IDEIA DE JUVENTUDE E O SURGIMENTO DO ROCK NOS EUA

Luís Fellipe F. Afonso

Doutorando em História Comparada

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

lfafogo@yahoo.com.br

A ideia de rock está intimamente ligada à juventude, não sendo possível falar sobre um sem explicar a outra. O rock se apresenta como o grande grito geracional que separa o mundo jovem do adulto. Ouvir as bandas e cantar suas músicas deixa de ser apenas uma questão de gosto e se mostra como uma forma do jovem se impor nos espaços, sejam eles públicos ou particulares.

Neste artigo, pretendo discutir como o rock surge como um grito geracional jovem, durante a década de 1950 nos EUA, mostrando como, desde o surgimento tanto do gênero musical quanto da definição que temos hoje de juventude, ambos estão interligados.

Pensando as juventudes

Às vezes reduzido à condição de crítica às instituições políticas, o rock possui um forte caráter questionador à moral adulta e ao cenário social, além de ser um elemento agregador das identidades jovens. Esse tipo de música tornou-se assim a principal forma de comunicação contestadora da juventude. Mas, afinal, quem são esses jovens?

A adolescência é um período historicamente recente na humanidade. Segundo Phillipe Ariès, enquanto a separação entre o mundo infantil e o adulto se deu no século XVII (ARIÈS, 1981, p. 46), é somente no século XX que ela se encontra como uma etapa socialmente distinguível.

Entretanto, o estudo da juventude é relativamente antigo nas Ciências Humanas, especialmente na antropologia, datando da virada do século XIX para o XX, quando diversos autores começam a notar um tipo de comportamento "anormal" entre alguns grupos considerados delinquentes, excêntricos ou contestadores. Tais grupos buscavam uma maior autonomia dos valores instituídos nas gerações precedentes. Notamos então que, dentro da academia, já havia uma percepção do surgimento dessa etapa da vida, problematizando-a antes que ela fosse aceita e distinguida socialmente.

Para Simon Frith, devemos atentar para a diferença existente entre os termos “adolescente” (*teenager*) e “jovem” (*young*). Estes surgem com características sociais distintas, apesar de

atualmente terem um significado parecido. Frith defende que, até a primeira metade do século XX, se usava o termo “adolescente” para falar de uma juventude ligada à classe operária, enquanto o termo “jovem” é proveniente da segunda metade desse século, referindo-se, principalmente, ao jovem de classe média. (FRITH, 1980)

A “adolescência” era vista como o período no qual o jovem deixava o colégio até se casar ou completar 25 anos. Seu mundo era o dos bares e clubes de jazz, onde os indivíduos possuíam a estética da classe trabalhadora. Seus pesquisadores se focam na questão da rebeldia e da delinquência, enquanto os meios de comunicação de massa pregavam contra sua violência e seus atos sexualizados.

Ganham destaque nas décadas de 1920 e 1930 os trabalhos produzidos pela Escola de Chicago¹, que constituem os primeiros e mais importantes tratados sociológicos sobre a juventude. Esses pesquisadores questionam os problemas sociais surgidos com o crescimento das metrópoles, levando à criação de gangues entre os homens jovens dos bairros imigrantes, os quais viviam a maior parte de seu tempo na rua, ou seja, fora dos espaços institucionais aceitos como sociais, desenvolvendo um comportamento que fugia às normas daquela sociedade. (ABRAMO, 1994, p. 10)

Já para o segundo caso, Frith defende que a ideia de juventude se altera, passando a ser “um conceito ideológico; refletia que os garotos de classe média adotaram de modo deliberativo os valores das classes mais baixas... e desse modo decidiam conscientemente opor-se aos valores de seus pais.” (FRITH, 1980, p. 28) A partir dessas atitudes, o conceito de “adolescente” muda de sentido, passando a representar uma nova classe social, o jovem. É nessa época que também surge o termo “cultura jovem”, associada com o movimento estudantil e a contracultura.

É interessante notar como a mudança desse conceito se relaciona ao tempo histórico-social. A partir da década de 1950, devido às mudanças pelas quais estavam se alterando as estruturas sociais dos EUA², o conceito de juventude e adolescência se tornam similares e adquirem um estatuto legal e social, passando a ser considerados uma etapa da vida diferente da infância e do mundo adulto. Essas mudanças levaram a diferentes abordagens sobre o jovem, que deixa de ser um indivíduo passivo e marginalizado, para ser um importante ator social e político.

Outro fator importante é o deslocamento da noção sobre o jovem. Enquanto que no início do século XX os estudiosos consideravam o adolescente pertencente às classes trabalhadoras e imigrantes, ele era posto como um sujeito a ser domado pela sociedade, cujo universo estava ligado à violência e à boêmia. Na segunda metade desse século, o jovem muda: agora é o branco de classe

¹ Dentre esses autores, podemos citar as obras de Frederick Thrasher (*The gang: a study of gangs in Chicago*), William Foote White (*Sociedade de esquina*) e Cliffford Shaw (*The Jack-rolle*).

² Vou discutir tais mudanças mais à frente, quando for analisar o surgimento do rock.

média, que readapta os valores dos excluídos socialmente, deixando de ser considerado um sujeito que deve ser moldado pela sociedade para ser o moldador.

Desse modo, o conceito de juventude é visto a partir de duas grandes tendências, com uma alternância entre elas. O maior diferencial entre as duas tendências é que, enquanto a primeira considera a juventude como uma ideia generalizante, a outra preza pela especificidade das experiências juvenis. (CARDOSO; SAMPAIO, 1995, p. 14)

A primeira visão ganha forças em períodos marcados por momentos onde a juventude tem um papel de destaque como articuladora política – por exemplo, as manifestações durante a década de 1960 –, tendendo a trabalhar com uma ideia abstrata e genérica de juventude. Um dos seus principais expoentes é Karl Mannheim, que defende a noção de jovem como uma categoria que possui uma tendência a se mobilizar para processos de mudanças sociais, já que “é nessa fase que o indivíduo é introduzido na vida pública e se confronta, pela primeira vez, com os valores aí em circulação”. (ABRAMO, 1995, p. 19) Ao mesmo tempo, Mannheim alerta que essa mobilização nem sempre é para movimentos progressistas: “quando eu era jovem a crença corrente era de que a juventude é progressista por natureza. Desde então, isso revelou-se falacioso, pois aprendemos que movimentos reacionários ou conservadores também podem criar movimentos de juventude”. (Mannheim, 1980, p. 51)

A dinâmica geracional é crucial para que haja essa mobilização. Entretanto, tais autores vão contra a ideia de que essa dinâmica era um elemento quase natural, como defendiam os primeiros estudos sobre a juventude. Esta passa a ser considerada como uma característica móvel, ao ser construída histórica e culturalmente. Mannheim chega a defender uma descontinuidade das gerações como um fator social básico, mesmo que não sendo total.

A segunda ideia pensa a juventude a partir de segmentos de grupos sociais mais amplos. Os jovens são formados a partir de suas experiências de vida e relações com o meio em que habitam, não podendo mais ser considerados como um grupo social unificado. Bourdieu, um dos principais defensores dessa visão, acredita que os jovens são diferentes entre si, havendo várias juventudes convivendo juntas. (BOURDIEU, 1983, p. 113)

Tal ideia defende a visão de que os jovens são sujeitos sociais que pertencem a um universo descontínuo e repleto de trocas e negociações entre a sociedade vigente e sua própria cultura. A identidade da juventude muda de pessoa para pessoa, estando ligada às questões sociais, econômicas, políticas e regionais.

É a partir dessa ideia sobre juventude que se baseia meu estudo. A cultura jovem passa a ser constituída por diversas identidades que interagem entre si, de forma pacífica ou entrando em choque. Com isso, para entendermos a demanda dos jovens, devemos analisar quem são eles, partindo de todo o ambiente social em que estão inseridos e suas relações com outros grupos.

O novo jovem

Como dito anteriormente, a ideia atual de juventude surge na década de 1950 nos EUA. Passando por diversas mudanças sociais e um período de crescimento econômico, o país se torna o local onde a vida jovem perde a ligação com a marginalidade e ganha um status social a partir de sua interferência na cultura. Mas quais as condições que levaram os jovens norte-americanos a obterem um status social?

Os EUA saem da Segunda Guerra (1939-1945) como os grandes vencedores. Por causa do conflito este passou a ser credor de uma devastada Europa, afinal, as batalhas deixaram marcas de destruição nas suas cidades, afetando a indústria e a economia local. Além disso, as exportações de produtos norte-americanos para a Europa foram alavancadas. Com o maior giro de mercadorias industrializadas, houve a redução de seus preços nos EUA, proporcionando, no momento do pós-guerra, uma grande aquisição de bens de consumos duráveis (como televisões, toca-discos e automóveis) pelo mercado interno.

Os jovens soldados retornaram da guerra com a ideia de constituírem uma família – considerada a “pedra fundamental” da sociedade americana (FONER, 1999, p. 230) –, acarretando o chamado *Baby Boom*. Tal fenômeno foi o grande crescimento demográfico nos EUA no final da década de 1940, decorrente da grande quantidade de nascimentos nesse período. Há uma alteração da estrutura familiar.

A família estendida, com vários membros morando numa mesma casa, é deixada de lado pela classe média, dando lugar à nuclear, formada somente por pais e filhos. Tal reestruturação também exigiu um novo espaço privado de convivência familiar.

Assim, a classe média norte-americana deixa os centros das cidades e migra para os subúrbios, afastando-se dos centros de produção e da identidade operária. Para Medovoi, esse movimento cria um “novo subúrbio”, que não deve ser visto apenas como um fenômeno geográfico, “mas um aparato ideológico primário da Guerra Fria” (MEDOVOI, 2005, p. 19, tradução minha). A casa suburbana é o local onde o branco norte-americano, participante de uma nação liberal, se defende das ideias

comunistas. Ela é a utopia do *American way of life*; o ápice da liberdade no país, onde cada um pode encontrar a satisfação individual através da liberdade de consumo. Com isso, as relações sociais dessa nova sociedade mudam. Enquanto nas grandes cidades havia relações entre etnias diferentes, no subúrbio há a predominância de brancos, com a exclusão de latinos, asiáticos e negros.

É nos subúrbios onde a juventude cresce e estabelece suas relações sociais. “Não menos que 83 por cento do crescimento populacional total dos Estados Unidos durante a década de 1950 ocorreu nos subúrbios, que cresciam quinze vezes mais rápido que qualquer outro segmento do país.” (JONES apud MEDOVOI, 2005, p. 17, tradução minha) Nesse ambiente de crescimento econômico e com novas estruturas sociais, a vida do adolescente se altera.

Pela primeira vez, muitos jovens não precisam trabalhar para complementar a renda familiar (FRIEDLANDER, 2006, p. 38), levando à emergência de uma cultura jovem ligada ao tempo livre e o lazer. Tal cultura engloba novas atividades e espaços de diversões, além de um novo padrão de comportamento juvenil que se choca com as normas das instituições vigentes – escola, família, igreja – e seus representantes. Valorizava-se o prazer e o consumo como fontes de felicidades imediatas.

É necessário recordar de um fator muito importante sobre essa questão geracional: por mais que o jovem queira e lute por uma ruptura entre sua geração e a de seus pais, essa cisão nunca é total. Os jovens constituem um universo social de constante mudança e descontinuidade, cujas características são resultado de uma negociação entre sua categoria sociocultural e os esquemas sociais vigentes. (CRUZ, 2000, p. 50)

Nesses locais de interação dos jovens, há a formação de grupos que possuem gostos em comum. Dentro desses grupos, esses jovens vão ter uma liberdade de desabafar sobre seus problemas e discutir suas relações familiares, principalmente o choque ideológico com os mais velhos. A cultura jovem – principalmente através da música – é a “cola social” que une as identidades individuais, transformando-as em coletivas. Para um adolescente, isso é de extrema importância, visto que ele passa por um momento da vida onde está se definindo dentro da sociedade.

Notando esse novo nicho, que busca diversão e produtos diferenciados para consumirem, o mercado cultural e da publicidade passa a atender diretamente esses grupos com itens “essenciais” – tais como roupas, cosméticos, *fast foods* e carros. “Os adolescentes demonstram ser um grupo de consumo extremamente maleável, gastando seu dinheiro de forma previsível.” (FRIEDLANDER, 2006, p. 38)

O mercado jovem aumentava a cada ano. Em 1964, a juventude era responsável por gastar

algo em torno de US\$ 12 bilhões por ano e, contando que seus pais estavam gastando neles, o mercado total estava batendo US\$ 25 bilhões... [Consumiram] 55 por cento de todas as vendas de refrigerantes, 53 por cento de todas as entradas de cinema, 43 por cento de todos os discos vendidos. Eles adquiriram 10 milhões de toca-discos e gastaram US\$ 100 milhões por ano em álbuns antes que a indústria tivesse seus maiores anos. (JONES apud MEDOVOI, 2005, p. 36, tradução minha)

Mesmo com toda essa gama de expansão que a cultura jovem teve dentro da Indústria Cultural, foi em duas mídias onde ela obteve suas principais formas de expressão, que perduram até hoje: o cinema e a música.

Ir ao cinema não implica apenas em assistir um filme: nele o jovem encontra um espaço de interação com outros adolescentes, havendo a troca de experiências a partir do gosto por um determinado filme ou ator. Durante os filmes ocorrem relações amorosas entre alguns jovens, iniciando-se sua experiência sexual.

No cinema, a imagem do *Bad Boy*, o garoto rebelde que andava de moto, usava jaqueta de couro e não respeitava as leis, torna-se um símbolo sexual para as adolescentes. Esses *Bad Boys* também eram associados ao gangster hollywoodiano, em contraste com os “bons moços” das gerações passadas. Era um fenômeno interessante, já que, a partir dele, notamos que havia algo a mais por trás daquela revolta juvenil. Havia um movimento contínuo e inconsciente da juventude, que começava a se emancipar e ganhar uma voz, algo que não ocorria nas gerações anteriores.

O principal ator que marca essa geração é James Dean, personificando a imagem final do *Bad Boy* no filme “Juventude Transviada”³ – cuja personagem tinha como lema “viva rápido, morra jovem e deixe um lindo corpo” – em sua vida pessoal ao morrer jovem num acidente de carro. Outros atores jovens, como Elvis Presley e Marlon Brando, também protagonizaram filmes onde faziam esse tipo de personagem, mas nenhum deles alcançou a mística de Dean.

A rebeldia do *Bad Boy* era um modo do jovem se afastar da vida doméstica, do casamento e dos filhos, tal como era a vida de seus pais; era uma fuga do mundo adulto, através da sensação de liberdade proporcionada pela juventude. Para quebrar esse paradigma de gerações, afastando-se de seu pai, o rebelde procura uma imagem feminina que se contraponha a sua mãe.⁴ (MEDOVOI, 2005, p. 266)

Nos filmes, a garota escolhida pelo rebelde tem a função de ministrar seus conflitos internos, mostrando que o *Bad Boy* estava construindo sua identidade masculina. Sua função não é domesticar

³ *Rebel without a cause*, no original (1955).

⁴ Vemos essa relação, por exemplo, nos filmes *Rebel without a cause* (1955), *King Creole* (1958) e *Take a giant step* (1959).

a rebeldia, mas acompanhar o jovem em sua busca por uma nova alternativa de vida. A garota tinha um papel de complementar a crise de gerações apresentada no filme. (MEDOVOI, 2005, p. 266)

Houve também a realização de filmes, com relativo sucesso, apresentando a mulher como a figura rebelde.⁵ Nesses casos, a rebeldia era expressa a partir de uma sexualidade precoce ou assumindo características masculinas. Em ambas as situações, suas atitudes estavam ligadas ao confronto com a imagem paterna, mostrando que o confronto geracional não era algo exclusivo do homem, mas uma característica vital de várias identidades jovens.

A indústria do cinema se reformula para atender o mercado jovem, mudam-se as temáticas dos filmes, proporcionando uma relação de identidade entre o personagem e o público. A partir da década de 1950, a indústria cinematográfica investe nos *drive-ins* como forma de atrair mais público para seus filmes, havendo uma integração entre a sua forma de distribuição com as outras indústrias que focam a juventude como principal consumidor.

O *Drive-in* era mais barato de ser construído do que os cinemas convencionais, necessitando apenas de um terreno vazio, com espaço para a tela e um estacionamento. Crescendo junto aos novos subúrbios, a indústria automobilística e possuindo, em alguns casos, um sistema de lanchonetes baseado nas redes de *fast foods*, esses estabelecimentos atraíam os jovens ao absorver e reproduzir seus gostos, seja pela demanda consumista ou pelos temas de seus filmes.

O cinema também se tornou a porta de entrada para o gênero musical que até hoje é associado à juventude, o rock. O filme “Sementes da Violência”⁶, que chegou a ser visto como ousado na época de seu lançamento ao mostrar os conflitos entre professores (geração anterior) e os alunos (geração atual) com um forte simbolismo, trouxe o primeiro grande sucesso do rock, a música *Rock around the clock*, tocada pela banda *Bill Haley and his comets*.

Rock e juventude na década de 1950

O rock foi o primeiro gênero que fez a ligação entre música e cultura jovem, sendo até hoje o considerado maior representante desta. Os jovens sempre tiveram ídolos musicais, porém adultos; pessoas mais velhas que não viviam as mesmas experiências que eles, como Frank Sinatra. A grande novidade do rock é que os cantores possuíam a mesma idade dos ouvintes jovens, cantando situações pela qual passavam tais ouvintes. Mais do que um estilo musical, o rock se transformou numa atitude

⁵ *Girl's town* (1959), *Imitation of life* (1959), *Gigide* (1959), entre outros.

⁶ *The Blackboard Jungle*, no original (1955).

e meio de autodefinição; num estilo de vida e pensamento para o jovem, sendo sua principal forma de integração no mundo. É a partir dele que os jovens conseguem vincular suas mensagens através das mídias e espaços conquistados.

Em sua pesquisa com diversos adolescentes entre 14 e 18 anos que frequentavam um colégio em Yorkshire, Frith provou que o adolescente tem o estilo no qual se define como reflexo da sua necessidade de pertencer a um local, formando assim sua identidade individual. Buscando completar tal identidade, o jovem é levado a interagir com outros adolescentes que também possuem gostos em comum. A música, sendo a mais latente expressão do estilo adotado, é um meio de definição entre os grupos juvenis, sendo utilizada como forma de se impor num local, além de também ser uma fonte de status entre os membros. (FRITH, 1980) Na maioria dos casos estudados por Frith, o estilo musical escolhido como “cola social” era o rock ou seus subgêneros. “Uma experiência básica do rock era comum a esses jovens, independentemente de sua classe social ou formação acadêmica”. (FRITH, 1980, p. 51, tradução minha)

Através da experiência de Frith, podemos constatar que, por mais que o rock gere uma coletividade a partir de gostos musicais similares, a escolha das bandas e das músicas favoritas é individual: o jovem ouvinte cria sua identidade própria a partir de um estilo que ele adota para si. O rock deve ser visto, então, como um agregador de identidades individuais, tornando-as coletivas a partir de sua socialização (shows, festas, trocas de discos, entre outros). A partir dessa coletivização de identidades diferentes⁷, podemos entender como o rock foi adotado para ser a principal voz da juventude.

O rock apresenta características de três estilos musicais norte-americanos, dois negros e um branco. Por causa disso, devemos considerá-lo como um gênero mestiço.

Do blues urbano, proporcionado pela intensa migração negra no pós-Segunda Guerra para os centros industriais do Norte, as bandas de rock adaptaram o formato de conjunto, o canto na primeira pessoa e as temáticas. Da música gospel, de onde inspiraram os gestos corporais, e da música country, de onde pegou alguns temas, a “batida”, sendo que a ligação com o country também foi fundamental para serem aceitos na comunidade branca. O rock é um ritmo híbrido com uma forte essência negra.

O rock é adotado por uma geração que começa a questionar a cultura dominante. A música proporcionava ao público uma forma excitante de extravasar suas emoções. Nesse primeiro momento, as músicas citam o cotidiano dos jovens; falavam de namoro, carros, amigos, saídas, posteriormente

⁷ Por mais que tenham diversos pontos em comum com outras, toda identidade individual é única.

de drogas etc. Logo, não havia um caráter político ligado a crítica às instituições, as contestações são apenas morais.

O mundo do rock é “protegido” da influência dos valores dos pais e outras figuras adultas, sendo um espaço apenas da juventude. É um local onde a diversão e o romance reinam, o oposto do mundo adulto. Assim, através da música, o jovem alcança um momento de liberdade.

O rock possui uma forma de comunicação não-verbal – ritmo e linguagem corporal – tão importante quanto a verbal. Os cantores desenvolveram formas de performances no palco que deixavam a plateia enlouquecida. Tais coreografias tinham uma conotação sexual amplamente criticada pela moral conservadora dos EUA. “Os jovens reagiam emocionalmente à música, movendo seus corpos em vibrações que acompanhavam o movimento dos artistas”. (FRIEDLANDER, 2006, p. 46) Para eles, a dança era uma forma de desafiar essa moral e expressar sua sexualidade latente.

A temática do desejo estava presente nas letras. Jerry Lee Lewis constantemente cantava sobre o desejo como uma força incontrolável, enquanto Little Richard celebrava o “poder maníaco do desejo como diversão subversiva” (MEDOVOI, 2005, p. 113, tradução minha), afastando-se da expectativa de uma vida familiar.

Os primeiros sucessos do rock foram marcados pela predominância de músicos negros, excetuando-se apenas Bill Halley, com forte influência do blues e que abriu o caminho para o rock ser adotado pelos jovens. Posteriormente, teremos os grandes artistas brancos, influenciados mais pela música country, que consolidam o rock como um dos principais produtos da indústria de entretenimento norte-americana.

Com o aumento do poder econômico da população dos EUA na década de 1950, a televisão deixou de ser um artigo de luxo e passou a fazer parte da casa e da vida familiar da classe média, sendo seu principal centro de entretenimento. As grandes empresas deixam de investir nas rádios, que, com menos patrocínio, apostam em programas locais ou independentes, diminuindo seu custo. Esse fator auxiliou a audição das músicas dos artistas negros, já que, vivendo um período de segregação racial, estes acabavam não sendo devidamente valorizados e eram deixados de lado dos grandes meios de comunicações. O rock começa sua projeção lentamente, nas comunidades negras, até o lançamento do filme “Sementes da Violência”. A gravação de Bill Halley, *Rock around the clock*, em apenas oito semanas chega aos topos das paradas musicais, levando aos jovens da classe média a adotarem essa música como um hino de rebeldia.

Esse ritmo negro abriu a população jovem, branca e de classe média a um mundo de liberdades que eram vetadas por seus pais. O rock foi responsável por quebrar parte dessa barreira racial que

havia na sociedade americana. Entretanto, as condições de gravação ainda eram precárias e as grandes gravadoras não apoiavam os artistas negros, que acabavam lançando seus discos por selos independentes.

O estúdio era um quarto de fundos numa loja de móveis, como um quarto de motel comum, para a orquestra inteira. Havia um piano de cauda assim que você entrasse pela porta. Um microfone de pé captava o som dos saxofones de Alvin Tyler e Lee Allen. A bateria de Earl Palmer ficava do lado de fora, onde eu tinha um microfone também. O baixista do estúdio ficava do outro lado do quarto. ([Robert “Bumps”] BLACKWELL [produtor de Fats Domino] apud FRIEDLANDER, 2006, p. 49)

Por ser uma música negra e os EUA possuírem uma sociedade segregacionista e conservadora, o rock sofre diversas críticas de várias instituições. Os pais, influenciados por uma educação militar ou pelas estruturas hierárquicas dos locais de trabalho e da família, não gostavam do caráter espontâneo e sensual do rock. Por sua origem negra, a dança era vista como animalesca e as letras, como irracionais. Governantes, religiosos e educadores acusavam o ritmo de estimular os jovens a serem delinquentes, preguiçosos e indolentes já que diversas músicas falavam da ruptura de paradigmas hierárquicos das instituições conservadoras.

O rock se mostrou como um gênero musical que apresentava uma demanda por consumo imensa, por parte dos jovens, mas que tinha seu espaço na mídia reduzido devido a suas principais características. A solução pensada pela indústria musical foi "embranquecer" os artistas. Os cantores negros foram afastados, e substituídos por cantores brancos, pois eram mais aceitos pela sociedade.

Surge assim a segunda parte dessa geração, que adaptou as influências negras, ligando-as à música country, de origem branca, ao colocar as guitarras em primeiro plano. Esses cantores tiveram mais sucesso e ganharam mais dinheiro, afinal, eram aceitos por uma parcela maior da sociedade norte-americana graças à prática da indústria musical de transformar tanto a música quanto os músicos em mercadoria.

Nessa época, surge Elvis Presley, o “Rei do rock”, que consegue fazer a ponte entre os artistas negros e os brancos. Seu jeito sensual de dançar era uma cópia direta da tradição negra, a ponto de sofrer censura de alguns programas de televisão, que só o mostravam da cintura pra cima. Fundindo com habilidade elementos da música negra e branca, Elvis aproveita o preconceito racial da sociedade norte-americana, que impedia o negro de se tornar a grande faceta da música jovem voltada a classe média branca, e se torna o principal símbolo do rock. Presley consegue expandir o gênero para todos os cantos dos Estados Unidos, ajudando a consolidar o rock como música popular.

A influência da indústria musical no rock afastou-o da questão sexual e o aproximou do amor romântico, o que seria necessário para que houvesse um consumo maior. Friedlander defende que as grandes gravadoras e instituições conservadoras batalharam para que o ritmo fosse deixado de lado. Devido ao pouco poder de ação das grandes gravadoras sobre os artistas de rock e à visão negativa pelos conservadores, o ritmo tornou-se uma ameaça. (FRIEDLANDER, 2006, p. 105)

Todavia, o sucesso do rock é tamanho que ele é exportado para todos os países do mundo. Um que vai adaptá-lo e será responsável pela sua próxima mudança será a Inglaterra. Neste país, o rock entra pela região portuária, local onde há uma forte presença de jovens trabalhadores. De lá surgem bandas de destaques como os Beatles e os Rolling Stones, cujos álbuns e músicas costumam aparecer nas primeiras colocações nas relações de “melhores” por algumas mídias especializadas em música.⁸ A princípio suas músicas estavam ligadas ao universo juvenil sentimental, mas posteriormente adquirem um amadurecimento musical que os leva a ter uma visão de mundo mais ampla.

Durante a década de 1960, os EUA não conseguiram manter a estabilidade política que obtiveram na década anterior. A luta pela igualdade racial se intensifica, com o surgimento de diversos grupos com várias ideologias, que iam desde protestos pacíficos até o confronto físico, que acabam influenciando diversos outros movimentos raciais e de gênero.

A Guerra Fria, a batalha ideológica entre EUA (capitalismo) e a URSS (socialismo), se torna cada vez mais quente e o medo de um ataque nuclear se espalha pelo país. A influência política da União Soviética se intensifica, ficando bem próxima dos EUA com a chegada de Fidel Castro ao poder em Cuba.

Líderes e ídolos ligados à ideia de juventude morrem pelos efeitos das drogas ou são assassinados. John e Bob Kennedy, políticos ligados a ideias de reformas sociais, são mortos. Junto a isso, parte dos adolescentes da década de 1950 começa a frequentar a faculdade e toma conhecimento da organização de uma nova esquerda estudantil nos EUA e de diversos movimentos contestatórios. O jovem muda, junto com sua visão de mundo, e o rock acompanha essas mudanças.

O rock começa a sofrer uma forte mudança na metade da década de 1960, tornando-se mais politizado, ao mesmo tempo começa a flertar com as músicas folclóricas e regionais em diversas partes do mundo.⁹ As músicas passam questionar a discriminação racial, os problemas no mundo e pedem paz. Com isso, nota-se que sua renovação é mais estética e poética do que musical.

⁸ Como as revistas Rolling Stone e Billboard e o canal de TV VH1.

⁹ Nos EUA temos como grande representante Bob Dylan e, no Brasil, o movimento Tropicalista.

O jovem passa a ser o motor desses movimentos, tendo o ápice no Maio de 1968 Francês, quando diversos jovens tomaram as ruas de Paris para protestar contra a estrutura de suas faculdades. Esse movimento acabou se tornando a principal referência para os grupos contestadores jovens no decorrer da história, sendo lembrado como um movimento que fez uma revolução na estrutura de pensamento da sociedade.

Conclusão

Através de nossa análise, vimos que até a segunda metade do século XX a noção que se tinha de adolescência estava ligada a grupos marginais, que apresentavam um comportamento distante do aceito pela sociedade. Somente a partir de 1950, graças às mudanças estruturais sofridas pela sociedade norte-americana – decorrentes do crescimento econômico do pós-guerra –, a noção de ser jovem se altera, passando a ser uma importante divisão etária, sendo aceita até hoje. A partir daí uma nova cultura ganha força, ligada à ideia de ócio, lazer e consumismo.

Dentre essas novas formas de cultura, o rock ganha destaque: um ritmo musical feito por jovens e que falava diretamente sobre seu universo. As canções passam a reproduzir o universo jovem, com todas as suas questões, favorecendo um diálogo direto entre músico e ouvinte, que passa pelos mesmos problemas cantados. Também é a partir do rock que o jovem busca um lugar nos espaços públicos e privados daquela sociedade, sendo uma de suas principais armas contra a visão de mundo imposta pelos adultos.

O rock também acompanha as mudanças de questionamentos da juventude, se adaptando aos novos questionamentos juvenis e suas ideologias a partir dos seus subgêneros – punk, pop, grunge, psicodélico etc. Com isso o gênero se mantém ligado à ideia de juventude, sendo seu principal “grito geracional”, o que dificulta a realização de um estudo desse grupo social desassociado da análise da música rock que está sendo feita no período.

Referências bibliográficas

ABRAMO, Helena Wendel. **Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Scritta, 1994.

ARIÈS, Phillipe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

ALTSCHULER, Gleen C. **All shook up**: how rock 'n' roll changed America. Nova York: Oxford University Press, 2003.

BEEBE, Roger; FULLBTOOK, Denise; SAUNDERS, Ben (org.). **Rock over the Edge**: Transformations in popular music culture. Duke University Press, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRANDÃO, Antonio Carlos; DUARTE, Milton Fernandes. **Movimentos culturais da juventude**. São Paulo: Moderna, 2004.

CARDOSO, Ruth e SAMPAIO, Helena. **Bibliografia sobre juventude**. São Paulo: Edusp, 1995.

FONER, Eric. **The Story of American Freedom**. New York/London: W. W. Norton & Company, 1999.

FRIEDLANDER, Paul. **Rock and Roll**: Uma História Social. 4 ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

FRITH, Simon. **La Sociologia del Rock**. Madrid: Jucar, 1980.

MANNHEIM, Karl. **Diagnóstico de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

MEDOVOI, Leerom. **Rebels**: Youth and the Cold War origins of identity. Duke University Press, 2005.

REGUILLO CRUZ, Rossana. **Emergencias de culturas juveniles**. Estrategias del desencanto. Argentina: Norma, 2000.

HÁ SANGUE NA TERRA ONDE O SOL SE PÕE: NARRATIVAS SOBRE TWO-SPIRITS¹⁰

Dandriel Henrique da Silva Borges

Graduando em História

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

dandriel.henrique@gmail.com

Considerações iniciais

Esse artigo, assim como a apresentação oral que originou, são frutos do trabalho final das disciplinas de História da América II e História da América III, ministradas no semestre letivo de 2018.1, respectivamente, pelas professoras Doutoras Alessandra González de Carvalho Seixlack e Hevelly Ferreira Acruche, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Um primeiro artigo derivado dessa pesquisa foi publicado sob o título de *Two-spirits: da admiração ao escárnio* (BORGES, 2019), na revista de história e áreas correlatas chamada *Outrora*, dedicada à publicação de pesquisas de graduandos. No decorrer dessas páginas serão também desenvolvidos recortes dessa mesma pesquisa, com alguns acréscimos posteriores. Ainda assim, muito do que foi aqui colocado é derivado do que já foi apresentado na primeira publicação.

O ponto inicial desse estudo, além de outros posteriores, se deu por uma primeira dúvida, que me ocorreu muitos anos atrás: As pessoas trans(gêneras) surgiram “hoje em dia”, como muito do senso comum dava a entender, ou elas estariam presentes já num passado mais distante? Colocada aqui num trabalho acadêmico essa pergunta talvez pareça caricata, muito óbvia, mas deixo claro que embora acredite que muito pouco saiba sobre a temática, no passado eu já fui muito mais ignorante. A resposta para essa primeira questão descobri antes de entrar na graduação. Mesmo sem o conhecimento metodológico necessário para realizar uma pesquisa histórica, com os meios disponíveis (a exemplo de uma rápida pesquisa por sites de busca), já tinha conseguido acesso a, pelo menos, indícios de que pessoas associáveis aos indivíduos que hoje chamamos de trans estivessem pelo mundo desde muito antes das gerações atuais.

Já no início da graduação comecei a me questionar: Qual teria sido a origem das pessoas trans? De onde derivariam os primeiros relatos de indivíduos que exerciam papéis sociais tais quais as

¹⁰ A mesma pesquisa que originou essa versão completa da apresentação oral realizada no dia 11 de setembro de 2019 no VI Encontro de Estudos dos Estados Unidos (realizado na Universidade Federal Fluminense – Campus Gragoatá), inicialmente culminou no artigo *Two-Spirits: Da admiração ao escárnio*, publicado na edição do primeiro semestre de 2019 da revista *Outrora*, periódico direcionado à publicação de trabalhos de história e áreas correlatas feitos por graduandos. Muito do que foi aqui desenvolvido é derivado do que já foi apresentado nessa publicação anterior.

peças que hoje rotulamos de trans? Depois de alguns semestres no escuro resolvi direcionar meus interesses para as populações originárias das terras onde habitamos, os povos indígenas das Américas. Deixo aqui explícito que quando realizei a pesquisa que originou esse artigo não tinha tanta consciência de certos perigos do modo como essas ideias estavam colocadas na minha cabeça. Buscar uma origem, uma “verdade”, um ponto inicial é no mínimo perigoso. Hoje já tenho em mente que isso poderia culminar em um trabalho com uma metodologia positivista, já tão superada desde a escola dos Annales. Penso cada vez mais que devemos nos permitir surpreender perante as fontes e as bibliografias. Leituras em que buscamos repostas feitas para perguntas idealizadas são, no mínimo, enviesadas. E não deve ser esse o papel de um (futuro) historiador.

Metodologia e objetivos

As pesquisas que culminaram nos pontos que serão desenvolvidos no decorrer deste artigo derivam de uma ampla revisão bibliográfica de produções, majoritariamente estadunidenses, sobre o tema, escritas por médicos, naturalistas, etnólogos, antropólogos, acadêmicos e indivíduos de povos originários. Não produzi nada além de uma breve e introdutória análise. Não tive nenhuma pretensão de inovar ou criar novas perspectivas, meu foco aqui foi contribuir para a difusão de conhecimento. Sobre os *two-spirits* (os quais começarei a abordar no próximo tópico desse trabalho) há pouquíssima produção bibliográfica em português.¹¹ Grande parte do que se encontra são “reportagens” de conteúdo não muito confiável produzido por alguns sites.

Aproveitando-me de um espaço como esse, que me dá certa liberdade no modo de construção desse artigo, optarei por dividi-lo em tópicos não muito extensos. Buscarei através desses esclarecer, do modo mais didático possível, curiosos ou interessados, acadêmicos ou não. Como essa primeira parte do trabalho já indica, pretendo aqui apresentar uma linguagem a menos restritiva e mais palpável possível, obviamente sem perder de vista que este é um trabalho científico, que deve se adequar a certas normativas.

Meu objetivo inicial nesse trabalho é apresentar quem são os *two-spirits*, buscando esclarecer o máximo de dúvidas que possam vir a ser geradas, antes de prosseguir com o desenvolvimento. Em seguida, apresento aspectos das realidades desses indivíduos antes de terem suas terras invadidas pelo homem branco. Abordo, então, o início da repressão dessas pessoas, dando uma particular atenção

¹¹ Exemplos de exceção seriam alguns dos trabalhos do Professor Doutor Estevão Rafael Fernandes da Universidade Federal de Rondônia (UFRO), parte dos quais estão disponíveis gratuitamente online através de seu perfil no Academia.edu: <<https://independent.academia.edu/estevaofernandes>>.

para o período conhecido como “Marcha (ou Expansão) para o Oeste”, por motivos que ficarão mais explicitados no decorrer do texto. Já ao fim, reflito sobre as consequências de séculos de repressão sobre essas populações indígenas e suas culturas, tendo sempre um foco maior nos indivíduos *two-spirits*.

Quem são os *two-spirits*?

Antes de avançar sobre o tema, deve ser logo esclarecida aquela que é a primeira pergunta, mesmo que nem sempre verbalizada, que me fazem quando eu comento sobre essa pesquisa: quem são os *two-spirits*?



Retrato (frontal) de We-wha usando um vestido indígena feminino com um colar de flor de abóbora, 1894. BAE GN 02235A 06370600, National Anthropological Archives, Smithsonian Institution.

A resposta, talvez a mais importante para se quebrar certas expectativas: Os *two-spirits* são diversos! Assim como são diversos os povos originários da América do Norte em que eles se encontram. Devemos ter sempre alguma insegurança ao apontar rótulos sobre as identidades de seres humanos. Nós somos indivíduos muito distintos uns dos outros. É essencial a reflexão de que rótulos têm vantagens e desvantagens, nos permitem encontrar outros como nós, porém nos limitam em “caixinhas” predefinidas. Assim sendo, é essencial contextualizar o uso que fazemos deles.

Os *two-spirits* aqui serão referidos enquanto aqueles indivíduos que nascem com certo sexo, mas acabam exercendo funções sociais em suas comunidades associadas a pessoas de outro sexo. Tanto por descrições quanto por fotos,¹² percebemos que não são raros os casos desses indivíduos

¹² Para saber mais sobre We-wha, figura presente nas duas fotos deste tópico, ver ROSCOE, 1991.

vestirem-se com roupas e adereços associados às demais pessoas que exercem as mesmas funções sociais que eles (não as que possuem o mesmo sexo). A maioria dos *two-spirits* eram do sexo masculino, enquanto foram mais escassos os relatos sobre aquelas pessoas do sexo feminino. (HILL, 1935, p. 274-275; ROSCOE, 1988, p. 127; ROSCOE, 1998, p. 7-8, 26, 70-76, 128-130, 132) Na realização dessa pesquisa não encontrei nenhuma menção por autores contemporâneos a indivíduos intersexo. Em estudos dos séculos XIX e início do XX (HOLDER, 1889; HILL, 1935) há menções à *hermafrodites* ou *hermafroditism*, hermafroditas ou hermafroditismo em português, termos que vêm sendo cada vez menos usados para se referir a pessoas. O termo preferível na atualidade é o já mencionado intersexo.

Tanto pensando em fontes primárias, quanto em autores dos últimos séculos não é viável tomar tais menções ou ausências como referências sem o mínimo de análise crítica. Há um apagamento histórico (ainda hoje não superado) a que indivíduos intersexo estão submetidos, motivado por preconceitos e idealizações de padrões de corpo e sexo ideais, nos quais essas pessoas não estão inseridas.¹³ Mesmo quando há menção direta a “hermafroditas [sic]” em fontes ou bibliografias, é necessário ter a existência do citado preconceito em mente, pois há a possibilidade que tal utilização nada seja além do que a apropriação do termo para ser usado, naquele contexto, enquanto algo pejorativo para indivíduos que fugissem dos padrões estéticos idealizados nas sociedades em que esses pesquisadores estavam inseridos. Muitos do quais, perpetuados ainda hoje.



We-wha, antes de 1894. Negativo SI 6272, National Anthropological Archives, Smithsonian Institution.

¹³ Para compreender melhor esse preconceito em relação às pessoas intersexuais, ver REIS, 2005; 2009; OFFICE..., 2019. Agradeço à organização comunitária *Trans & Intersex Pride Dublin* e ao *Intersex Day Project* pelas recomendações bibliográficas.

Apropriando-me um pouco de um conceito trabalhado por Judith Butler (2016), filósofa estadunidense, referência em estudos sobre gênero, coloco que os *two-spirits*, perante as diversas comunidades que se encontram, *performavam* (e ainda *performam*, pois essas pessoas ainda (r)existem¹⁴), intencionalmente e ativamente, seu gênero, sua identidade, destoando dos demais indivíduos (não *two-spirits*) de mesmo sexo. E ao *performarem* suas identidades romperiam e subverteriam uma “ordem compulsória”, baseada numa lógica estritamente binária (homem/macho/pênis/masculinidade X mulher/fêmea/vagina/feminilidade) trazida por aqueles que séculos atrás invadiram suas terras.

Em algumas comunidades eram atribuídas funções específicas a esses indivíduos, como tarefas religiosas. (ROSCOE, 1998, p. 109) Comum também era a ideia dessas pessoas adquirirem seu status enquanto *two-spirits* após sonhos específicos. (LURIE, 1953, p. 708; ROSCOE, 1998, p. 8-11, 14-15, 124, 132, 137-165)

Eles já foram chamados de *berdaches* pelos homens brancos e de diversos outros nomes perante suas próprias nações.¹⁵ Com a ascensão do movimento social indígena entre as décadas de 1980 e 1990, nos EUA, rompe-se com a antiga nomenclatura e começa a popularização, tanto nos movimentos sociais quanto nos meios acadêmicos, da utilização do termo *two-spirit*, enquanto uma possibilidade para transpor a hegemonia da visão eurocêntrica, carregada de preconceitos e estereótipos que o termo *berdache* trazia. (ROSCOE, 1998, p. 129; FAIMAN-SILVA, 2011, p. 11)

Optei por manter o termo em sua grafia original, *two-spirit* (ou *two-spirits*, no plural), sem traduzi-lo para o português. Isso se deve à constatação de que essa é uma identidade, como já mencionada, referente a populações indígenas (e descendentes delas) de variadas partes do território que hoje chamamos de América do Norte, principalmente nos atuais Estados Unidos da América (EUA) e no Canadá. Países majoritariamente anglófonos, não à toa a grafia de *two-spirits* ser em inglês. Mantive o uso do termo tal qual escrito e descrito em toda a bibliografia norte-americana que referenciei, incluindo os escritos de indivíduos que reivindicam essa identidade para si.

¹⁴ Sobre o movimento two-spirits contemporâneo ver o capítulo intitulado *Two-spirit People: Gay American Indians Today* do livro *Changing Ones: Third and Fourth Genders in Native North America*, do pesquisador e ativista Will Roscoe (1998, p. 99-116). Uma análise comparativa entre o ativismo estadunidense e brasileiro nessa temática fora realizada pelo já mencionado Prof. Dr. Estevão Fernandes, no artigo *Ativismo Homossexual Indígena: Uma Análise Comparativa entre Brasil e América do Norte*, publicado no periódico *DADOS – Revista de Ciências Sociais* (2015, p. 257-294). Atenção para a utilização que ele faz da categoria de “homossexualidade indígena”, a qual não deve ser tomada como muito literal, ou óbvia. Caso se interesse, busque entender o modo específico como é usada em suas pesquisas.

¹⁵ Para uma análise detalhada sobre quais os gêneros e as nomenclaturas pelos quais esses indivíduos eram reconhecidos em seus povos originários, checar ROSCOE, 1998, p. 223-247.

Two-spirits são pessoas trans?

Os *two-spirits* são facilmente associáveis às pessoas trans. Ainda assim, vale refletir e analisar sobre o que Qwo-Li Diskill, PhD, ativista, professor, pesquisador, escritor e poeta, que se apresenta enquanto um indivíduo *two-spirit* do povo *Cherokee*, defende em seu artigo *Stolen From Our Bodies: First Nations Two-Spirits/Queers and the Journey to a Sovereign Erotic*:

Encontro-me usando as palavras “*Queer*” e “*Trans*” para tentar traduzir minhas realidades sexuais e de gênero para aqueles que não conhecem as tradições nativas, mas, no fundo, se houver um termo que possa me descrever em inglês, eu simplesmente considero-me uma pessoa *two-spirit*. O processo de tradução de *two-spirits* com termos para as comunidades brancas se torna muito complexo. Eu não sou necessariamente “*Queer*” em contextos *Cherokee*, porque as diferenças não são vistas da mesma maneira que nos contextos euroamericanos. Eu não sou necessariamente “*Transgênero*” nos contextos *Cherokee*, porque sou simplesmente o sexo que sou. Não sou necessariamente “*gay*”, porque essa palavra se baseia no conceito de homens que amam homens e ignora a complexidade da minha identidade de gênero. (DRISKILL, 2004, p. 52, tradução nossa)

As identidades e os rótulos que usamos para nomeá-las não devem ser tomadas ao pé da letra, sem a contextualização necessária, como já foi aqui defendido anteriormente. A identidade *two-spirit* não pode ser dissociada da experiência e dos vários séculos das tradições que guiaram e, mesmo após a intervenção do homem branco, de algum modo ainda guiam a vida de incontáveis indígenas (e descendentes), hoje considerados cidadãos estadunidenses.¹⁶

Como é percebido no trecho citado, o professor Driskill não nega o *queer*¹⁷ e a transgeneridade, mas não considera que tais rótulos seriam adequados para expressar a sua experiência enquanto indígena que vive e externa, que performa sua identidade fora dos padrões heterossexuais e cisgêneros¹⁸ normalizados nesse contexto social euroamericano.

¹⁶ Como dito antes, há *two-spirits* também em território hoje tomado pelo Canadá, mas o foco desse trabalho será a experiência estadunidense.

¹⁷ Segundo definição presente na *Encyclopedia of Gender and Society*, “o termo *queer* tradicionalmente significa ‘estranho’ e ‘não normal’. Não por coincidência, foi usado mais recentemente como uma maneira de pensar em sexualidades que não se encaixam nas presunções da sociedade sobre heterossexualidade feminina ou masculina. Significados mais contemporâneos de *queer* foram escolhidos e usados por ativistas e acadêmicos para marcar movimentos dentro da política de identidade sexual e marcos teóricos para entender gênero e sexualidade. *Queer*, no entanto, é um termo contestado. Estudiosos e ativistas discordam constantemente sobre o significado de *queer* e da maneira como ele deve ser usado”. (BARBER; HIDALGO, 2008, p. 689)

¹⁸ De acordo com a seção de ensaios curtos, sobre palavras-chaves, presente na edição inaugural do periódico *TSQ: Transgender Studies Quarterly*, “o termo cisgênero (do latim cis-, que significa ‘do mesmo lado’) pode ser usado para descrever indivíduos que possuam, desde o nascimento até a idade adulta, os órgãos reprodutores masculinos ou femininos (sexo) típicos da categoria social do homem ou mulher (gênero) ao qual esse indivíduo foi designado ao nascer. Portanto, o gênero de uma pessoa cisgênero está do mesmo lado que o sexo atribuído ao nascimento, em contraste com o gênero

Desse modo, respondendo à questão levantada no título desse tópico, “trans” (ou mesmo “queer”) não seria um rótulo capaz de expressar a complexidade da identidade *two-spirit*.

Não são as opressões que, unicamente, moldam nossas identidades; ainda assim, deve ser lembrado (como será melhor trabalhado nos tópicos seguintes) que esses indivíduos, para serem quem foram (e ainda hoje são) e não terem suas existências apagadas por aqueles que invadiram suas casas e buscaram dominar não só suas terras mas também seus corpos, tiveram de resistir e lutar. Não é possível compreender, nem introdutoriamente, a identidade *two-spirit* sem possuir a ciência de que ela foi construída na base da luta e da resistência dos povos indígenas dos territórios que hoje chamamos de América do Norte.

Como era a vida dos *two-spirits* antes da chegada do homem branco?

Perante as distintas comunidades pelas quais viviam indivíduos *two-spirits*, era comum que eles exercessem funções sociais distintas das demais pessoas de seu sexo. Segundo estudiosos do século XX, cuja visão não pode ser dissociada das sociedades em que viveram e escreveram, na maioria dos casos esses *two-spirits* exerceriam funções sociais, entre os de seus povos, relativas ao sexo binário oposto (pênis/masculino X vagina/feminino). Em alguns casos, esses indivíduos exerceriam funções que lhes davam um status específico, como no povo *Zuni* (ROSCOE, 1998, p. 129). Chegavam também a ocupar funções proeminentes em suas comunidades (BROWN, 1997, p. 26-27; ROSCOE, 1998, p. 15,90), como curandeiros, *shamans* ou Chefes.

Partindo de uma ótica eurocentrada, havia também a ideia de que os povos originários tinham uma considerável liberdade sexual. Isso por não se adequarem às regras e padrões sociais derivados da lógica cristã intrínseca desde os primeiros invasores europeus e, não raramente, perpetuada até a contemporaneidade. A exemplo dessa quebra de expectativas, temos que a maioria dos *two-spirits* se relacionavam com indivíduos do mesmo sexo, pessoas essas que performavam identidades destoantes e, conseqüentemente, tinham papéis sociais distintos (HILL, 1935, p. 276; ROSCOE, 1998, p. 10, 92). Em nenhum momento da pesquisa que realizei encontrei alguma menção a relações sexuais entre indivíduos *two-spirits*.

de uma pessoa transgênero que está do outro lado (trans) do sexo atribuído ao nascimento”. (AULTMAN, 2014, p. 61) Embora essa definição seja excludente para indivíduos intersexuais e/ou que performem identidades de gênero para além do binário (homem X mulher), considere uma razoável primeira explicação sobre quem seria uma pessoa cisgênero. Seja como for, fica aqui reconhecida e avisada a limitação dessa definição apresentada.

Aos olhos de pesquisadores cujos relatos embasaram boa parte da bibliografia aqui referenciada sobre o tema, essas pessoas eram comumente consideradas figuras respeitadas e honradas dentre seus povos. (LURIE, 1953, p. 708; BROWN, 1997, p. 24; ROSCOE, 1998, p. 4, 7, 11, 13; FAIMAN-SILVA, 2011, p. 4, 10) Dentre os *Navajos*, por exemplo, foram descritos enquanto indivíduos admirados. Quando uma família possuía membros *two-spirits*, eram interpretados enquanto símbolos de riqueza e prosperidade. (HILL, 1935, p. 274)

Embora eu tenha optado por manter, durante todo o artigo, a utilização da nomenclatura atual, tal qual reivindicada inclusive por movimentos sociais, ou seja, *two-spirit*, como já antes mencionado, dentre os distintos povos originários da América do Norte, havia variadas nomenclaturas próprias para esses membros de suas comunidades. (HOLDER, 1889, p. 623; HILL, 1935, p. 273; LURIE, 1953, p. 709; ROSCOE, 1988, p. 127; BROWN, 1997, p. 24-26; ROSCOE, 1998, p. 7) Alguns exemplos são: *winkte* ou *winkté* (no povo *Lakota*), *bote* ou *boté* (no povo *Crow*), *lhamana* (no povo *Zuni*), *nadle* ou *nadleehe* (no povo *Navajo*) e *alyha* e *hwame* (no povo *Mohave*).¹⁹

Quando começou a repressão às pessoas *two-spirits*?

Trabalhar no Brasil com esse tema acaba gerando alguns problemas. O maior, creio, é não conseguir ter acesso a materiais anteriores ao século XIX que tratem sobre os indivíduos que hoje chamamos de *two-spirits*. Boa parte das fontes e bibliografias não estão digitalizadas e exigiriam um deslocamento físico para arquivos estadunidenses. O que não é uma realidade viável para mim que aqui estou escrevendo.²⁰ Avaliando esse contexto limitado, trago aqui uma citação do livro *Evolution's rainbow: diversity, gender, and sexuality in nature and people*, em que Joan Roughgarden, PhD, mulher trans, professora emérita de biologia da *Stanford University* e professora adjunta do *Hawai'i Institute of Marine Biology*, comenta sobre relatos da exploração de dois espanhóis que vieram às Américas no início do século XVI:

Em 1530, Nuño de Guzman disse que a última pessoa que ele capturou na batalha que “lutou mais corajosamente, era um homem com vestes de mulher, por isso eu fiz com que ele fosse queimado.” Enquanto no Panamá, Vasco Núñez de Balboa viu homens vestidos como mulheres e jogou-os aos seus cães para serem comidos vivos.

¹⁹ Para uma relação mais abrangente desses termos, ver ROSCOE, 1998, p. 214-222.

²⁰ Não à toa, nesse momento em que produzo esse artigo, já mudei de pesquisa. Sigo agora buscando recortes mais próximos (geograficamente). Se quiser saber sobre o que estou produzindo é só acessar meu perfil no Academia.edu: <independent.academia.edu/dandrielhenrique> ou me mandar um e-mail: dandriel.henrique@gmail.com.

Calancha, oficial espanhol em Lima, mais tarde elogiou Balboa pela “boa ação de um honrado católico espanhol”. (2004, p. 335, tradução nossa)

No decorrer da pesquisa que originou esse trabalho, percebi que algumas questões são particularmente difíceis de serem respondidas, como: quando surgiu o primeiro *two-spirit*? Outras são bem mais fáceis, previsíveis de certo modo, a exemplo de: quando essas pessoas começaram a ser alvos de violência e até morte por se expressarem, performarem, suas identidades?

O trecho citado acima ajuda a solucionar o enigma da segunda pergunta. Dois cidadãos espanhóis, Nuño de Guzman e Vasco Núñez de Balboa, de prestígio o suficiente para chegarem a ser governadores provinciais de territórios americanos tomados pelo então poderoso Império Espanhol do século XVI, demonstram uma violência, maior do que aquela praticada contra outros indígenas, para com pessoas *two-spirits*. Baseados em valores do cristianismo da época (por vezes até hoje reproduzido), aplicavam julgamentos morais que lhes permitissem matar esses indivíduos com doses extras de sadismo.

Nos séculos seguintes surgiriam obras que contribuiriam para o tipo de comportamento citado ao tratarem dos indígenas enquanto indivíduos não humanos. Inferiores aos padrões de civilidade que os europeus tinham como referência, ou seja, aqueles idealizados e perpetuados pelas próprias tradições dos invasores.

Nesse contexto, assim como outros trabalhos, temos no último quarto do século XVII, Bernard Romans, navegador, cartógrafo, naturalista, escritor e outras funções mais, publicando sua obra *A concise natural history of East and West Florida*. Nesse livro o autor abordava, além de outros assuntos, os povos originários do território da Flórida. Numa tentativa de desumanizar esses indivíduos,²¹ argumentava que tais povos seriam de uma espécie diferente daqueles de qualquer outra parte do globo. (1962, p. 38) Esse livro foi só um dentre tantos outros mais que perpetuaram uma lógica racista para com povos indígenas (e todos aqueles demais que fugissem dos padrões impostos pelos europeus). Embora não aborde diretamente indivíduos *two-spirits*, trago essa obra para ilustrar algo ao qual a imensa maioria das populações dos povos indígenas estavam submetidas. E como já vimos antes, numa realidade de violências, os *two-spirits* eram alvos de um ódio extra.

A citada desumanização contribuía para os interesses das potências europeias da época que buscavam subjugar essas comunidades que estavam nos territórios em que possuíam interesses. Quanto mais longe da racionalidade esses indivíduos eram idealizados pelos europeus, mais fácil era

²¹ Escrevia o mesmo também sobre chineses, negros, muçulmanos e outros povos mais, distintos etnicamente dos europeus.

para estes justificar esse violento processo de dominação dos corpos, terras, culturas, tradições e tudo o mais que conseguissem dos indígenas. Nesse processo o governo dos Estados Unidos da América (estabelecido ainda no fim do século XVIII) e missionários cristãos tiveram papéis essenciais, como veremos no próximo tópico.

Expansão para o Oeste: a atuação do governo dos EUA e de missionários

Se até o período abordado no tópico anterior, as então Treze Colônias britânicas sofressem constantemente a pressão europeia ao leste e a instabilidade das relações com os povos originários a oeste, o cenário mudaria após sua independência e a leve estabilidade vivida pelo agora Estados Unidos da América nos anos após a aprovação de sua Constituição e a eleição de seus primeiros presidentes.

Nas décadas seguintes, o governo estadunidense adotaria uma política de incentivo, através da oferta de terras a preços reduzidos, a um processo de expansão de seu território (o qual ainda estava restrito à costa leste), que só iria se finalizar em 1912 com a incorporação do estado do Arizona, formando o território que conhecemos atualmente. Essa invasão “tardia” dos territórios a oeste da América do Norte, pelos estadunidenses e (novos) imigrantes, ficaria conhecido como “Marcha (ou Expansão) para o Oeste”, construída na base de negociações²² (existindo diversos territórios comprados²³ de outros países) e conflitos, nesse caso, tanto a Guerra do México (1846 – 1848)²⁴, quanto a expulsão, usualmente na base da violência, de populações indígenas que se encontravam nas terras em que viviam há incontáveis gerações.

Se desde os primeiros contatos com os povos originários os homens brancos sempre apresentavam os mais diversos julgamentos morais, por vezes transformando-se em violência física, abuso sexual, tortura, remoções de suas terras e até morte, durante o processo de expansão do território dos EUA para o oeste a situação piorou muito. Dentre o final do século XVIII e decorrer do XIX, incontáveis indígenas foram sistematicamente violentados, tendo seus territórios reduzidos a pequenas áreas de reservas, constantemente diminuídas. Dentro dessas reservas o governo dos

²² O território de Oregon foi cedido pela Inglaterra em 1846, por meio do chamado Tratado do Oregon. (SAGE, 1946, p. 349-367)

²³ Louisiana, comprada por 15 milhões de dólares da França em 1803; Flórida, comprada por 5 milhões de dólares da Espanha em 1819 e o Alasca, comprado por 7,2 milhões de dólares da Rússia em 1867. Para mais informações do processo de expansão estadunidense, checar MCNEIL, 2001.

²⁴ Como resultado desse conflito, o México teve de ceder os seguintes territórios aos EUA: as regiões do Arizona, Califórnia, Novo México, Nevada, Texas, Utah, além de parte do Colorado. Para uma análise aprofundada da Guerra do México, ver JOHANNSEN, 1985.

Estados Unidos da América teve a “liberdade” para junto com missionários cristãos e outras forças, que mesmo nem sempre estando em pleno acordo (ROSCOE, 1998, p. 35), efetivaram todo esse processo. Interferindo então em diversos elementos das vidas de indivíduos dos povos originários, como a língua, os territórios, a cultura, as religiões, as indumentárias e tantos outros aspectos do seu dia a dia.

A execução desse amplo e sistemático processo resultou na incrustação impositiva de elementos de uma cultura europeia e cristã sobre toda a população indígena que se encontrava nos territórios entendidos pelo governo estadunidense como seus. Nas palavras de Will Roscoe, PhD, ativista, estudioso e escritor, essa intervenção fantasiada de supervisão “significava a rigorosa regulamentação da vida religiosa e social (1998. p. 34-35,129, tradução nossa)” dessas populações, por parte de indígenas aliciados pelo governo estadunidense, militares, professores das escolas construídas nas reservas e pelos missionários que as administravam.

Com o objetivo de “civilizar” as comunidades originárias tidas até então como “bárbaras”, o governo dos EUA começou a financiar atividades missionárias que iam se estabelecendo nesses territórios de reserva. Em certos casos, esses missionários eram bem recebidos pelos indígenas, como relata o professor Driskill. Abordando os *Cherokee*, ele defende que isso não acontecia pelas lideranças quererem se converter, mas sim por essa chegada gerar certas expectativas, principalmente devido a promessas em relação à abertura de escolas direcionadas as crianças. Esperavam que a partir do momento em que suas crianças aprendessem como escrever, falar e ler o inglês, teriam uma maior chance de resistência em relação ao governo estadunidense e suas práticas de invasão e tomada de terras. (2016, p. 115)

Embora os missionários fornecessem esses ensinamentos, tinham também seus próprios interesses. Segundo o mesmo professor e pesquisador, havia uma grande preocupação desses cristãos em relação ao que chamavam de “sodomia”²⁵, uma preocupação que ia para além do povo *Cherokee*, sendo um temor geral, referente a todos os povos originários. Associavam a “sodomia” à “idolatria”²⁶, que seria inclusive uma preocupação de um grau maior de missionários ao redor do mundo. No caso do grupo estudado por Driskill, os religiosos teriam foco em alguns aspectos, como naqueles indivíduos cuja performance de gênero não estaria de acordo com as expectativas (baseados em uma moralidade europeia e cristã) sobre os mesmos, de acordo com o sexo que possuíam e as sexualidades praticadas (tendo em mente a dicotomia já explicada no tópico “Quem são os *two-spirits*?”), além dos

²⁵ Prática de sexo anal.

²⁶ Adoração a ídolos. Nesse caso, o que preocupava os missionários era a adoração a ídolos não cristãos.

“corpos nus (ou quase nus), a mistura de homens e mulheres, a divisão do trabalho por gêneros, estruturas familiares matrifocais e poligamia foram os alvos dos esforços missionários para controlar e civilizar os corpos *Cherokee*”. (DRISKILL, 2016, p. 122, tradução nossa)

Will Roscoe, por sua vez abordando o povo *Crow*, nos traz relatos de práticas parecidas, disserta também sobre a intervenção direta de agentes do Estado sobre *two-spirits*, buscando obrigá-los a vestirem roupas que atribuíam a indivíduos de seu sexo, além de interferir sobre o cabelo (cortando quando era longo o de indivíduos do sexo masculino, interpretados por eles, necessariamente, enquanto homens) e com o que trabalhavam, por vezes até prendendo aqueles que os desagradassem. Roscoe chega a narrar certa resistência em relação às agressões ao modo de viver dos *two-spirits*, que houve em certa comunidade desse povo, onde defenderam que seus comportamentos eram de sua natureza e que não deveriam ser desrespeitados. Ainda assim, em outros povos, devido a toda a interferência governamental e missionária, as populações tornaram-se relutantes em defender seus *two-spirits*. (1998, p. 35) O apagamento e a repressão interna, muitas vezes perpetuada por membros das próprias comunidades (ponto a ser melhor trabalhado no próximo tópico do artigo) ajudam a compreender que esse segundo comportamento acabou se tornando mais regular com o passar do tempo.

O mesmo pesquisador descreve como funcionava o controle efetuado sobre membros dos povos originários ainda enquanto crianças, por meio das escolas administradas pelos missionários:

As crianças eram obrigadas a frequentar internatos administrados pelo governo nos quais qualquer expressão ou uso da língua e costumes de povos originários eram severamente punidos, meninos e meninas eram segregados e as meninas não podiam sair da escola até que lhes fossem encontrados maridos. Em tal ambiente, as crianças com tendências *boté*²⁷ eram rapidamente identificadas. (ROSCOE, 1998, p. 35, tradução nossa)

Em internatos administrados pelo governo e pela igreja, as crianças com terceira ou quarta tendências de gênero²⁸ eram rapidamente identificadas e severamente punidas. De fato, muitas das punições usadas nessas escolas tiveram o efeito de inverter completamente os valores tradicionais [de suas comunidades]. (ROSCOE, 1998, p. 102, tradução nossa)

²⁷ Como o povo *Crow* chamava os indivíduos de suas comunidades que hoje os pesquisadores nomeiam de *two-spirits*.

²⁸ Esse pesquisador divide os *two-spirits* em dois grupos, numa visão bastante binária. A primeira e segunda tendências de gênero seriam os homens e mulheres cisgêneros, termo já elucidado anteriormente. A terceira e a quarta seriam os *two-spirits*. Em uma delas se adequariam os que nasceram com pênis e na outra os que nasceram com vagina.

Ambos os trechos demonstram o claro interesse externo em suprimir a cultura e as tradições ancestrais dessas populações, dando espaço para nada mais que os valores euroamericanos, num processo de apagamento da identidade dos povos originários do território então tomado pelos EUA. Processo esse que contava com violência contra, até mesmo, crianças, para controlá-las, sendo as mesmas punidas por quaisquer demonstrações de aspectos de sua cultura, como falar sua língua, usarem certos adereços, praticar suas religiões ou agirem de modo que não se adequasse às expectativas dos missionários. Segregavam também as crianças pelo sexo, o que facilita a identificação e as posteriores rápidas medidas de controle sobre aqueles que apresentassem sinais de comportamentos e hábitos que levassem a serem associados à possibilidade de serem pessoas *two-spirits*.

O médico A. B. Holder, no periódico *New York Medical Journal*, ainda em fins do século XIX, fizera um relato que nos ajuda a complementar o que trouxe Roscoe. Segundo narra, “um pequeno garoto, enquanto esteve na *Agency Boarding School*, foi frequentemente encontrado usando trajes femininos. Ele foi punido, mas finalmente escapou da escola e tornou-se um *boté*, cuja vocação seguiu desde então”. (1889, p. 624, tradução nossa) Desse trecho podemos retirar, no mínimo, duas informações importantes. Primeiro, temos aqui um relato de resistência, onde uma jovem pessoa *two-spirits* não só resistiu às punições que sofrera, mas também foi capaz de fugir para então poder começar a viver e expressar sua identidade livremente. O segundo ponto a ser elencado é a publicação desse tema aparecer numa revista de ciências médicas. Isso nos ilustra outra das consequências do preconceito ao qual esses indivíduos estavam (e em algum grau, até hoje estão) submetidos: a patologização, ou seja, a transformação em doença ou anomalia (e, assim, interesse médico) da identidade que rompe com as expectativas de uma sociedade dominada e moldada com bases em uma moral baseada em valores pensados por indivíduos europeus e cristãos de séculos atrás.²⁹

Não é nem um pouco surpreendente que esse devastador processo, apoiado pelo próprio governo estadunidense, tenha acarretado mudanças radicais decorrentes dessas violentas intervenções sobre a cultura dos povos originários, como veremos a seguir.

Quais foram as consequências desses processos repressivos?

²⁹ Uma demonstração de como essa mentalidade se perpetua até a atualidade é que os indivíduos que não se adequassem a essas expectativas de gênero só deixaram de serem considerados “doentes mentais [sic]” na edição de 2018 da Classificação Internacional de Doenças (CID), construída pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que é um organismo internacional ligada à área de saúde, subordinada a Organização das Nações Unidas (ONU).

Sandra Faiman-Silva, PhD, professora emérita de antropologia da *Bridgewater State University*, relembra que no passado “povos [indígenas] reverenciaram pessoas em não conformidade de gênero,³⁰ o que foi perdido em grande parte nas gerações posteriores, devido à subjugação dos povos indígenas como resultado da colonização, cristianização e estigmatização de tudo o que não fosse euroamericano”. (2011, p. 4, tradução nossa) Como estamos vendo desde o tópico anterior, as interferências do governo estadunidense e da atividade missionária transformaram drasticamente a cultura dos povos originários dos territórios ocupados pelos EUA, resultando, dentre outras coisas, na repressão a tudo (e todos) que não se adequassem a premissas estabelecidas com base na cultura europeia (primeiramente) e estadunidense (posteriormente, com forte influência da primeira), tendo sempre uma ideia de uma “verdade” cristã permeando todo esse processo e buscando justificá-lo. Em outras palavras, junto com o ideal de “levar a civilização” baseado no modo de viver dos europeus, foi o de uma “verdade” única, defendida pelos missionários. A não aceitação dessas imposições, do modo de vida baseado em critérios europeus e cristãos, servia de justificativa para toda a repressão que esses povos passaram. Nesse contexto, como já foi afirmado, as pessoas *two-spirits* saíram particularmente prejudicadas.

Analisando algumas das consequências das ações repressivas contra os povos originários, o professor Qwo-Li Driskill afirma que “os invasores continuaram a reforçar a ideia de que a sexualidade e as pessoas em não conformidade de gênero eram pecadoras, recriando a sexualidade como ilícita, chocante, vergonhosa e removendo-a de qualquer contexto espiritual positivo. As sexualidades e gêneros *queer* foram degradados, ignorados, condenados e destruídos”. (2004, p. 54, tradução nossa) Todos os indivíduos cuja performance de suas identidades ou sexualidade infringia os princípios cristãos dos homens brancos que tomaram suas terras passaram a ser vistos enquanto pecadores. Essas pessoas, que no passado chegaram a ser consideradas fontes de sorte e riqueza, começaram a ser vistas enquanto anormais, pois transgrediam o padrão de “normalidade” imposto. Nas décadas e séculos seguintes, passaram a ser cada vez mais repudiadas e excluídas dentro de suas próprias comunidades.

Em um estudo publicado ainda em meados do século XX pela falecida antropóloga Nancy Lurie, PhD, ao analisar o povo que ela chamou de *Winnebago* (hoje mais conhecidos como *Ho-Chunk*), alertava que aquelas pessoas que no passado respeitavam os indivíduos *two-spirits* de suas comunidades, passaram a demonstrar vergonha em relação a eles. (1953, p. 708) Uma das principais

³⁰ Indivíduos cuja performance de gênero estava fora das expectativas baseadas nos valores dos invasores, europeus e cristãos. Isso inclui os *two-spirits*, como já tratado.

motivações disso era a impregnação cultural infligida pelos homens brancos que, através da associação ao pecado, fizeram com que essas populações acreditassem que os *two-spirits* seriam pessoas advindas do mal, como trouxe Driskill, citado no parágrafo anterior. (2004, p. 54)

Lurie ainda nos traz o relato de uma de suas informantes do povo *Ho-Chunk* sobre o caso de uma pessoa *two-spirit* que tivera conhecimento da existência. Esse indivíduo do sexo masculino, ao começar a usar roupas e adereços habitualmente atribuídos as mulheres, foi ameaçado de morte pelo próprio irmão. (1953, p. 708) Quase 20 anos antes, W. W. Hill, falecido antropólogo que foi professor dessa área na *University of New Mexico*, nos trazia um relato de Albert Sandoval, um *Navajo* que lhe contara que os *two-spirits* já não eram mais membros respeitados em sua comunidade. A antiga admiração havia se transformado em vergonha e qualquer criança que demonstrasse os mínimos sinais de que poderia vir a “se tornar” uma pessoa *two-spirit* era desencorajada. (1935, p. 274)

Driskill reforça a questão do impacto do trauma derivado da repressão sofrida pelos povos originários, a qual veio em conjunto com as invasões do homem branco, afirmando que

agressão sexual, sexismo, homofobia e transfobia estão emaranhadas na história da colonização. A agressão sexual é um ato explícito de colonização que tem enormes impactos nas identidades pessoais e nacionais e, por causa de suas conexões com uma mentalidade de colonos, pode ser entendido como uma forma colonial de violência e opressão. (2004, p. 51, tradução nossa)

Embora a homofobia, a transfobia e o sexismo sejam problemas nas comunidades originárias, em muitas de nossas realidades tribais, essas formas de opressão são o resultado da colonização e do genocídio que não pode aceitar mulheres como líderes ou pessoas com gêneros e sexualidades extraordinárias. Como pessoas originárias, nossas vidas e identidades eróticas foram colonizadas junto com nossas terras natais. (2004, p. 51, tradução nossa)

Tais trechos são bem explícitos ao apresentarem problemáticas sociais cada vez mais analisadas e debatidas na contemporaneidade. Para Driskill, as opressões vividas pelos indígenas quanto às suas identidades e sexualidades, as quais nomeia de transfobia³¹ e homofobia³², seriam resultados das já descritas opressões vividas pelos povos originários, defendendo que não só suas terras natais, mas também suas sexualidades, identidades, seus corpos e o modo como viviam

³¹ “A transfobia é uma repulsa emocional em relação a indivíduos que não estão em conformidade com as expectativas de gênero da sociedade. [...] A transfobia envolve a sensação de repulsa às mulheres masculinas, homens femininos, *cross-dressers*, transgêneros e/ou transexuais”. (HILL, WILLOUGHBY, 2005, p. 533, tradução nossa)

³² De acordo com o *English Oxford Living Dictionaries*, homofobia pode ser definida por “aversão ou preconceito contra pessoas homossexuais (tradução nossa)”. Para uma análise sobre a ampla variação de significados para esse termo, ver SMITH ET AL., 2012.

baseados em suas tradições ancestrais. Também é apontado criticamente o sexismo³³ e a violência sexual³⁴, aspectos sociais que, segundo o pesquisador, não eram tolerados na maioria dos povos originários antes das intervenções do homem branco, mas que no século XXI já são encontrados em graus alarmantes em boa parte das atuais reservas indígenas. (2004, p. 53)

Essas questões refletem muito no processo de pessoas indígenas não heterossexuais ou viventes em não conformidade de gênero se “assumirem” para suas famílias e/ou comunidades. Nas palavras de Sandra Saiman-Silva, “a jornada de ‘sair do armário’ para a maioria dos indígenas americanos não foi fácil, embora possa ter sido mais fácil nos ambientes urbanos que nas reservas”. (2011, p. 7, tradução nossa) Embora a LGBTfobia³⁵ esteja presente, em diferentes graus, em todas as sociedades contemporâneas, no que tange especificamente ao caso dos EUA, há um agravo maior dela dentre as comunidades indígenas e as reservas onde muitos continuam a viver, do que em relação ao resto da população estadunidense, devido a todo esse histórico de imposição violenta e genocida sobre as culturas e os corpos dos povos que antes viviam livremente por todas aquelas terras.

Para ajudar a compreender essa repressão interna dentro das próprias reservas indígenas, vou trazer um conceito usado por Frantz Fanon, psiquiatra, escritor, filósofo e revolucionário, em seu consagrado livro *Pele Negra, Máscaras Brancas*, publicado pela primeira vez em 1952. Nessa obra, embora foque nos sujeitos negros, acaba em sua narrativa ilustrando “a profundidade da colonialidade como um problema”. (MALDONADO-TORRES, 2018, p. 45) Problema esse que vai até para além do sujeito negro, afetando outros, como os indígenas aqui estudados. O conceito em que irei me ater é o de “epidermização”. Segundo Fanon (2008), esses indivíduos violentados física e mentalmente por forças externas que buscavam impor seus valores culturais sobre eles, em muitos casos acabariam por “epidemizar”, internalizar, um complexo de inferioridade. Essa inferiorização que sujeitos como o negro e o indígena fariam consigo mesmos seria parte de um processo inconsciente, derivado do racismo enraizado em questões estruturais das sociedades em que se encontram. Preconceito este não foi só institucionalizado, através da atuação de entidades como o governo estadunidense e diferentes

³³ Segundo definição presente na *Encyclopedia of Gender and Society*, “sexismo geralmente refere-se a preconceito ou discriminação baseado em sexo ou gênero, especialmente contra mulheres e meninas”. (MASEQUESMAY, 2008, p. 748, tradução nossa)

³⁴ Segundo o *World report on violence and health* divulgado em 2002 pela Organização Mundial da Saúde (OMS), violência sexual pode ser definida como “qualquer ato sexual, tentativa de obter um ato sexual, comentários ou avanços sexuais indesejados, ou atos com movimentos, ou direcionados de outra forma, contra a sexualidade de uma pessoa usando coerção, por qualquer pessoa independente de sua relação com a vítima, em qualquer ambiente, incluindo mas não limitado a casa e trabalho”. (KRUG ET AL., 2002, p. 149, tradução nossa)

³⁵ Termo genérico que representa o conjunto de discriminações e preconceitos direcionados contra indivíduos cuja performance de suas identidades ou sexualidade destoem das expectativas baseadas em valores hoje hegemônicos na sociedade estadunidense (e tantas outras mais pelo mundo), derivada da já tanto analisada intervenção de indivíduos que se guiavam por uma interpretação de mundo e das pessoas com base em valores europeus e cristãos de séculos atrás.

igrejas e seus missionários, mas também internalizado, através da “epidermização” dessa inferioridade imposta. No caso dos *two-spirits*, para além do racismo, há toda uma carga repressiva extra derivada da já citada LGBTfobia.

Um aspecto que não deve ser esquecido e que dificulta a produção de estudos sobre o histórico de questões sobre gênero e sexualidade em populações indígenas de regiões da América do Norte é a clara tentativa de apagamento histórico dessas práticas e dos próprios indivíduos *two-spirits*, infligida pelas intervenções dos invasores homens brancos. Segundo Driskill:

As atuais construções raciais dos Estados Unidos separam as lutas e histórias indígenas e negras de formas que obscurecem a escravização, o colonialismo de colonos e o genocídio como facetas de um projeto maior e único. Esta clivagem apaga histórias mais complicadas de genocídio e escravização de corpos africanos, indígenas e negros indígenas. (2016, p. 111, tradução nossa)

Esse apagamento sobre certos aspectos da história dos povos originários (e dos africanos e descendentes, como apontado pelo autor), especialmente sobre o passado que envolve indivíduos que performavam identidades que nem sempre estavam de acordo com as mais usuais para os indivíduos de seu sexo e desenvolviam relações não heterossexuais, fruto também de séculos de forte influência das visões hegemônicas europeias sobre os escritos a respeito desses indígenas, é paralelo àquele sofrido por outros povos que passaram por semelhantes processos repressivos, como os africanos. Vale até refletir que, embora muito mais já se reconheça a realidade brutal e o preço incalculável da escravidão dos povos africanos, suas lutas contra a violência, a opressão advinda dos colonizadores, além dos genocídios ocorridos, pouco se lembra ou se reflete ainda sobre esses mesmos aspectos nos povos originários, não só da região da América do Norte, mas também de quase todos os demais territórios que passaram por processos de invasão e colonização pelo homem branco (europeu e cristão).

Considerações finais

Este artigo buscou analisar, de modo introdutório, a vida de povos originários da América do Norte – essencialmente aqueles que se encontravam em territórios hoje tomados pelos Estados Unidos da América –, principalmente as pessoas que atualmente chamamos de *two-spirits*, antes das invasões e consequentes intervenções sobre suas terras, hábitos, culturas, sociabilidades, identidades e sexualidade e após as tais. Para isso, abordei desde antes da virada do século XVIII, tendo depois me

focado mais nos acontecimentos do período de expansão territorial dos EUA, a chamada “Marcha (ou Expansão) para o Oeste”, o encarceramento desses povos em limitados territórios de reserva e os crescentes processos repressivos que sofreram por parte do governo estadunidense e de missionários, além de algumas das consequências destes.

Para compreender e ser capaz de fazer uma análise, mesmo que ainda inicial, usei de um amplo conjunto de materiais escritos produzidos por médicos, naturalistas, etnologistas, antropólogos e escritores acadêmicos, incluindo indivíduos de povos originários.

Esses estudos e relatos nos narraram sobre um conjunto de perseguições, ameaças e intervenções violentas sobre as tradições, corpos, identidades, sexualidades e todo o modo de viver desses povos, num processo sistematicamente executado no decorrer dos séculos desde a chegada do homem branco nas Américas e reforçado nos anos da expansão territorial pelo governo dos EUA em conjunto com missionários cristãos. Os efeitos consequentes desse processo foram indivíduos antes respeitados naquelas culturas se tornarem figuras desprezadas, causadores de vergonha para seus povos, vítimas de violência até dentro de suas comunidades e constantemente apagados da história.

Em contrapartida, as produções acadêmicas e os movimentos sociais vêm mostrando que, desde o final da década de 1980, conjuntos de esforços vêm sendo realizados pelas mais diferentes frentes para lembrar desse passado e da importância desses indivíduos, além de combater o preconceito trazido pelo homem branco. Buscando então subverter os padrões trazidos pelos invasores e apagar a vergonha imposta sobre as identidades *two-spirits*.



Bay Area American Indian Two-Spirit Organization marcha em São Fransisco para o Seventh Annual Powwow (2018). Foto por Bay Area American Indian Two-Spirit Organization.



Marcha na parada Albuquerque Pride em junho de junho 2017. Foto por Andi Murphy.

Referências bibliográficas

AULTMAN, B. Cisgender. **TSQ: Transgender Studies Quarterly**, Tucson, v. 1, n. 1-2, p. 61-62, mai. 2014.

BARBER, Kristen; HIDALGO, Danielle. Queer. In: O'BRIEN, Jodi (Ed.). **Encyclopedia of Gender and Society**. Los Angeles/Londres/Nova Deli/Singapura/Washington: SAGE, 2009, p. 689-690.

BORGES, Dandriel Henrique. Two-spirits: da admiração ao escárnio. **Revista Outrora**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 137-153, jan.-jun. 2019.

BROWN, Lester. **Two Spirit People: American Indian Lesbian Women and Gay Men**. New York: The Haworth Press, 1997.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasil, 2016.

DRISKILL, Qwo-li. Stolen From Our Bodies: First Nations Two-Spirits/Queers and the Journey to a Sovereign Erotic. **Studies in American Indian Literatures**, Nebraska, v. 16, n. 2, p. 50-64, jun.-ago. 2004.

_____. **Asegi Stories: Cherokee Queer and Two-Spirit Memory**. Tucson: University of Arizona, 2016.

En.oxforddictionaries.com, s.v., “homophobia,” Disponível em: <<https://www.lexico.com/en/definition/homophobia>>. Acesso em: 10/11/2019.

FAIMAN-SILVA, Sandra. Anthropologists and Two Spirit People: Building Bridges and Sharing Knowledge. **Anthropology Faculty Publications**, Bridgewater, Paper 23, p. 1-20, 2011.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad. Renato da Silveira. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2008.

HILL, Darril B.; WILLOUGHBY Brian L. B. The Development and Validation of the Genderism and Transphobia Scale. **Sex Roles**, v. 53, n. 7/8, p. 531-544, oct. 2005.

HILL, W. W., The status of the hermaphrodite and transvestite in navaho culture. **American Anthropologist**, Hoboken, v. 37, n. 2, p. 273-279, abr.-jun. 1935.

_____. Note on the pima berdache. **American Anthropologist**, Hoboken, v. 40, n. 2, p. 338-340, abr.-jun. 1938.

HOLDER, A. D. The Bote: Description of a peculiar sexual perversion found among North American Indians. **New York Medical Journal**, New York, v. 50, p. 623-625, jul.-dez. 1889. Disponível em: <<https://archive.org/stream/newyorkmedicaljo5018unse#page/624/mode/2up>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

JOHANNSEN, Robert W. **To the Halls of the Montezumas: The Mexican War in the American Imagination**. New York: Oxford University, 1985.

KRUG, Etienne G, et. al. (Eds.). **World report on violence and health**. Geneva: World Health Organization, 2002. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/42495/9241545615_eng.pdf;jsessionid=E758FC37D0EFA8D341230CD154C00A5F?sequence=1>. Acesso em: 10 nov. 2019.

LURIE, Nancy O. Winnebago Berdache. **American Anthropologist**, Hoboken, v. 55, n. 5, p. 708-712, dez. 1953.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze, et. al. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2 ed. Trad. Dionísio da Silva Pimenta. Belo Horizonte: Autêntica, 2018, p. 27-53.

MASEQUESMAY, Gina. Sexism. In O'BRIEN, Jodi (Ed.). **Encyclopedia of Gender and Society**, London: SAGE, 2008, p. 748-751.

MCNEIL, Allison (coord.). **Westward Expansion Reference Library Cumulative Index: Almanac**. Detroit: U.X.L., 2001.

Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights. **Background Note on Human Rights Violations against Intersex People**, 2019.

REIS, Elizabeth. Impossible Hermaphrodites: Intersex in America, 1620-1960. **Journal of American History**, Bloomington, v. 92, n. 2, p. 411-441, set. 2005.

REIS, Elizabeth. **Bodies in Doubt: An American History of Intersex**. Baltimore: Johns Hopkins University, 2009.

ROMANS, Bernard. **A Concise Natural History of East and West Florida**. Florida: University of Florida, 1962.

ROSCOE, Will. We'wha and Klah: The american indian berdache as artist and priest. **American Indian Quartely**, Lincoln, v. 12, n. 2, p. 127-150, abr.-jun. 1988.

_____. **The Zuni Man-Woman**. Albuquerque: University of New Mexico, 1991.

_____. **Changing Ones: Third and Fourth Genders in native North America**. New York: St. Martin's Griffin, 1998.

ROUGHGARDEN, Joan. **Evolution's rainbow: Diversity, gender, and sexuality in nature and people**. Berkley: University of California, 2004.

SAGE, Walter N. The Oregon Treaty of 1846. **The Canadian Historical Review**, Toronto, v. 27, n. 4, p. 349-367, dez. 1946.

SMITH, I. et al. Homophobia to heterosexism: constructs in need of re-visitation. **Gay and Lesbian issues and Psychology Review**, [online], vol. 8, n. 1, 2012, p. 34-44.

O FBI DE JOHN EDGAR HOOVER: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

João Paulo Martins Faria

Mestrando

Universidade de São Paulo (USP)

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)

joao.martins.faria@usp.br

Introdução

O FBI é uma instituição federal estadunidense, encarregada do trabalho policial federal e do serviço de inteligência interno. É subordinado diretamente ao *U.S. Department of Justice* (DOJ) e ao chefe deste, o *Attorney General* (o equivalente ao ministro da justiça no Brasil). O *Bureau* faz parte, junto com outras instituições como a *Central Intelligence Agency* (CIA) e a *National Security Agency* (NSA), da comunidade de inteligência norte-americana, liderada pelo *Director of National Intelligence*.

Durante boa parte de sua existência, o FBI foi uma arma política de vários presidentes, utilizado para reprimir movimentos sociais, obter informações sobre membros da oposição e promover atividades clandestinas (escutas, interceptação de correspondência, arrombamentos etc.). No âmbito do anticomunismo, desde a Primeira Guerra Mundial a instituição foi marcada por uma forte repressão a uma variedade de movimentos de esquerda, bem como de várias minorias ao longo das décadas seguintes. Liderado por quase 50 anos por John Edgar Hoover, uma das figuras principais do conservadorismo norte-americano, a agência ganhou poder e prestígio muito significativos, estando na vanguarda da repressão anticomunista por muito mais tempo que outras figuras famosas, como o senador Joseph McCarthy e o *House Un-American Activities Committee* (HUAC).

No entanto, a dificuldade de acesso aos documentos da instituição, aliada a uma historiografia de pouca monta e muitas vezes desconexa, contribuíram para que a atuação do *Bureau* não tivesse tanto destaque quanto outras figuras do anticomunismo dos EUA. Com isso, nosso objetivo nessa comunicação é fornecer uma perspectiva crítica sobre a história da agência, que seja compatível com o papel que a instituição teve na repressão aos movimentos sociais, em especial ao movimento negro.

Nosso percurso analítico será o seguinte: primeiramente traremos à baila a trajetória histórica da instituição, com particular atenção às relações estabelecidas entre o FBI e os movimentos sociais norte-americanos e a autoimagem construída pelo *Bureau* na opinião pública. Em um segundo

momento discutiremos a historiografia relacionada à agência, apontando as convergências entre essas análises e a imagem pública da instituição. Por fim, apontaremos elementos analíticos fundamentais para a superação de determinados vícios nacionalistas que permeiam a literatura científica sobre o tema.³⁶

História do FBI (1908-1968)

Em 1908, durante a presidência de Theodore Roosevelt (1901-1909), o então *Attorney General* dos Estados Unidos, Charles Bonaparte, criou o BOI (*Bureau of Investigation*), uma força investigativa ligada ao Departamento de Justiça. A principal motivação da criação da instituição foi a necessidade antiga do Departamento em ter uma força investigativa própria, já que anteriormente tomava de empréstimo agentes do *Secret Service* para suas investigações. O primeiro momento de maior importância do BOI foi durante a Primeira Guerra Mundial, em que o *Bureau* foi responsável pela vigilância de estrangeiros residentes ou recém-chegados aos EUA. (POWERS, 2004, p. 39-40)

No imediato pós-guerra, os Estados Unidos viveram uma radicalização dos movimentos de esquerda, devida aos desdobramentos da Revolução Russa. Imediatamente o DOJ organizou uma ofensiva contra os considerados radicais, vetorizada pela recém-criada *General Intelligence Division* (GID) dentro do BOI, chefiada por J. Edgar Hoover.³⁷ Os anos de 1919 e 1920 foram os anos chamados de *Red Scare* (Medo Vermelho), em que a GID e Hoover reprimiram fortemente as organizações de esquerda. (POWERS, 1998, p. 23-24) Nesse mesmo ano, as atividades do *Bureau* começaram a se intercalar com a realidade racial norte-americana: a instituição teve seu primeiro agente negro, James Wormley Jones, e também se envolveu numa campanha contra algumas figuras negras importantes, como o lutador Jack Johnson e o militante Marcus Garvey. (KORNWIEBEL, 1998, p. 100-131; POWERS, 2004, p. 62-64)

Desde essa época as atividades do *Bureau* e do DOJ eram questionadas por autoridades e pela população norte-americanas. O caso mais importante nesse sentido foi o afastamento do *Attorney General* Harry M. Daugherty, em 1924, devido a um escândalo político de corrupção. Em seu lugar foi nomeado Harlan F. Stone, junto com a ascensão de Hoover à liderança do BOI. Após esses

³⁶ Essa comunicação é parte de uma pesquisa de mestrado em andamento intitulada *Estados Unidos, FBI e movimento negro: investigações das atividades de Malcolm X e Martin Luther King Jr. (1953-1968)*, com o apoio da Fundação para o Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

³⁷ John Edgar Hoover (1895-1972) foi um advogado norte-americano e o primeiro e mais longo diretor do FBI (1935-1972). Considerando o *Bureau of Investigation*, foi seu 6º diretor (1924-1935). O quartel-general do FBI, localizado na capital Washington, leva seu nome.

acontecimentos, as atividades investigativas passaram a ser mais focadas no crime organizado e no objetivo de reforçar a Lei Seca nos EUA, já que nesse momento o “ímpeto revolucionário” que marcara o país nos anos de 1919 e 1920 estava muito enfraquecido.

Os anos 1930 foram marcados pela profissionalização do *Bureau*. Foi nesse decênio que a instituição criou seu primeiro laboratório criminal, em 1932, e a *FBI Academy*, local de treinamento de seus agentes, em 1935. Além disso, a partir de 1934 os agentes adquiriram a autoridade de realizar prisões e de portar armas. Em 1935, o BOI mudou seu nome definitivamente para *Federal Bureau of Investigation* (FBI).

Também foi nesse período que o FBI passou a investir significativamente em sua imagem pública, com campanhas publicitárias nos jornais e no rádio e com envolvimento direto do *Bureau* na produção de vários roteiros de filmes de Hollywood com a temática policial, exaltando os agentes e a instituição. (THEOHARIS, 2004, p. 41) Esse processo de crescimento esteve ligado ao governo de Franklin Delano Roosevelt, que aumentou fortemente o orçamento da instituição, devido ao contexto de ampliação da força do governo federal com o *New Deal* e ao crescimento do crime organizado. (O'REILLY, 1987, p. 13)

Nesse momento histórico a propaganda veiculada em programas de rádio, filmes e quadrinhos foi bastante bem-sucedida. A figura do agente do FBI e o *Bureau* em si adentraram a cultura *pop* estadunidense e a instituição adquiriu poder e influência bastante significativos. Escorada nessa legitimidade pública, a agência passou a coletar informações pessoais de várias figuras políticas estadunidenses, bem como criar listas de subversivos a serem vigiados. A seletividade dessa vigilância é bastante clara: minorias (particularmente negros e homossexuais) eram alvo prioritário do assédio do *Bureau*. (JEFFREYS-JONES, 2007, p. 155-156)

Durante a Segunda Guerra Mundial o FBI realizou funções similares às do conflito mundial anterior. Com a aliança dos EUA com a URSS, o presidente Roosevelt manteve Hoover longe de qualquer investigação acerca de atividades soviéticas nos Estados Unidos. Contando com o aval do presidente, o *Bureau*, em conjunto com órgãos militares de inteligência, criou um programa de coordenação de informações pertinentes ao conflito mundial, com o FBI ficando encarregado das ações de espionagem e contraespionagem em âmbito doméstico, bem como da jurisdição da América Latina. (JEFFREYS-JONES, 2007, p. 114-117)

Com a morte de Roosevelt e o fim da guerra e da aliança com a URSS, o *Bureau* novamente concentrou suas atenções na investigação de comunistas dentro do território norte-americano. No âmbito repressivo de seu novo programa, o *Bureau* e Hoover começaram um esforço de indexação

dos membros do Partido Comunista dos Estados Unidos (CPUSA) para a adição a uma lista de subversivos. (POWERS, 1998, p. 194-195)

O papel do FBI no início da Guerra Fria foi muito importante, aliando-se a dois dos mais expressivos nomes do anticomunismo nos EUA: os senadores republicanos Joseph McCarthy e Richard Nixon. O *Bureau* teve conexões com McCarthy durante os anos iniciais do período conhecido como macartismo, de extrema vigilância a alegados comunistas. Ex-agentes da instituição, inclusive, faziam parte da equipe do senador. Em 1947, o diretor do FBI apareceu perante o HUAC (*House Un-American Activities Committee*) – controlado por republicanos anticomunistas – criticando a política de contenção do governo e advogando por medidas mais repressivas. Esse envolvimento na luta anticomunista se exacerbou nos anos 1950 e 1960, quando o FBI investigou muitas figuras públicas norte-americanas.

Até a década de 1950, a relação do FBI com o movimento negro em geral foi marcada por dificuldades: mesmo que desde a década de 1930 o *Bureau* fosse encarregado de investigar casos relacionados à violação de direitos civis dos negros, o que mais marcou essa relação foi a repressão às organizações do movimento. A principal diretriz de ação do FBI nos casos envolvendo direitos civis era uma posição legalista, afirmando que esses crimes eram de jurisdição estadual e não federal. Segundo o historiador norte-americano Richard Gid Powers, isso se deve à baixa taxa de sucesso em condenações em casos de direitos civis. Como não conseguia investigar devidamente tais ocorrências, devido aos empecilhos criados por supremacistas brancos e pelas próprias polícias locais, o *Bureau* procurou diminuir sua responsabilidade nesses casos. (POWERS, 2004, p. 72-73) Já o historiador Kenneth O'Reilly justifica o pragmatismo da instituição a partir da antipatia de Hoover em relação à igualdade racial e da dificuldade do FBI em lidar com as polícias locais sulistas nessas investigações. (O'REILLY, 1988, p. 202)

Com o crescimento do movimento negro no pós-guerra, o *Bureau* produziu duas monografias sobre o assunto em 1953 e 1956: *The Communist Party and the Negro* e *The Communist Party and the Negro 1953-1956*.³⁸ A distância curta que separa esses dois escritos é indicativa de uma preocupação crescente com a questão racial nos EUA, mostrando que o FBI considerou importantes as mudanças que ocorreram nesse curto espaço de tempo.

Embora ambas as monografias concluíssem que a tentativa de infiltração comunista no movimento negro tinha sido um fracasso até aquele momento, isso não impediu que o FBI

³⁸ Os documentos podem ser acessados em <https://archive.org/details/foia_FBI_monograph-Communist_Party-Negro-1953> e <<https://archive.org/details/TheCommunistPartyAndTheNegro19531956October1956>> (Acessados em 3 ago. 2018).

investigasse sistematicamente uma série de instituições e figuras públicas negras. Em vários momentos o *Bureau* atuou para sabotar medidas governamentais que buscavam a garantia de direitos à população negra. No final do governo Eisenhower (1953-1961), o Departamento de Justiça organizou uma campanha de registro de votantes negros no sul dos EUA, garantindo que investigações fossem feitas em casos de violência contra tais pessoas. Ao solicitar agentes do FBI para coletar depoimentos, fazer proteção de locais de registro de voto e analisar documentos, o departamento se deparou com várias medidas do *Bureau* no sentido de retardar a campanha, como a negação de ceder agentes e a apreensão de documentação excessiva, tornando o trabalho do DOJ inviável. (O'REILLY, 1991, p. 49-77)

Além disso, era muito comum o vazamento de informações do FBI para departamentos de polícia locais que eram ligados a movimentos segregacionistas. Em uma *Freedom Ride* que aconteceu em maio de 1961, na cidade de Birmingham, no estado do Alabama, os agentes do *Bureau* que detinham informações sobre o itinerário dos manifestantes as cederam para o chefe de polícia local, que era sabidamente simpatizante da Ku Klux Klan. (O'REILLY, 1991, p. 86-89)

No final da década de 1950, com muitas de suas investigações frustradas por decisões do Departamento de Justiça ou da Suprema Corte, o FBI instituiu um novo programa secreto de investigações, o COINTELPRO (*Counterintelligence Program*). Inicialmente voltado para investigações de comunistas, o programa foi significativamente usado também contra figuras públicas negras, como Martin Luther King Jr. Em 1967 o *Bureau* iniciou de fato uma seção específica do COINTELPRO para a atuação contra organizações negras radicais, principalmente os Panteras Negras. Seu objetivo era “expor, romper, desviar, desacreditar ou então neutralizar as atividades de organizações e grupos de ódio nacionalistas negros, seus porta-vozes, membros e colaboradores, e combater sua propensão para violência e desordem civil”.³⁹

A inércia do governo de John F. Kennedy também contribuiu para a escalada da vigilância em relação ao movimento negro. Interessado em não perder o apoio dos democratas sulistas, adeptos da segregação racial, o presidente se aproximou de pautas dos *Civil Rights* de forma lenta. Quando finalmente o tema racial foi incorporado pelo projeto político de Kennedy, também era do seu interesse que o movimento fosse vigiado de perto e controlado, já que qualquer conexão dos *Civil*

³⁹ Do original: “The purpose of this new counterintelligence endeavor is to expose, disrupt, misdirect, discredit, or otherwise neutralize the activities of black nationalist, hate-type organizations and groupings, their leadership, spokesmen, membership, and supporters, and to counter their propensity for violence and civil disorder.” Carta ao SAC (Special Agent in Charge) de Albany, 25 de agosto de 1967, Section 1, Serial 100-448006, p. 2.

Rights com algum comunista poderia causar sérios danos à imagem do governo. (O'REILLY, 1988, p. 202-205)

Com a ascensão de Lyndon Baines Johnson à presidência, estabeleceu-se um laço de profunda dependência entre o presidente e Hoover, já que o diretor só pôde se manter no cargo via decreto presidencial por ter ultrapassado a idade de aposentadoria compulsória. Com isso, o FBI passou a ser diretamente utilizado por Johnson para vigiar a oposição. Com Cartha DeLoach – número 3 do FBI à época, atrás apenas de Hoover e do braço direito dele, Clyde Tolson – como ligação direta com o presidente, o FBI coordenou com a Casa Branca a vigilância aos ativistas do movimento negro, aos opositores da Guerra do Vietnã, aos movimentos estudantis e até ao próprio partido democrata. (THEOHARIS, 2004, p. 125-126)

Com o novo presidente também o reforço aos *Civil Rights* ganhou fôlego, com a aprovação do *Civil Rights Act* de 1964 e o *Voting Rights Act* de 1965, não sem uma pressão fundamental dos movimentos negros. Dessa forma, o FBI passou também a ser mais pressionado para investigar casos de violência contra a população negra. Símbolo máximo desse novo momento foi a abertura de um novo escritório regional do *Bureau* na cidade de Jackson, no Mississippi, em 1964. Tal episódio se deu por pressão popular após o sequestro e assassinato de três ativistas na cidade por parte de supremacistas brancos. Como a agência não tinha nenhum escritório no estado até aquele momento, a investigação foi extremamente lenta e ineficaz, fazendo com que o presidente e o diretor usassem a criação da nova unidade do *Bureau* para reforçar as relações públicas da instituição e reafirmar um compromisso (ao menos teórico) com os casos que envolviam direitos civis. (POWERS, 2004, p. 267)

Naquele momento o *Bureau* já dava sinais de enfraquecimento. O envelhecimento de Hoover e a dependência para com o presidente se tornaram fatores impeditivos para a manutenção da imagem pública e dos privilégios da instituição. A continuidade da vigilância e da repressão aos movimentos sociais começaram a cobrar seu preço, com vários boatos circulando no Congresso e na imprensa sobre as escutas do FBI a ativistas, principalmente a Martin Luther King Jr. Embora as escutas tivessem sido legalizadas em 1968, isso não impediu que o *Bureau* fosse fortemente questionado em seu trato com ativistas. (JEFFREYS-JONES, 2007, p. 167).

A ascensão de Nixon no ano de 1969 representou a total falta de controle do FBI sobre suas próprias técnicas investigativas. O novo presidente republicano tratou logo de organizar o chamado *Huston Plan*, que se tratava basicamente da expansão nacional da vigilância a cidadãos norte-americanos, nos moldes do COINTELPRO do *Bureau*. Embora o plano não tenha sido levado a cabo,

toda a movimentação do governo para fazê-lo foi sintomática da falta de força política por parte do diretor do FBI, que se opôs ao plano por saber que não haveria como manter o esforço em segredo da imprensa e da população. Tendo falecido em 1972, o velho diretor não viveu o bastante para ver sua instituição ser denunciada publicamente em meados dos anos 1970 pelos abusos cometidos. Em 1975 foi organizado pelo senado o *Church Committee* para investigar denúncias contra as principais agências de inteligência do país, o FBI, a CIA e a NSA.

Historiografia do FBI

Segundo o historiador Rhodry Jeffreys-Jones não há propriamente uma historiografia sobre o FBI. De acordo com o autor, diferentemente de outras instituições como a Suprema Corte ou o Congresso, o *Bureau* foi objeto de estudo de apenas alguns poucos autores, com trabalhos muitas vezes desconexos entre si. (JOHNSON, 2007, p. 39) As considerações de outros historiadores, como Richard Gid Powers, oferecem indícios que justificam essa limitação historiográfica. Segundo ele, a possibilidade de haver pesquisas sobre a instituição só surge no final dos anos 1970, quando as primeiras documentações da agência são depositadas no *National Archives*. (THEOHARIS, 2000, p. ix)

Desse modo, antes de 1974 e das emendas ao *Freedom of Information Act* (FOIA), nenhum escrito do FBI jamais foi disponibilizado a qualquer historiador.⁴⁰ A produção sobre o *Bureau* antes do final dos anos 1970 geralmente foi de jornalistas ou ex-funcionários da instituição, quase sempre com problemas sérios de limitação do conhecimento sobre as atividades do FBI ou mesmo um interesse em expressar uma imagem positiva da instituição. (THEOHARIS, 2000, p. ix)

O primeiro trabalho sobre a agência foi escrito por Max Lowenthal. Esse autor era um advogado e amigo próximo ao presidente Harry Truman. Segundo Jeffreys-Jones, esse contato com Truman foi fundamental para a escrita de seu livro *The Federal Bureau of Investigation* em 1950. Devido a sua própria formação liberal e aos problemas que o FBI teve com Truman, a narrativa do autor oferecia uma perspectiva bastante crítica aos caminhos que o *Bureau* trilhou até 1950. De acordo com ele, um *Bureau* cada vez mais forte e autônomo poderia contribuir para a instalação de um Estado policial nos EUA. De acordo com Lowenthal, desde a fundação o FBI é uma expressão do autoritarismo do governo federal estadunidense, apontando para a importância do episódio da criação da instituição em 1908 durante o recesso do Congresso. (LOWENTHAL, 1950)

⁴⁰ O *Freedom of Information Act* é a lei que configura o acesso às informações dos documentos federais estadunidenses.

Embora fosse o primeiro a escrever sobre a instituição, o trabalho de Lowenthal apresenta sérias limitações. Naquele momento não havia qualquer perspectiva ou chance de obter documentações sobre a atividade da agência, fazendo com que o trabalho do autor se debruçasse apenas sobre a atividade pública do FBI, como a atuação contra diversos movimentos sociais e a luta contra o crime organizado nos anos 1930. Dessa forma, mesmo que seu trabalho apresentasse uma perspectiva crítica à instituição, ela soou muito mais como a expressão de sua posição política do que um trabalho científico embasado.

O segundo livro sobre o *Bureau* foi *The FBI Story*, escrito pelo jornalista Don Whitehead e publicado em 1956. A obra é fruto de um relacionamento bastante próximo entre o autor e a instituição, resultando em um trabalho bastante apologético à agência e ao diretor Hoover. Embora fosse o primeiro indivíduo de fora da instituição que teve acesso aos arquivos do FBI, todo o processo que o levou até aquele momento foi bastante problemático. Whitehead foi escolhido a dedo pela divisão de relações públicas do FBI para escrever uma narrativa sobre a agência.

Outros fatores contribuem para que *The FBI Story* tenha um *status* maior como documento histórico do que como uma obra jornalística sobre o FBI. Primeiramente, o fato de o próprio Hoover ter escrito o *Foreword* do livro. Nesse sentido, o uso da obra como plataforma para reproduzir a narrativa do *Bureau* sobre si mesmo é bastante claro:

O FBI é uma organização bem costurada e cooperativa de mais de 14.000 homens e mulheres. É uma organização que funciona como um time. Gosto de falar dela como uma “organização coletiva”. Cada membro de sua equipe tem deveres bem definidos e responsabilidade pessoal e individual sobre a realização desses deveres. Nenhum caso é resolvido pelos esforços de uma única pessoa. Nossas conquistas foram realizadas através dos esforços combinados da organização. (WHITEHEAD, 1964, p. xiii)

A autoimagem desenvolvida pelo *Bureau* a partir dos anos 1930 fica bem clara nesse trecho. A visão do FBI como um todo perfeitamente coeso, a infalibilidade de sua atuação, a eficiência e a rigidez com as regras, todos esses elementos estão presentes na fala de Hoover. Don Whitehead também reproduz essa visão, mas apenas para reafirmar a administração do diretor, colocando o *Bureau* pré-Hoover como uma instituição marcada pela corrupção e pela ineficiência. Desse modo, o diretor era representado, de forma idealizada, como o homem que havia trazido os benefícios da ciência e da administração racional para o FBI. (WHITEHEAD, 1964, p. 3)

Outro livro sobre a instituição só veio a existir nos anos 1960. Publicado em 1964, *The FBI Nobody Knows* foi escrito por Fred J. Cook, um jornalista liberal norte-americano. Sua obra recuperou

boa parte das críticas de Lowenthal à instituição, ressaltando o perigo que o *Bureau* representava para a democracia norte-americana. Escrito em um contexto de intensa agitação social, a obra apresenta alguns temas que foram recorrentes da historiografia propriamente dita da instituição a partir dos anos 1980. Influenciado pelo movimento dos *Civil Rights*, Cook apontou pela primeira vez o histórico problemático do FBI em relação à questão racial no país, ressaltando a repressão a que o movimento negro foi submetido por parte do antigo BOI desde a década de 1910. (COOK, 1966, p. 22-23)

A leva de trabalhos posterior sobre o *Bureau* só veio após os escândalos que acometeram o governo federal estadunidense em meados dos anos 1970. O caso Watergate e as denúncias públicas ao FBI, a CIA e a NSA fizeram com que o interesse nessas instituições aumentasse e gerasse um clima político favorável à liberação de documentação dessas instituições.⁴¹ Nesse sentido as emendas ao FOIA em 1974 e a instauração do *Church Committee* no ano seguinte foram fundamentais para que finalmente pesquisadores pudessem ter acesso aos documentos do *Bureau*. Em 1982 foi lançado um trabalho único e pioneiro, o livro *Are You Now or Have You Ever Been in the FBI Files?* de Ann Mari Buitrago e Leon Andrew Immerman. O foco do livro foi auxiliar os leitores a fazerem requisições pelo FOIA e obter documentos do FBI. Além disso, os autores tecem comentários sobre os tipos de escritos existentes e sobre a produção destes. (BUITRAGO; IMMERMANN, 1982) Embora não seja propriamente acadêmica, a obra é uma das únicas a tratar desse tipo de assunto, tornando-se leitura obrigatória para qualquer pesquisa no campo.

Uma nova geração de pesquisadores se consolidou nos anos 1980, tendo como principais nomes Kenneth O'Reilly, David Garrow e Athan Theoharis. O'Reilly é um historiador norte-americano envolvido com a história do FBI desde seu PhD. Sua tese apresenta uma análise importante sobre as relações entre o *Bureau*, o HUAC e o anticomunismo em meados do século. (O'REILLY, 1981) Sua produção foi bastante diversificada, estudando as conexões entre a agência e o *New Deal*, o macartismo e o governo Kennedy. Com uma perspectiva bastante crítica em relação à instituição, O'Reilly recuperou as considerações de Lowenthal e Cook, só que dessa vez com o embasamento documental suficiente para estruturar uma crítica coerente ao FBI de Hoover.

O destaque de sua obra vai para seu livro de 1991, *Racial Matters: The FBI's Secret File on Black America*. Analisando de forma ampla todo o envolvimento da instituição na questão racial nacional, o historiador produziu a obra mais relevante e geral sobre o relacionamento entre o FBI e a população negra norte-americana. Seu trabalho cobre a investigação do *Bureau* dos principais

⁴¹ O episódio Watergate foi um escândalo de espionagem ao partido democrata por parte da presidência de Richard Nixon no início dos anos 1970.

episódios da trajetória do movimento negro estadunidense: as lutas pelo *Civil Rights Act* e o *Voting Rights Act*; as perseguições à Ku Klux Klan; o COINTELPRO; e a perseguição da agência aos Panteras Negras. (O'REILLY, 1991)

Embora por vezes também seu trabalho apresente uma personalização excessiva na figura de Hoover, sua análise é de extremo valor para o campo, tendo inserido novas temáticas e novos problemas para analisar a história do FBI, tais como: a relação entre o *Bureau* e outras instituições do governo norte-americano, evitando um certo “isolamento” analítico no trato das fontes da agência; a importância do conhecimento sobre a dinâmica interna da instituição, principalmente em relação ao perfil racial dos funcionários; e as conexões entre o FBI e as polícias locais. (O'REILLY, 1991, p. 31-32)

Já David Garrow é um historiador estadunidense e também escritor prolífico sobre a questão racial e o FBI. É o único autor a publicar uma obra exclusivamente sobre a investigação de Martin Luther King Jr., sendo um livro de referência sobre o assunto. (GARROW, 1988) Garrow também teve produção relevante com considerações metodológicas sobre as fontes do *Bureau*, principalmente um guia sobre as fontes da investigação de King e um artigo sobre a importância do estudo dos informantes do FBI e do uso da história oral como potencial para a historiografia do tema.⁴²

O terceiro autor, Athan Theoharis, é um historiador com produção significativa no âmbito da História do FBI, particularmente em questões metodológicas. Sendo um dos poucos autores a considerar a importância dos processos de arquivologia do *Bureau*, seu trabalho é inestimável para inserir novas abordagens em relação às fontes aqui estudadas. Entre suas contribuições também estão artigos sobre a importância de um olhar crítico aos processos de liberação de documentação através do FOIA e a influência do trabalho de inteligência na confecção dos escritos do FBI. (THEOHARIS, 1984)

Theoharis também foi um dos organizadores do *The FBI: A Comprehensive Reference Guide*, coletânea de textos sobre aspectos fundamentais do funcionamento do *Bureau*, como as relações da instituição com outras instâncias governamentais, a cultura institucional do FBI, a estrutura e hierarquia da agência e a importância da instituição na cultura popular norte-americana. No entanto, suas obras tem uma fronteira bastante rígida entre as considerações metodológicas e os trabalhos historiográficos em si, assim como quase todos os outros autores aqui mencionados.

Assim, esses três primeiros acadêmicos foram os pioneiros no campo historiográfico sobre o FBI. Suas abordagens e focos acadêmicos são tanto fruto de suas subjetividades quando do contexto

⁴² <http://www.lexisnexis.com/documents/academic/upa_cis/10733_MLJKrFBIFilePt1.pdf>. Acessado em 31 out. 2019.

em que viveram. A novidade do acesso às fontes do FBI, bem como um desconhecimento geral sobre a atuação da instituição em suas investigações de inteligência certamente direcionaram esses trabalhos para um foco muitas vezes mais descritivo e com poucas reflexões teóricas sobre os documentos manuseados. Quando essas reflexões se fizeram presentes, em geral também não apresentaram uma coordenação com as narrativas. No entanto, são trabalhos fundamentais para o entendimento da instituição e extremamente relevantes até hoje.

Na esteira dessa primeira onda de análise acadêmica também ressurgiram trabalhos e narrativas de fora da área da História. Conjuntamente, novos temas passaram a ser objeto de estudo por parte de pesquisadores e jornalistas. Frank Donner, advogado norte-americano, mesmo antes dos historiadores já havia tecido uma análise sobre o sistema de inteligência norte-americano em seu livro *The Age of Surveillance*, em 1980. Seu foco de estudos no caso do FBI foram os COINTELPRO, alegando que o poder do *Bureau* era o de transformar o sistema de inteligência em arma política para influenciar opiniões e moldar a sociedade de acordo com um projeto conservador. (DONNER, 1980)

Nove anos depois o cientista político norte-americano William Keller também publicou um livro sobre o papel dos liberais na construção da comunidade de inteligência dos EUA. Seu argumento é que mesmo esse grupo sendo em geral profundamente crítico à vigilância, eles também foram responsáveis pela construção de um “Estado de Inteligência Doméstica”. (KELLER, 1989) Jornalistas também escreveram suas narrativas sobre a instituição, tendo destaque Ronald Kessler, que já escrevia sobre o FBI desde o fim dos anos 1960 e que publicou numerosas obras sobre o *Bureau*. (KESSLER, 1994)

Em comum, todos esses autores se encontravam em um período de mudanças profundas na agência. Os escândalos descobertos nos anos 1970, a morte de Hoover e o *Church Committee* engatilharam reformas intensas no FBI, e a visão do público em geral sobre a instituição se tornou bastante crítica. Com toda a autoimagem construída na Era Hoover destruída, a agência foi forçada a ceder às mudanças e isso contribuiu para a emergência de vários desses trabalhos delineados acima. Com o atentado de 11 de setembro de 2001, as coisas mudam. Passou-se a criticar as próprias reformas em si, que teriam deixado o *Bureau* sem o respaldo governamental e público para combater o terrorismo.

Os autores que escreveram sobre o FBI no século XXI passaram a questionar as mudanças pela qual a instituição passou nos anos 1970 e 1980. Dentre eles se destacam Rhodry Jeffreys-Jones e Richard Gid Powers. Embora já lidassem com o *Bureau* e com a inteligência norte-americana desde antes do 11 de setembro, esses dois autores produziram suas principais obras já nos anos 2000.

Powers, historiador norte-americano, escreveu seu livro *Broken: The Troubled Past and Uncertain Future of the FBI* em 2004, realizando um trabalho significativo com relação a toda a trajetória da instituição. Tecendo críticas tanto ao FBI de Hoover quanto ao FBI das reformas, o historiador conseguiu aliar de forma inédita sua narrativa às análises e considerações teóricas com relação à autoimagem da agência e ao contexto em que o *Bureau* se encontrava.

Segundo Powers, o *Bureau* das reformas teve uma completa reversão feita à força em sua cultura. De um foco obsessivo em inteligência durante a diretoria de Hoover, a agência a partir dos anos 1980 passa a ter uma cultura de “anti-inteligência”. Isso porque a atividade desenvolvida pelo FBI nas décadas anteriores só se deu por causa de uma autonomia e uma imagem pública muito fortes e particulares, elementos que se provaram extremamente danosos a um sistema político que se dizia democrático. Sem essa estrutura, o *Bureau* das reformas não conseguiu desenvolver sua atividade de inteligência sob outras bases, e as críticas constantes ajudaram a manter o FBI longe de quaisquer investigações polêmicas. (POWERS, 2004, p. 404)

Embora seja talvez a principal obra sobre a instituição, a argumentação que Powers trouxe em *Broken* é um tanto problemática. Sua visão sobre a agência se torna por vezes muito ingênua. Segundo ele, durante os anos das reformas

a cultura do FBI era simplesmente uma adaptação da cultura do Departamento de Justiça, do Congresso e do país inteiro, uma cultura profundamente contra o trabalho de aplicação da lei e, é claro, contra qualquer vigilância doméstica. Para a cultura do *Bureau* mudar, a cultura do resto do país teria que mudar também – como mudou (o quão permanente é ainda precisamos ver) após o 11 de setembro. (POWERS, 2004, p. 424)

Fica claro nesse trecho e em outros da obra que Powers quase sempre vê o *Bureau* como o reflexo da sociedade norte-americana. Dessa forma, uma sociedade profundamente paranoica e anticomunista deu luz a um FBI igualmente anticomunista e obsessivo com uma luta muitas vezes ilusória. Uma sociedade profundamente crítica à vigilância e ao poder governamental deu origem a um FBI muitas vezes covarde para exercer suas funções. O problema dessa visão do autor é duplo: ao mesmo tempo que simplifica demais o contexto em que o *Bureau* se encontra, generalizando o apoio e/ou as críticas à instituição, também de certa forma retira do FBI sua autonomia em questão de autoimagem e atuação. Indo além, a visão da agência apenas como um reflexo da sociedade é completamente contraditória às próprias considerações do autor sobre a atuação extremamente independente do *Bureau* durante os anos Hoover. Certamente o entorno é importante para a construção do FBI, mas não pode ser considerado o único fator. Suas ações também são fruto de seus

próprios funcionários, das relações que estabelecem com o governo e com a sociedade, bem como de sua dinâmica interna.

A análise de Powers também é muito ancorada em uma visão idealizada sobre as fundações do *Bureau*. Segundo o autor,

o *Bureau* nasceu da luta progressivista para acabar com a corrupção no governo e exercer a justiça sobre os malfeitores ricos. O presidente e o *Attorney General* que fundaram o *Bureau* esperavam que ele aplicasse a lei contra os ricos e poderosos, contra senadores e deputados, contra juízes e advogados, contra magnatas corporativos e seus impérios industriais. Teddy Roosevelt fundou o *Bureau* porque o governo federal, e apenas o governo federal, tinha o poder de levar os criminosos com riqueza e poder a justiça. (POWERS, 2004, p. 61)

Nesse trecho fica claro que o historiador vê com muito bons olhos as figuras de Theodore Roosevelt e Charles Bonaparte. A partir disso, a visão idealizada do *Bureau* toma forma, com uma instituição que tem por objetivo “exercer a justiça sobre os malfeitores ricos”. O problema dessa interpretação é que ela reproduz acriticamente a narrativa dessas próprias figuras políticas, sem o distanciamento adequado para uma análise mais profunda. Nesse sentido, ignora-se completamente que o próprio Roosevelt era também membro dessa elite rica estadunidense, e com interesses econômicos e políticos específicos. O projeto de Theodore Roosevelt passava de forma muito veemente nessa questão de combater os “ricos e poderosos”. (GERSTLE, 2001, p. 7)

Dessa forma, a interpretação de Powers causa dois desconfortos analíticos: cai na armadilha do discurso que ele mesmo tenta analisar, reproduzindo as visões idealizadas de seu objeto de estudo; e cria um ponto de referência perigoso para interpretar a história do *Bureau*. Sob essa perspectiva, toda a atividade posterior da instituição é sempre jogada nesse pano de fundo idealizado de sua fundação. Com isso, as atividades ilegais e clandestinas exercidas pelo FBI posteriormente não são entendidas por si mesmas, em seus respectivos contextos, e sim por um prisma de desrespeito aos ideais fundadores do *Bureau*. Assim, as ações tomadas pela instituição a partir da aplicação do *Mann Act*⁴³ em 1910 já são vistas como uma “traição” à própria instituição:

Na verdade, a aplicação do *Mann Act* deu ao *Bureau* seu primeiro “grande empurrão” para longe das importantes, mas difíceis e sensíveis, investigações econômicas e políticas de 1908 em direção às investigações pequenas com grande recompensa publicitária que não incomodavam interesses políticos e econômicos importantes. (POWERS, 2004, p. 66)

⁴³ O *Mann Act* foi uma lei aprovada em 1910 para combate da prostituição. Foi bastante usado para a perseguição de homens negros que se relacionavam com mulheres brancas. O caso mais famoso foi a repressão ao lutador Jack Johnson.

Nesse sentido, essa interpretação acaba tirando o peso devido de elementos que o próprio Powers sublinha. A importância da publicidade para o *Bureau*, o contexto racista dos EUA nos anos 1910, os conflitos entre diferentes grupos da elite norte-americana, tudo isso se torna mero detalhe em relação a essa suposta mudança de foco da instituição, de seus ideais fundadores para repressão e publicidade. De certa maneira a análise do historiador também reproduz essa narrativa do FBI sobre si mesmo: uma instituição com grandes responsabilidades, fundada com o intuito de combater os crimes que nenhuma outra força policial podia combater.

Não se trata de negar a importância do contexto em que o BOI foi fundado, o projeto político que sua fundação subjaz ou deixar de lado a centralidade da investigação dos “ricos e poderosos”, mas sim de colocar em perspectiva todas as ações realizadas pela instituição, entendendo as condições de possibilidade delas. Dessa forma, pode-se analisar de forma mais refinada a trajetória da instituição sem recorrer a essa autoimagem construída pelo *Bureau*, algo que constitui um perigo a qualquer pesquisador, dada a amplitude que a agência alcançou nesses mais de cem anos de existência.

Já Rhodry Jeffreys-Jones é um historiador galês com um trabalho mais ligado ao estudo das instituições de inteligência em países como os EUA e a Inglaterra. Por se encontrar fora dos Estados Unidos e não ser propriamente um autor da área da História do FBI, suas contribuições são muito relevantes para o campo e para essa pesquisa em si, já que, assim como Powers, ele também traz à tona novas variáveis a serem analisadas sobre o *Bureau*. Sua principal obra, *The FBI: A History*, é um livro de referência no assunto, com considerações bastante diferentes de boa parte dos autores do tema.

Jeffreys-Jones aponta, por exemplo, para a centralidade do tema racial para a trajetória histórica do *Bureau*, apontando de forma bastante enfática as formas de discriminação que a instituição aplicou em sua própria hierarquia, fazendo a ressalva de que isso nunca foi exclusividade do FBI. Para esse historiador, o estudo sobre essa instituição constitui um campo privilegiado para entendermos as dinâmicas raciais e políticas da História dos EUA no geral, já que a agência esteve no epicentro das tensões nacionais relacionadas ao debate entre federalismo e antifederalismo. (JEFFREYS-JONES, 2007, p. 1-4)

Também elemento importante do trabalho de Jeffreys-Jones foi o distanciamento do personalismo relacionado a J. Edgar Hoover. Nesse sentido, uma das grandes qualidades de sua análise é prestar mais atenção à relação do FBI com seu entorno, principalmente a imprensa, outras instâncias governamentais e os diferente *Attorneys General*, reavaliando os papéis desses outros

agentes históricos nas ações levadas a cabo pela agência. Segundo o autor, esse personalismo é fruto da própria autoimagem que Hoover e o FBI construíram de si mesmos. Como era retratado como uma figura praticamente onisciente, diversos historiadores acabaram reproduzindo essa visão ao avesso, apontando constantemente para o diretor quando outras figuras foram igualmente responsáveis pelas ações da instituição. (JEFFREYS-JONES, 2007, p. 8)

Algumas das limitações de seu trabalho são compartilhadas com as de Richard Gid Powers. Jeffreys-Jones constantemente evoca uma pré-história do *Bureau* como um momento de mais otimismo, ao menos na questão racial relacionada ao governo federal. Em passagem bastante problemática o autor expõe justamente a visão de autores que, como Powers, veem o FBI como traidor de seus próprios valores fundadores:

Retratar o FBI como tendo traído a si mesmo e a América por boa parte de sua existência é aceitar a premissa de uma visão positiva da História dos EUA. Em um estilo mais pessimista, poder-se-ia argumentar que os agentes federais como estabelecidos nos anos 1870 eram uma anomalia, já que a Reconstrução foi um período anômalo na história americana. Continuando por essa via, o argumento seria que, a partir da segunda década do século XX, a América tinha retornado a seu caráter conservador, desagradável, nativista, xenófobo, e que o FBI simplesmente aderiu a isso. Depende de como se define o caráter americano – é baseado em justiça, equidade e democracia ou não? Considerando o fato de que outras nações têm históricos piores de intolerância, a presunção nesse livro é que os Estados Unidos são, caracteristicamente, devotos de valores justos e democráticos e que uma agência que os ignora está, assim, traindo a si mesma. (JEFFREYS-JONES, 2007, p. 7)

Embora não seja norte-americano, Jeffreys-Jones claramente reproduz de forma até simplista a narrativa nacional dos EUA, considerando o “caráter americano” que consiste em valores morais positivos. Nesse trecho fica clara nossa crítica anteriormente feita a Powers, ou seja, a de que essa perspectiva de “traição dos valores fundadores” retira a devida importância de outros fatores analíticos fundamentais. Sob essa visão, questões extremamente problemáticas como o “caráter americano” e o nacionalismo tornam o debate uma competição de históricos nacionais de intolerância.

Indo além, o próprio do papel do historiador nessa abordagem é o de valorar positiva ou negativamente a história nacional norte-americana. É importante deixar claro que nossa análise é voltada para uma direção completamente oposta. Não tratamos aqui de valorações morais sobre a trajetória histórica dos Estados Unidos ou sobre julgar o “caráter americano”. Buscamos sim entender os acontecimentos relacionados ao FBI e à questão racial por si mesmos, de acordo com contextos específicos em que se inserem.

Também é interessante ressaltar que nessa nova leva de estudos pós-11 de setembro Athan Theoharis voltou a produzir sobre o FBI. O historiador norte-americano escreveu em 2004 o livro *The FBI & American Democracy: A Brief Critical History*. Em uma visão atualizada sobre as reformas dos anos 1980, o autor incorpora em sua análise a crítica ao *Bureau* pré-atentado, ressaltando como as reformas do *Church Committee*, embora bem-intencionadas, não surgiram o efeito ideal, fazendo com que a instituição perdesse a influência e o poder necessários para exercer suas funções de maneira aceitável. (THEOHARIS, 2004, p. 1) Mais do que isso, o autor também incorporou aspectos importantes sobre o trabalho de inteligência em sua análise, compondo um capítulo inteiro para os processos de arquivamento da documentação do FBI. De qualquer forma, ao que parece em trabalhos mais recentes, as fronteiras claras entre os estudos de inteligência e sobre o FBI vem ficando mais fluidas. (THEOHARIS, 2004, p. 105-116)

Considerações Finais

Percebe-se que a literatura acadêmica sobre o FBI tem limitações bastante significativas. Primeiramente, ela é pequena em termos quantitativos. Periodicamente surgem novas levadas de estudos graças a algum acontecimento que renova o interesse dos historiadores acerca da instituição (*Church Committee*, 11 de setembro, etc.). As conexões entre esses trabalhos são geralmente efêmeras, se limitando ao uso de dados de algum escrito anterior. A segunda limitação é uma visão excessivamente otimista da instituição, reproduzindo acriticamente determinados postulados sobre os antecedentes do *Bureau*, sua criação e mesmo a narrativa nacional norte-americana.

Por fim, é notável a falta de reflexões metodológicas acerca das fontes consultadas, tendo os arquivos do FBI um papel quase que exclusivamente descritivo para os autores que mencionamos anteriormente. O livro de Buitrago e Immerman, por exemplo, não aparece nas referências de nenhum trabalho de O'Reilly, Powers, Jeffreys-Jones ou Theoharis. A consequência dessa limitação é a falta de um olhar crítico em relação aos documentos, o que resulta, por sua vez, em um foco excessivo no *que* aconteceu, ao invés de *como* aconteceu. Em parte, essa abordagem descritiva se explica pelas dificuldades encontradas no trabalho com as fontes do FBI: acesso difícil; fontes em quantidade massiva; falta de acesso aos arquivos do *Bureau*; e falta de noção acerca do que existe de documentação.

Outra parte decorre do momento em que algumas obras sobre o FBI são escritas. Os escritos dos anos 1980 e 1990 são muito tributários da novidade em relação ao acesso aos documentos da

agência. Aliado a isso, a repercussão do *Church Committee* e da crise dos anos 1970 em relação às agências de inteligência também teve papel fundamental na concepção de trabalhos que buscavam entender o que ocorreu nas investigações do FBI de Hoover.

No entanto, as obras do século XXI ainda guardam algumas limitações que poderiam ser parcialmente resolvidas com a incorporação de novas perspectivas da arquivologia e da antropologia. Dessa maneira, elementos relacionados às fontes ainda não são explorados, como a tipologia, os arquivos, os números seriais e a circulação de documentos. A adição dessas variáveis à análise pode contribuir para expandir o campo de estudos sobre o FBI e inseri-lo propriamente em outras chaves de entendimento da história norte-americana, principalmente no tocante ao anticomunismo e à repressão aos movimentos sociais nos EUA.

Nesse sentido, é necessária uma abordagem crítica das fontes do *Bureau* para que se saia do descritivismo como ponto focal das obras sobre a instituição. A existência da agência e seu sucesso em seus primeiros 50 anos de funcionamento só podem ser devidamente entendidos a partir da reconstituição de seus processos de construção de sentido, particularmente a partir da produção de documentos e do desenvolvimento de uma autoimagem pública. A recusa a esses novos parâmetros leva, como vimos, a uma armadilha metodológica de reproduzir cadeias de sentido criadas pelos próprios funcionários do FBI, com o intuito de legitimar as ações da instituição e esconder os excessos ilegais e clandestinos da agência.

Referências bibliográficas

BUITRAGO, Ann Mari. IMMERMANN, Leon Andrew. **Are you now or have you ever been in the FBI Files?** How to Secure and Interpret Your FBI Files. New York: Grove Press, 1982.

COOK, Fred J. **O FBI por Dentro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

GARROW, David. **The FBI and Martin Luther King, Jr.** New York: Penguin Books, 1988.

GERSTLE, Gary. **American Crucible: race and Nation in the Twentieth Century**. New Jersey and Oxford: Princeton University Press, 2001.

KELLER, William. **The Liberals and J. Edgar Hoover: Rise and Fall of a Domestic Intelligence State**. Princeton: Princeton University Press, 1989.

KESSLER, Ronald. **The FBI**. New York: Pocket Star Books, 1994.

KORNWEIBEL, Theodore. **Seeing Red: Federal Campaigns Against Black Militancy (1919-1925)**. Bloomington: Indiana University Press, 1998.

LOWENTHAL, Max. **The Federal Bureau of Investigation**. New York: William Sloane, 1950.

O'REILLY, Kenneth. **Racial Matters: The FBI's Secret File on Black America, 1960-1972**. New York: Free Press, 1991.

_____. The FBI and the Civil Rights Movement during the Kennedy Years: from the Freedom Rides to Albany. **The Journal of Southern History**, v. 54, n. 2 (May, 1988), p. 201-232.

_____. The Bureau and the Committee: A Study of J. Edgar Hoover's FBI, the House Committee on Un-American Activities, and the Communist Issue. Tese de Doutorado, University of Wisconsin, 1981.

POWERS, Richard Gid. **Broken: The Troubled Past and Uncertain Future of the FBI**. New York: Free Press, 2004.

_____. **Not Without Honor: The History of American Anticommunism**. New Haven and London: Yale University Press, 1998.

THEOHARIS, Athan. **The FBI and American Democracy: A Brief Critical History**. Kansas City: Kansas University Press, 2004.

_____. The FBI and the FOIA: Problems of Access and Destruction. **The Midwestern Archivist**, v. 5, n. 2, 1981.

_____ (org.). **The FBI: A Comprehensive Reference Guide**. New York: Oryx Press, 2000.

_____. Researching the Intelligence Agencies: The Problem of Covert Activities. **The Public Historian**, v. 6, n. 2 (Spring), 1984.

WHITEHEAD, Don. **The FBI Story**. London: Frederick Muller, 1956.

A RUPTURA DAS ESQUERDAS NORTE-AMERICANAS NOS LONGOS ANOS 1960: O CONFLITO ENTRE A LID E O SDS⁴⁴

Raphael Barreiros de Farias

Graduado em História

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Raphaelbfarias.rbdf@gmail.com

Introdução

A eleição de Franklin D. Roosevelt à presidência dos EUA foi a resposta de uma população desesperada por uma solução para o alto nível de desemprego e miséria causados pela crise de 1929. Ao longo dos anos que ocupou a Casa Branca – o que fez por mais de uma década –, conseguiu, com suas políticas do *New Deal*, melhorar a economia e apaziguar muitos problemas sociais estadunidenses resultados pela quebra da bolsa de Nova Iorque. Porém, o que gerou o grande desenvolvimento da economia norte-americana a partir de meados da década de 1940 – que durou até a década de 1970 – foi o crescimento de produção industrial e de mercado resultados da Segunda Grande Guerra.

Nesse contexto econômico, a sociedade estadunidense viveu um período de afluência a partir de meados da década de 1940. No imaginário popular, a década de 1950 nos Estados Unidos é o retrato da sociedade afluenta do pós-guerra, segundo a qual a população de classe média vivia em belas casas com jardins em subúrbios norte-americanos com carros na garagem. Esse cenário, que podia gerar alienação, acabou gerando inconformismo com a monotonia das vidas suburbanas. Esse sentimento gerou a rebeldia e a contestação dos longos anos 1960 – período que ficou marcado no imaginário popular pelo dissenso.

Os movimentos de esquerda norte-americanos entre as décadas de 1930 e 1950 passaram por momentos díspares. De inícios da década de 1930 até meados da década de 1940, durante o governo de Franklin D. Roosevelt, as esquerdas do espectro político ficaram em posição de certa forma privilegiada, pois as medidas do *New Deal* atendiam algumas reivindicações históricas deste campo. Com o fim da Segunda Guerra e o começo da Guerra Fria o cenário se inverte e qualquer pensamento

⁴⁴ Esse texto é praticamente igual – com algumas poucas diferenças – à introdução, o primeiro capítulo e a conclusão da minha monografia (BARREIROS, 2018).

progressista ou pessoa vinculada às esquerdas passam a ser vistas com hostilidade nos Estados Unidos. O McCarthyismo foi o auge dessa postura hostil com relação às esquerdas.

As pessoas e grupos de esquerda que viveram essas décadas tiveram suas formas de pensar o mundo e militar moldadas pelas experiências adquiridas nesse período de aproximadamente duas décadas. No presente trabalho, considerarei parte da velha esquerda os grupos e pessoas à esquerda do espectro político que tiveram suas experiências marcadas pela época que vai da década de 1930 a meados da década 1950, principalmente pela hostilidade às esquerdas do período do McCarthyismo. Partindo dessa ideia de velha esquerda, a *League for Industrial Democracy* (LID) é considerada uma organização componente desta geração das esquerdas.

A partir dos longos anos 1960 – conceito que apropriado de Malcolm Bradbury –, o ambiente social e político estadunidense muda e inicia-se um período voltado para as esquerdas, para a transformação da sociedade por um viés progressista, para a contestação, para o dissenso e para a juventude. (BRADBURY; TEMPERLEY, 1981) Diversos jovens criados durante o período de afluência da sociedade estadunidense do pós-guerra começaram a lotar as universidades. Os negros exigiam cidadania plena e o fim das políticas de segregação nos estados do Sul do país. A eleição de John F. Kennedy e seu programa da “Nova Fronteira” e a presidência de Lyndon B. Johnson e seu plano da “Grande Sociedade” – ambos projetos que visavam combater as desigualdades e a pobreza – marcam a ascensão dos longos anos 1960 na política institucional norte-americana.

Vários movimentos à esquerda do espectro político surgiram, e pessoas com pensamentos progressistas foram formadas intelectualmente no contexto dos longos anos 1960 – a maioria desses indivíduos vinculados às esquerdas eram jovens universitários de classe média. Considerarei esses grupos e pessoas que ascenderam no cenário das esquerdas durante os longos anos 1960 componentes da nova esquerda. Os grupos da nova geração das esquerdas surgiram algumas vezes no interior das instituições da antiga geração esquerdista, a partir de embates de certos membros com as lideranças das organizações da velha esquerda. Nesse caso, o *Students for a Democratic Society* (SDS) e Tom Hayden, um dos fundadores e principal redator do Manifesto de Port Huron – documento que era o principal pilar do grupo em seus primeiros anos de existência –, compõem a nova esquerda.

Partindo dessas ideias, demonstrarei que houve um embate entre duas gerações das esquerdas: a antiga geração, representada pela velha esquerda da qual a LID fazia parte, e a nova geração, representada pela nova esquerda da qual o SDS e Tom Hayden eram representantes. Observarei também a natureza desse embate. Esse conflito se revelou principalmente a partir do encontro de Port Huron, quando o rascunho do que viria a ser o Manifesto de Port Huron começou a ser discutido.

Para dar conta destas tarefas, analisarei a ruptura entre a LID e sua então vertente estudantil, o SDS – fato que teve como ponto culminante o encontro de Port Huron, evento no qual se deu a fundação oficial do grupo da nova esquerda. Este trabalho focará basicamente nas diferenças entre a velha esquerda da LID e a nova esquerda do SDS que se revelaram em torno do embate entre as duas vertentes a partir do encontro de Port Huron em 1962 e levaram à ruptura definitiva entre as duas organizações em 1965, de modo a analisar a natureza do conflito que se manifestou nesse momento.

Utilizarei como fonte de época o Manifesto de Port Huron – o principal documento do SDS. (HAYDEN et al, 2005) As memórias de Tom Hayden expressas em seu livro *Reunion: a memoir*, serão outros escritos utilizados como fonte. (HAYDEN, 1988) As memórias de Irving Howe – componente da velha esquerda – transcritas por Rodrigo Farias de Sousa em seu livro *A Nova Esquerda Americana: De Port Huron aos Weathermen (1960-1969)* também serão utilizadas como fonte neste trabalho. (SOUSA, 2009)

Trabalharei também com a ideia de dialética entre tendências aristocráticas e tendências democratizantes elaborada por Noam Chomsky em sua obra *Requiem for the American Dream* (CHOMSKY, 2017), aplicando a ideia do autor ao embate entre a velha esquerda representada pela LID e a nova geração das esquerdas representada pelo SDS.

Contexto das esquerdas nos EUA (décadas de 1930-1950)

As esquerdas norte-americanas tiveram seu ápice da década de 1930 ao fim da Segunda Grande Guerra em 1945. Com a ascensão de Roosevelt à presidência dos Estados Unidos, a maioria dos sindicatos e movimentos à esquerda do espectro político tiveram papel central na elaboração de políticas públicas, tendo os sindicatos e outros movimentos trabalhistas, de certa forma, ajudado a formular as políticas do *New Deal*. (LIMONCIC, 2003)

A ascensão da Guerra Fria no cenário político global representou o início de uma paranoia constante com relação ao que podia perturbar a ordem interna dos modelos econômicos vigentes, no caso o capitalismo e o socialismo.⁴⁵ Com o fim da Segunda Guerra e o início da Guerra Fria, o campo da esquerda começou a viver sob constante vigilância e desconfiança por parte das forças do Estado e de uma grande parte da sociedade norte-americana, pois eram vistos como inimigos internos que estavam a serviço de Moscou. Esse momento teve como maior símbolo o movimento de perseguição a pessoas de esquerda que atingiu praticamente todos os âmbitos da sociedade norte-americana, o

⁴⁵ Sobre a Guerra Fria, ver: DOBBS, 2012; GADDIS, 2005; VIZENTINI, 2000.

qual foi apelidado pelo nome de seu maior representante, o senador do estado do Wisconsin Joseph McCarthy, e provocou demissões em massa, arruinando carreiras, processo conhecido como McCarthyismo, posto em prática entre finais da década de 1940 e início de 1950. Passou a ser comum nos EUA a associação entre qualquer tipo de linha política de esquerda e o “comunismo” – expressão que consistia basicamente no modelo político-econômico soviético stalinista e o autoritarismo a ele vinculado. Essa história moldou bastante a forma com que as organizações e indivíduos de esquerda passaram a agir daquele momento em diante – os membros do que vou chamar de velha esquerda estavam fortemente marcados e influenciados por essa conjuntura.

Além disso, a esquerda estadunidense estava fortemente composta e marcada, em meados do século XX, pela corrente marxista trotskista, que também costumava associar o regime soviético ao autoritarismo ditatorial stalinista, portanto também possuía uma visão bastante negativa com relação à União Soviética. Todos esses fatores levaram a ampla maioria da velha esquerda a adotar uma postura de negação de qualquer semelhança e proximidade com a URSS e, conseqüentemente, com seu maior representante no país, o *Communist Party of the United States of America* (CPUSA). A *American Federation of Labor and Congress of Industrial Organizations* (AFL-CIO) e a *League for Industrial Democracy* (LID) são alguns grupos considerados por mim componentes da velha esquerda.

Os longos anos 1960

A partir dos longos anos 1960, os mundos do trabalho passavam por profundas mudanças estruturais. O trabalho rural diminuía cada vez mais – diminuindo a quantidade de pessoas que habitavam áreas rurais –, enquanto havia a sensação que o número de profissionais do setor industrial se estagnava ou retrocedia em algumas regiões, devido à automação crescente, e a porcentagem da população que ganhava a vida no setor de serviços crescia. Sendo os últimos setores citados basicamente urbanos, o número de indivíduos habitando as áreas urbanas do planeta se tornou maior que o número dos que habitavam regiões rurais. (HOBSEAWM, 1996)

Os longos anos 1960 – época de contestação, rebeldia e dissenso que se estendeu por toda a década de 1960, até meados da década de 1970 – ficaram marcados pela ascensão dos jovens como grupo social de protagonismo político em praticamente todo o mundo. Esse grupo como categoria, devido a certas características específicas, provocou mudanças significativas em praticamente todas as esferas da sociedade. Naquele período, muitos países viviam um *boom* da população jovem, o que

propiciou a entrada massiva de jovens nos espaços públicos e a ascensão destes como protagonistas sociais e culturais. Entrada essa que gerou um período de contestação à ordem estabelecida, levando a conflitos geracionais em várias instituições. (BRADBURY; TEMPERLEY, 1981)

Os anos 1960 americanos não foram *uniformemente* rebeldes, mais que os anos 1950 foram *uniformemente* conservadores ou os anos 1970 *uniformemente* quiescentes. Mesmo se as décadas, como os séculos, pudessem ser consideradas como começando com algum atraso, de modo que pudéssemos datar os anos 1960 “reais” de, digamos, 1964 a 1974, nem assim os contrastes convencionais funcionariam perfeitamente. [...] Assim, “os anos 1960” é menos uma expressão para o estado da nação do que uma expressão-guia para um estado mental – radical, voltado para a juventude, contracultural, de fácil condução, comprometido com as atitudes da nova esquerda, direitos da minoria, consciência negra, drogas, experiência psicodélica, protesto e dissensão. (BRADBURY; TEMPERLEY, 1981, p. 335)

O conceito de longos anos 1960 de Malcolm Bradbury consiste na ideia de que esta temporada não foi um período demarcado estritamente pelos dez anos do calendário gregoriano, mas um período de tendência contestatória e rebelde que começou ainda na década de 1950 e vai até meados da década de 1970. Quando me referir aos longos anos 1960, estarei fazendo menção ao conceito elaborado dessa maneira.

As esquerdas no contexto dos longos anos 1960

Os longos anos 1960 marcaram também uma mudança profunda na composição e na maneira como as esquerdas viam o mundo e se organizavam. Isso se deu principalmente por causa da renovação social protagonizada pelas novas gerações, que eram ao mesmo tempo frutos e símbolos de seu tempo – tempos estes que estavam *changing*, como cantou Bob Dylan⁴⁶. Surge a nova esquerda, contestando diversos aspectos das antigas organizações esquerdistas já estabelecidas no cenário político-social dos Estados Unidos. Ela consiste nos diversos grupos à esquerda do espectro político que surgiram nos longos anos 1960, normalmente marcados pela forte presença de jovens estudantes, principalmente universitários, e de classe média.

Uma parcela da juventude universitária norte-americana, majoritariamente branca de classe média, teve suas primeiras experiências de militância política ao lado do movimento antissegregacionista pelos direitos civis dos negros nos estados sulistas do território estadunidense – movimento este majoritariamente organizado então pelo *National Association for the Advancement*

⁴⁶ Bob Dylan, *The Times They are a changing*.

of *Colored People* (NAACP) e pelo *Students Nonviolent Coordinating Committee* (SNCC). Desde meados da década de 1950, o movimento pelos direitos civis estava tendo como protagonista maior o carismático pastor negro Martin Luther King Jr. À medida em que a luta foi ganhando força e visibilidade, foram se organizando expedições de cidadãos brancos nortistas – atividade realizada basicamente pelo *Northern Student Movement* (NSM), grupo irmão do NAACP e do SNCC nos estados do Norte – para irem fazer o registro eleitoral de negros nos estados do Sul. Essas expedições foram chamadas de *freedom rides*, e quem delas participava, *freedom riders*. Sendo espancados e respirando gás lacrimogêneo nos estados segregacionistas durante os primeiros anos da década de 1960, muitos *freedom riders* levaram consigo as lições políticas aprendidas no Sul e continuaram na militância de esquerda.

As universidades do país inteiro ferviam com uma quantidade de estudantes como não se havia visto antes. Esses estudantes ansiavam para participarem do processo decisório social e institucional. Nesse cenário, um grupo de jovens tenta se articular para revitalizar a ala estudantil da LID – uma antiga organização voltada centralmente para formação política e alinhada principalmente com correntes socialistas trotskistas, que concentrava vários personagens históricos das esquerdas norte-americanas, desde líderes sindicais até acadêmicos de esquerda. O estado de Michigan, mais especificamente a Universidade de Michigan, é o local onde ocorrem as primeiras articulações que dariam origem ao *Students for a Democratic Society* (SDS), a princípio uma ala estudantil da LID, no começo da década de 1960. “WE ARE PEOPLE OF THIS GENERATION, BRED IN AT LEAST modest comfort, housed now in universities, looking uncomfortably to the world we inherit.” (HAYDEN et al, 2005, p. 45) O SDS seria fundado oficialmente em meados de 1962, num encontro estudantil na cidade de Port Huron, também no estado de Michigan – cidade essa que deu nome ao manifesto de fundação do grupo: o Manifesto de Port Huron. Esses jovens que comporiam o SDS – um dos grupos do que costumamos chamar de nova esquerda – eram em maioria brancos, de classe média e divergiam dos seus pares da velha esquerda – indivíduos já consagrados na esfera das esquerdas – em algumas questões.

The New Left [...] was indeed abandoning the belief that the American working class would someday “bring to birth a new world from the ashes of the old,” [...] millions of American wage earners were living in a society far superior to the one their parents and grandparents had known: they enjoyed the highest incomes and most secure jobs in history, thanks to the postwar boom, the GI bill, and strong, no longer radical, unions [...] New Leftists certainly wanted to abolish poverty and encourage workers to join unions, but neither was a primary concern. Instead, many replaced the old struggle against material deprivation with alarm that, for Americans of all classes, a

fixation on acquiring more and more had become a kind of self-oppression: it numbed individuals to boring jobs and unhappy marriages and despoiled the natural landscape. The endless pursuit of plenty also kept the power elite in firm control at home and allowed it to exploit peasants and workers in the Third World. (KAZIN, 2011, p. 214-215)

Uma das questões de discordância entre as duas gerações das esquerdas era a importância que devia ser dada aos sindicatos e organizações trabalhistas. No trecho transcrito, Michael Kazin faz um bom panorama das principais crenças da nova esquerda norte-americana. Como aponta o autor, os jovens da nova esquerda viam a importância das organizações sindicais e gostariam que os trabalhadores fizessem parte de sindicatos, mas discordavam da velha esquerda ao pensarem que as associações trabalhistas não necessariamente seriam protagonistas dos movimentos de esquerda ou promoveriam uma transformação social mais profunda.

[...] what of organized labor, the historic institutional representative of the exploited, the presumed “countervailing power” against the excesses of Big Business? The contemporary social assault on the labor movement is of crises proportions. [...] the labor crises can be measured in several ways. First, the high expectations of the newborn AFL-CIO of 30 million members by 1965 are suffering a reverse unimaginable five years ago. The demise of the dream of “organizing the organized” is dramatically reflected in the AFL-CIO decision, just two years after its creation, to slash its organizing staff in half. From 15 million members when the AFL and CIO merged, the total has slipped to 13.5 million. [...] Today only 40 percent of all non-agricultural workers are protected by any form of organization. Second, organizing conditions are going to worsen. Where labor now is strongest – in industries – automation is leading to an attrition of available work. As the number of jobs dwindles, so does the labor power of bargaining, since management can handle a strike in an automated plant more easily than the older mass-operated ones. [...]

Today labor remains the most liberal “mainstream” institution – but often its liberalism represents vestigial commitments, self-interestedness, unradicalism. In some measure labor has succumbed to institutionalization, its social idealism waning the tendencies of bureaucracy, materialism, business ethics. [...] tensions [...] keep alive the possibilities for a more militant unionism. Too there are seeds of rebirth in the “organizational crises” itself: the technologically unemployed, the unorganized white collar men and women, the migrants and farm workers, the unprotected Negroes, the poor, all of whom are isolated now from the power structure of the economy, but who are the potential base for a broader and more forceful unionism. (HAYDEN et al, 2005, p. 82-85)

No manifesto de Port Huron – que se tornou um dos maiores símbolos da nova esquerda –, os jovens fundadores do movimento estudantil assumem um tom crítico aos sindicatos. Como pode-se notar pelo trecho citado acima, os jovens neo-esquerdistas do então nascente SDS, apesar de criticarem o que eles chamavam de burocratização das organizações sindicais tradicionais e o abandono por parte destas de suas bases – os operários trabalhadores das indústrias, ou “chão de

fábrica” –, continuam partindo do princípio de que os sindicatos são primordiais para a construção da sociedade que eles gostariam que os Estados Unidos fossem. Outra crítica feita pelos *SDSers*, de maneira bastante direta, à *American Federation of Labor and Congress of Industrial Organizations* (AFL-CIO) – a priori duas das maiores organizações sindicais dos EUA, que se fundiram tornando-se uma só – é o fato que os primeiros viam como importância em demasia a que a tradicional organização sindical dava ao proletariado industrial, concentrando praticamente apenas nele o foco de seus esforços organizacionais.

Como sugerido na frase final do trecho transcrito do manifesto, o SDS pensava ser também de extrema importância organizar as classes e frações de classes à parte das indústrias, já que, segundo sua percepção, o proletariado industrial – tão valorizado pela velha esquerda como protagonistas dos movimentos progressistas – tendia a perder cada vez mais postos de trabalho para as máquinas e, em consequência desse mesmo processo de automação, perderiam espaço e influência político-social para os indivíduos desempregados ou subempregados – o chamado lumpemproletariado pela corrente filosófica marxista clássica. “Automation is destroying whole categories of work [...] in blue-collar service and even middle management occupations.”(HAYDEN et al, 2005, p. 80) Dessa forma, segundo a perspectiva dos jovens, o proletariado industrial teria cada vez menos poder de barganha e capacidade para realizar mudanças estruturais na sociedade, enquanto os desempregados e subempregados adquiririam mais poder e condições de realizar as transformações sociais necessárias. A necessidade de maior inclusão de todos os grupos sociais no processo democrático também se dava por causa do princípio do SDS de “Democracia Participativa” – que consiste no pensamento de que todos devem, tanto quanto possível, se autorrepresentar politicamente de maneira direta no sistema democrático.

Uma amostra desse comprometimento do SDS com as classes e frações de classe à parte das indústrias é o projeto desenvolvido pelo grupo chamado *Economic Research and action Project* (ERAP)⁴⁷. A princípio, houve um debate entre os membros do SDS sobre a natureza desse projeto, se ele não distorceria o foco do grupo – que originalmente é organização e educação política estudantil nas universidades – e consumiria demasiada proporção das poucas verbas que a organização recebia de outros movimentos com mais condições financeiras. Por fim, acabou vencendo a ideia de que o ERAP devia ser um projeto inserido em comunidades pobres e que visasse tentar organizar politicamente as mesmas.

⁴⁷ Sobre o ERAP ver: FROST, 2001.

Outro ponto de divergência entre a velha esquerda da LID e os jovens do SDS era a questão do anticomunismo. A velha esquerda – a LID incluída – havia sido formada em peso sob o contexto da Guerra Fria e do McCarthyismo, na qual qualquer vínculo com a URSS era visto como perigoso, e sob forte influência da fração trotskista do pensamento marxista, que fazia oposição e por isso foi perseguida pelo Regime Stalinista Soviético e seus partidários. Devido a isso, os movimentos da velha esquerda buscavam sempre reafirmar sua oposição ao Kremlin e sua política, de maneira que faziam questão de se declararem “anticomunistas”, com o intuito de se mostrarem em oposição ao sistema comunista soviético. A Nova Esquerda do SDS, por sua vez, se negava a ser anticomunista. Ao contrário da velha esquerda, a nova esquerda não via de maneira positiva a ideia de anticomunismo – tida como intransigente.

Os jovens do SDS demonstram no Manifesto de Port Huron a opinião de que a reafirmação do anticomunismo prejudica a democracia – pois faz com que as pessoas sintam receio de expressarem seus pensamentos livremente, com medo de serem tachadas de “comunistas”. Além disso, consideravam o discurso anticomunista, ao mesmo tempo fruto e forma de aprofundar o sentimento de paranoia McCarthyista da Guerra Fria. Consideravam o anticomunismo negativo, por essas distintas questões, às instituições democráticas. No trecho do Manifesto de Port Huron transcrito abaixo, os *SDSers*, ao criticarem o anticomunismo, acabam fazendo uma crítica também à velha esquerda, da qual a LID e a AFL-CIO faziam parte. Ao realizarem essa crítica, passam a impressão de considerarem a velha esquerda portadora e transmissora acrítica de uma ideia que pensam ser danosa para a democracia estadunidense, gerando a sensação de que a velha esquerda toma atitudes conservadoras e talvez até antidemocráticas devido à necessidade de se demonstrar anticomunista.

AN UNREASONING ANTI-COMMUNISM HAS BECOME A MAJOR social problem for those who want to construct a more democratic America. McCarthyism and other forms of exaggerated and conservative anti-communism seriously weaken democratic institutions and spawn movements contrary to the interests of freedoms and peace. [...] Militaristic policies are easily “sold” to a public fearful of a demonic enemy. [...] Even many liberals and socialists share static and repetitious participation in the anti-communist crusade and often discourage tentative, inquiring discussion about “the Russian question” within their ranks [...]. Thus much of the american anti-communism takes on the characteristic of paranoia. Not only does it lead to the perversion of democracy and to the political stagnation of a warfare society, but it also has the unintended consequence of preventing an honest and effective approach to the issues. (HAYDEN et al, 2005, p. 103-104)

A velha esquerda, por sua vez, analisava com preocupação as críticas feitas pelo SDS, pois sentia um certo desdém por parte dos jovens pela democracia norte-americana e associava isso a um

pensamento totalitarista, que associava diretamente ao que percebia como a periculosidade da lógica stalinista.

[...] eles começaram a comparar esta “democracia participativa” [a qual o SDS defendia como máxima a ser alcançada] com a democracia representativa em que vivíamos, como se de algum modo elas fossem contrárias. Isso soou parecido demais com a inconsequência de nossa juventude, quando os stalinistas e mesmo alguns socialistas costumavam desdenhar a “mera” democracia burguesa. (SOUSA, 2009, p. 116)

A questão que a velha esquerda chamava de simpatia nutrida pela geração mais nova com relação à Cuba e seu respectivo líder, Fidel Castro, era outro ponto de preocupação para a geração mais velha. As memórias de Irving Howe, editor da revista *Dissent* – tradicional entre as esquerdas norte-americanas –, militante esquerdista da antiga geração e próximo a Michael Harrington, revela que a velha esquerda via com mal olhos o que chamavam de “disposição do pessoal do SDS para desculpar a falta de liberdade em Cuba, um país que lhes parecia o lar de um comunismo melhor ou mais glamouroso.” (SOUSA, 2009, p. 116)

Ao passo em que se negavam a serem anticomunistas, os membros do SDS também se opunham à política externa promovida por Washington de isolamento econômico-comercial dos países vistos como inimigos dos Estados Unidos – naquele momento histórico consistindo basicamente nas nações dopositor bloco socialista. Eles viam essa política como negativa por ir contra o que acreditavam que fossem os valores americanos de democracia ampla e participativa, e acharem que isso apenas levaria ao aumento no número de países pobres do chamado terceiro mundo que viveriam insurreições violentas e autoritárias que se aliariam à União Soviética. Fazendo essa crítica à política externa estadunidense, deixam implícito que a acham hipócrita e acabam associando esta à política externa imperial-colonialista empregada pelos países ocidentais entre finais do século XIX e início do século XX.

[...] We should reverse the trend of aiding corrupt anti-communist regimes. To support dictators like Diem while trying to destroy ones like Castro will only enforce international cynicism about American “principle”, and is bound to lead to even more authoritarian revolutions, especially in Latin America where we did not even consider foreign aid until Castro had challenged [sic] the status quo. [...] To fight communism by capitalism in the newly-developing areas is to fundamentally misunderstand the international hatred of imperialism and colonialism and to confuse the needs of 19th century industrial America with those of contemporary nations. (HAYDEN et al, 2005, p. 129-130)

Essa outra crítica apresentada pelos *SDSers*, sob o ponto de vista da velha esquerda, pode ter sido interpretada como mais um exemplo de que a nova geração flertava perigosamente com o totalitarismo e o autoritarismo soviético. Já que sugere uma aproximação com governos não necessariamente anticomunistas e até com regimes comunistas. Os membros da LID devem ter ficado tensos ao ler o trecho transcrito acima, no qual são citados por nome as figuras de Fidel Castro, de uma forma não tão negativa, e de Diem – presidente do Vietnã do Sul e adepto do capitalismo –, como um ditador. Todos esses conflitos entre a LID e o SDS terminaram com a ruptura definitiva entre as duas organizações em 1965. (SOUSA, 2009, p. 220)

Tendências democratizantes X tendências aristocráticas

Noam Chomsky revela no livro *Requiem for the American Dream* que vê a história dos EUA como permeada pela dialética entre tendências democratizantes e tendências aristocráticas. (CHOMSKY, 2017) Para o autor, os longos anos 1960 foram um período no qual tendências democratizantes prevaleceram. Segundo essa teoria, as tendências democratizantes consistem nos movimentos e ações de luta pela ampliação da democracia, de maneira a garantir justiça de direitos a um maior número de pessoas, e a inclusão da maior parte possível dos indivíduos no processo democrático de cidadania, enquanto as tendências aristocráticas consistem nos movimentos e ações que visam a limitação de direitos e de inclusão de indivíduos no processo democrático de cidadania.

Tendo como base a teoria elaborada por Noam Chomsky – atribuída pelo mesmo a Thomas Jefferson –, sugiro a seguinte hipótese: analisar o conflito entre a nova e a velha esquerda, a primeira representada pelo SDS e a última representada pela LID, como um exemplo do embate dialético entre tendências democratizantes e tendências aristocráticas. No caso, vendo o SDS como parte das tendências democratizantes e a LID como parte das tendências aristocráticas.

A crítica feita pelo SDS à AFL-CIO – instituição da qual alguns membros compunham também a LID – de que a última estava se centrando em um grupo específico e perdendo contato com sua ampla base ocorre por causa da importância dada pela nova esquerda à incorporação do maior número possível de pessoas ao processo democrático de cidadania. Crítica que fazia sentido para os jovens, devido ao princípio de democracia participativa ser um dos principais pilares do SDS. Portanto, ao fazer tal crítica, o SDS visava a ampliação da democracia, podendo ser considerado naquele momento de embate com a LID, representante de um movimento de tendência democratizante. À medida em que a velha esquerda da LID lida com os jovens de maneira

desconfiada, e talvez até mesmo hostil, nem considerando a relevância da crítica realizada, ela acaba se opondo a um movimento de tendência democratizante, dessa forma adotando uma postura de tendência aristocrática.

[...] there are seeds of rebirth in the “organizational crises” itself: the technologically unemployed, the unorganized white collar men and women, the migrants and farm workers, the unprotected Negroes, the poor, all of whom are isolated now from the power structure of the economy, but who are the potential base for a broader and more forceful unionism. (HAYDEN et al, 2005, p. 85)

O SDS mostra aspecto de força democratizante também ao ressaltar a importância da organização dos pobres à parte das indústrias, pois assim visavam também a inclusão desses cidadãos no processo democrático – portanto, pretendiam ampliar o exercício dos direitos próprios da democracia. Faz o mesmo ao solidarizar-se com os países do denominado terceiro mundo, conjuntamente à dura crítica que fazem à política dos EUA. (HAYDEN et al, 2005) Ao se solidarizar com o Terceiro Mundo e criticar a política externa dos Estados Unidos, que apoiava ditaduras militares de direita, a nova esquerda do SDS exhibe a ideia de que a ampliação dos direitos democráticos deveria se dar também para fora dos Estados Unidos, no caso para os cidadãos dos países mais pobres. A velha esquerda – ao olhar essas atitudes dos *SDSers* com desconfiança, associando-as a um pensamento autoritário e inconsequente – interpreta de maneira equivocada as posições dos jovens, distorcendo as ideias da nova esquerda. Ao fazer isso, acaba tomando também nessa atitude o lado das tendências aristocráticas no embate com a nova esquerda.

Analisando a natureza da controvérsia entre o SDS e a LID, penso que, partindo desse recorte, é possível enxergar a dialética trabalhada por Chomsky entre tendências democratizantes e tendências aristocráticas no conflito entre a organização-mãe e sua, a princípio, ala jovem. Observando o conjunto desses dados, pode-se ver talvez até mesmo as divergências entre a totalidade dos grupos da nova e da velha esquerda como um exemplo da dialética referida.

Conclusão

A velha esquerda foi bastante moldada pela perseguição McCarthyista, situação à qual a LID e outros grupos responderam com a necessidade de reafirmar seus valores e lealdade às instituições democrático-liberais norte-americanas. Além disso, a LID e organizações próximas a esta eram

herdeiras de uma forte tradição trotskista, tendo seus membros sido formados majoritariamente sob uma tradição teórica marxista mais ortodoxa.

Os jovens da nova esquerda foram formados, por sua vez, no contexto contestatório e de grande transformação social dos longos anos 1960 – no qual algumas interpretações marxistas ortodoxas não faziam mais sentido. No caso do SDS, muitos membros, como Tom Hayden, tinham uma trajetória de início de envolvimento político na luta pelos direitos civis e contra a segregação dos negros nos estados sulistas. Uma história de contestação direta a determinadas instituições do Estado Norte-Americano.

Enquanto a antiga geração tinha como valor básico buscar sempre demonstrar sua fidelidade às instituições democrático-liberais estadunidenses, a nova geração representada por Tom Hayden e o SDS foi majoritariamente formada politicamente contestando essas mesmas instituições às quais a velha esquerda tinha como princípio de base mostrar lealdade. Portanto, as duas gerações tiveram formações muito distintas, o que levou cada uma a pensar a sociedade, as esquerdas e suas prioridades de maneira também bastante diferente. Sendo assim, era quase inevitável que não ocorresse embate em torno de algumas questões.

A partir da pesquisa realizada, pode-se afirmar que houve um embate e posteriormente uma ruptura de caráter geracional entre a LID – grupo da velha esquerda – e o SDS – organização símbolo da nova esquerda. Esse conflito se deu em torno de diversas características divergentes entre as duas gerações das esquerdas, questões que se referiam a valores e ideias básicas dos dois grupos devido a suas respectivas formações distintas, formações essas que foram influenciadas por questões típicas de épocas específicas nas quais os dois grupos tiveram suas estruturas moldadas.

Pensando segundo a teoria de Noam Chomsky e tendo em mente a natureza do embate e as questões determinantes que levaram à ruptura entre o SDS e a LID – o que foi analisado ao longo do trabalho –, pode-se dizer que o conflito geracional entre os dois grupos de esquerda representou um caso da dialética entre tendências democratizantes e tendências aristocráticas.

Referências bibliográficas

BARREIROS, Raphael. **A Ruptura das Esquerdas norte-americanas pela trajetória de Tom Hayden**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2018.

BRADBURY, Malcolm; TEMPERLEY, Howard. **Introdução aos Estudos Americanos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

CHOMSKY, Noam. **Requiem for the American Dream**: the 10 principles of concentration of wealth & power. Nova Iorque: Seven Stories, 2017.

DOBBS, Michael. **Seis Meses em 1945**: Roosevelt, Stálin, Churchill e Truman da Segunda Guerra à Guerra Fria. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

FROST, Jennifer. **An Interracial Movement of the Poor**: Community Organizing and the New Left in the 1960s. Nova Iorque: New York University Press, 2001.

GADDIS, John Lewis. **História da Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

GRANT, Susan-Mary. **História Concisa dos Estados Unidos da América**. São Paulo: Edipro, 2014.

HAYDEN, Thomas. **Listen, Yankee!** Why Cuba Matters. Nova Iorque: Seven Stories, 2015.

HOBSBAWM, Eric. **The Age of Extremes**: A History of the World (1914-1991). Nova Iorque: Vintage Books, 1996. caps. 10-11, p. 287-343.

KARNAL, Leandro et al. **História dos Estados Unidos**: das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2008.

KAZIN, Michael. **American Dreamers**: How the Left Changed a Nation. Nova Iorque: Vintage Books, 2011.

LIMONCIC, Flávio. **Os Inventores do New Deal**. Estado e sindicato nos Estados Unidos dos anos 1930. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

PAMPLONA, Marco A. **Revendo o sonho americano**: 1890-1972. São Paulo: Atual, 1996.

SOUSA, Rodrigo Farias. **A Nova Esquerda Americana**: De Port Huron aos Weathermen (1960-1969). Rio de Janeiro: FGV, 2009.

VAN GOSSE. **Rethinking the New Left**: An Interpretative History. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2005.

VIZENTINI, Paulo F. A Guerra Fria. In: REIS, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (org.). **O Século XX: O Tempo das Crises**. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 195-225.

WILLIAM L. LAURENCE E A CONSTRUÇÃO DA ERA ATÔMICA

Leslie Lothar Cavalcanti Hein

Doutor em História

Leslie.hein@gmail.com

Em abril de 1945, William L. Laurence, jornalista de ciências do New York Times desde 1930, reuniu-se secretamente com o general Leslie Groves e concordou em tornar-se o jornalista oficial do Projeto Manhattan. Durante 119 dias, ele conheceu o lado oculto do “*atomic curtain*” (expressão pela qual ficou notório o clima de segredo envolvendo a bomba atômica e a indústria atrás dela, materialmente referia-se aos distritos industriais atômicos e ao conjunto de prédios): as diversas instalações e laboratórios envolvidos nos trabalhos relacionados à Bomba Atômica, inclusive Los Alamos (o distrito secreto) e Oak Ridge. Com um longo histórico na imprensa como defensor da energia atômica, e possuindo uma retórica envolvente, ficou responsável pelas notas oficiais e relatórios que seriam futuramente distribuídos aos organismos de divulgação. O próprio comunicado presidencial, embora tenha passado pelas mãos de Groves e de uma comissão de imprensa, teve como origem um rascunho do jornalista. Com permissões especiais, ele esteve presente ao teste Trinity e acompanhou a explosão sobre Nagasaki, assim como pôde entrevistar a tripulação do Enola Gay. Após o comunicado oficial do governo, ele reverteu suas observações em uma série de artigos publicados no mês de setembro no *The New York Times*.

Para realizar tal trabalho, ele entrou para a folha de pagamento do Departamento da Guerra. Na verdade, o pagamento foi o único item que mereceu sua atenção, como memória, da sua atuação no acompanhamento dos segredos do Projeto Manhattan. Depois de sua aposentadoria como editor chefe de Ciências, ele escreveu uma carta à diretoria do jornal reclamando do baixo valor: eram \$25,00 por dia pelo governo mais \$25,00 pagos pelo The Times, além dos \$150,00 semanais enviados a sua esposa.

Os artigos de Laurence sobre a Era Atômica no The New York Times renderam-lhe dois prêmios Pulitzer. O jornalista de assuntos estratégicos, Hanson Balwin, também viria a ganhar um prêmio Pulitzer pelo seu trabalho em relação à bomba no jornal.

Quando da explosão da primeira bomba atômica, no dia 16 de julho de 1945, às 5:30 (pouco antes do alvorecer), William L. Laurence escreveu:

E justamente naquele instante, ergueu-se do interior da Terra uma luz que não era deste mundo, a luz de muitos sóis em um. Era um nascer de sol que o planeta jamais

tinha visto, um supersol, grande e verde, que subia em uma fração de segundo a uma altura de mais de 2400 metros e que continuava a subir, até tocar nas nuvens, iluminando a Terra e o céu a toda volta com um brilho deslumbrante. (SMITH, 2007, 339)

A explosão vaporizou a torre de aço onde se alojava a bomba e tornou vidro a areia do deserto. Duas horas após o teste, duas outras bombas construídas em Los Alamos foram enviadas em várias caixas para a ilha Tianin no arquipélago das Marianas a bordo do encouraçado Indianápolis. Na ilha fora instalada a maior base aérea do mundo, com quatro pistas de decolagem, onde 500 superfortalezas B-29 faziam suas investidas contra o Japão.

Em seis de agosto, enquanto Truman retornava de Potsdam para Washington, a bordo do encouraçado USS Augusta (onde a notícia foi muito comemorada), o comunicado da Casa Branca foi encaminhado à imprensa às 10h45min, em pleno horário de trabalho. Seu conteúdo foi preparado durante meses. A nota entregue pelo secretário assistente Eben Ayres ao grupo de ansiosos jornalistas que esperava na sala de imprensa dizia:

Dezesseis horas atrás, um aeroplano americano jogou uma bomba sobre Hiroshima, uma importante base militar Japonesa. Esta bomba tinha um poder maior que 20.000 toneladas de T.N.T. Maior duas mil vezes que o poder de destruição da britânica “Grand Slam”, que foi a maior bomba já utilizada na história da guerra. [...]

Esta é uma bomba atômica. Constitui-se na utilização da força básica do universo. A força da qual o Sol retira sua energia foi usada contra àqueles que trouxeram à guerra para o Extremo Oriente. [...]

O fato de podermos liberar a energia atômica introduz uma nova era na história do entendimento humano sobre as forças da natureza. A energia atômica pode ser, no futuro, o suplemento de energia que hoje vem do carvão, do óleo e das quedas d'água, mas, no presente, não pode ser produzida em bases comercialmente competitivas com aquelas. Antes disto deve haver um longo período de intensa pesquisa.

Mas, sob a presente circunstância, não se tem a intenção de divulgar os processos técnicos de produção ou de todas as aplicações militares, esperando o exame posterior dos métodos possíveis de nos proteger, e ao resto do mundo, do perigo da destruição súbita. Recomendarei que o Congresso dos Estados Unidos considere prontamente o estabelecimento de uma comissão para controlar a produção e o uso da energia atômica no país. E considerarei e farei mais recomendações ao Congresso sobre como a energia atômica poderá vir a se tornar uma poderosa influência na manutenção da paz mundial. (White House Press Release on Hiroshima, 1945).

A transmissão de notícias, em 1945, não possuía a dinâmica e rapidez dos organismos de comunicação de nossos dias. Jornalistas ao redor do mundo podiam contar apenas com o telégrafo e o telefone para o envio a longa distância. Dependendo de sua localização, as dificuldades podiam representar dias e nem sempre era tecnicamente viável (em especial, no caso de uma guerra). No caso

do bombardeio de Hiroshima, entretanto, a fonte era o maior e mais bem equipado poder mundial na época: o Estado Norte-Americano. E, no entender dos Estadistas, a divulgação internacional do evento era tão importante quanto o preparo do armamento. Como não podia deixar de ser, o noticiário impresso foi a grande fonte de informação do público norte-americano (embora, evidentemente, as estações de rádio tenham conseguido divulgar as primeiras notícias).

Para o americano médio, como para a maioria dos veteranos funcionários do governo, as notícias da bomba atômica vieram primeiramente dos jornais. Aí também o poder da arma foi revelado de uma maneira que produziu uma grande emoção e otimismo sobre o seu emprego como um instrumento de elevada política. Em 7 de agosto, os jornais estavam cheios de manchetes anunciando a devastação de Hiroshima. Não somente a manifestação foi um inaudito e espantoso – com efeito, na época fantástico – fato científico, mas o poder da bomba para a guerra, e para a paz aparentemente incrível, foi dramaticamente revelado. (ALPEROVITZ, 1969, 233-334)

Nos primeiros momentos da Era Atômica, a perspectiva cósmico-mágica seria preponderante nos meios de divulgação, ela associava-se mais facilmente à perspectiva de controle sobre a natureza e sobre uma ideia de progresso.

Embora um comunicado de guerra sobre um bombardeio, nele ficava subjacente a ideia de um futuro de poder e prosperidade, resultado da descoberta do uso da energia atômica. Seria a abertura de “uma nova era no entendimento humano sobre as forças da natureza” e na “manutenção da paz mundial” (White House Press Release on Hiroshima, 1945), mesmo diante da destruição sobre a cidade de Hiroshima e de tratar-se de uma arma de destruição massiva. É a imagem de uma promessa posta a toda humanidade, sem outra ênfase sobre o papel dos Estados Unidos senão a de criador/idealizador (bem como futuro guardião) da mesma.

A associação não foi uma mera coincidência:

O Departamento da Guerra entregou à imprensa certo número de relatórios escritos muitas semanas antes por Laurence, todos eles repletos com o temor milenarista, então, a linguagem dos relatórios apareceu nos jornais por todo o mundo. No início, era o único material disponível. Quando outros escritores começaram a escrever sobre o surgimento da energia atômica, eles também seguiram a liderança de Laurence ou tomaram o mesmo veio de imagens que ele usou. (WEART, p. 104)

A ligação de Laurence com o governo ajudaria a estabelecer a concordância de significados no noticiário do *New York Times* e nos demais jornais “por contato”. Assim, no texto da primeira reportagem sobre a bomba (embora não assinada por Laurence), o acontecimento catastrófico, seus

desdobramentos políticos e sociais (os quais poderiam surgir, senão como análise, como questionamento) ou as consequências da utilização da tecnologia (a radiação e as doenças a ela relacionadas) foram eclipsados pela perspectiva de uma nova idade do ouro. A surpreendente destruição ocorrida e ainda por acontecer (Nagasaki ainda estava para ser bombardeada), seriam apenas um mal necessário.

O texto de Sidney Shalett, “New Age Ushered”, estampado na primeira página do jornal, dando notícia do bombardeio de Hiroshima, o retratava como o início de uma nova era.

Uma nova Era surge

Os dias da Energia atômica são saudados pela bomba revelada pelo presidente

HIROSHIMA FOI ALVO

Nuvem “impenetrável” de poeira esconde cidade após ataque de única bomba. [...]

por Sidney Shalett

Especial para o *New York Times*

Washington, 6 de agosto - A Casa Branca e o Departamento de Estado anunciaram hoje que uma bomba atômica, com poder destrutivo maior que 20.000 toneladas de TNT, uma força destrutiva maior que 2000 B-29 e maior 2000 vezes que o poder de impacto daquela que foi a mais devastadora bomba do mundo, foi jogada sobre o Japão.

O pronunciamento, o primeiro dado ao mundo com grande solenidade pelo Presidente Truman, deixa claro que um marco científico deste século foi agora estabelecido e que a “Era da Energia Atômica”, a qual pode ser uma tremenda força para o avanço da civilização quanto para a sua destruição, está à mão. [...]

Japoneses foram solenemente avisados

Não se sabe ainda o que aconteceu em Hiroshima. O Departamento de Guerra disse “que ainda não era capaz de um relatório apurado”, pois “uma impenetrável nuvem de poeira e fumaça” a encobre dos voos de reconhecimento à área do alvo.

Entretanto, em um vívido relato descrevendo os resultados do primeiro teste atômico no Novo México, o Departamento de Guerra contou como uma imensa torre de aço foi vaporizada pela tremenda explosão, como uma nuvem de 40.000 pés subiu aos céus e como dois observadores foram nocauteados em um ponto 10.000 jardas distante. O Presidente Truman avisou, solenemente:

“Foi para poupar os japoneses da total destruição que expedimos o ultimato de 26 de julho em Potsdam. Se eles não aceitarem nossos termos, eles podem esperar uma chuva de ruínas nunca antes vista na Terra”. (SHALETT, p. 1)

Neste texto, destaca-se a ideia de segurança e defesa, o alvo era militar, colocando que qualquer perda civil seria, assim, uma contingência infeliz.

Hiroshima, a primeira cidade na Terra a ser alvo da “Bomba Cósmica”, é uma cidade de 318.000 habitantes, que é – ou foi – um grande depósito de suprimentos, tal como porto para as embarcações da marinha japonesa. Além dos grandes depósitos militares, fabrica grandes tanques e armas, assim como peças de metralhadoras e aviões. (SHALETT, p. 2)

Entretanto, mesmo no caso de se tratar de uma arma e de uma missão de destruição e dentro da perspectiva cósmico-mágica, para o jornalista, a nota de Washington indica a elevação de espírito dos governantes e responsáveis intelectuais pela explosão.

Havia um elemento de elevação na realização que aperfeiçoamos nessa arma devastadora para emprego contra um inimigo que começou a guerra que nos afirmou preferir a destruição à rendição, mas era uma amarga elevação. Havia uma sóbria consciência da tremenda responsabilidade envolvida. (SHALETT, p. 2)

O altivo sentimento de responsabilidade e determinação que os dirigentes americanos colocaram diante do uso do dispositivo mostra, antes de tudo, o aprimoramento dos homens no sentido do progresso da história. Teriam agido não com o sentimento de vingança contra o inimigo que iniciou a guerra, mas com propósitos de transformação, embora se destaque que os japoneses iniciaram o conflito com o bombardeio furtivo à Pearl Harbor. Ação da razão que com um gesto de violência encerrava uma guerra sangrenta e sem sentido.

À liderança americana, é dado o papel de responsável pela paz que se segue, onde o poder de destruição absoluta deve ser guardado para somente ser usado no caso de novos agressores internacionais.

Uma decisão que caberia ao Estado norte-americano, naturalmente.

Diante do poder desprendido e da possibilidade das ações mal-intencionadas de possíveis agentes imprevistos, mesmo em relação a este futuro promissor, a segurança permanece um fator essencial. Afinal, o elemento é tão poderoso que sua “tremenda força é guardada em pequenas quantidades” (SHALETT, p. 2). No texto, a questão da manutenção do controle da prospecção e armazenamento do combustível atômico ganha destaque como resposta ao preocupado cidadão-médio.

O que é esta terrível nova arma que o Departamento da Guerra chama de “Bomba Cósmica”? É o controle da energia do átomo, a qual se constitui na força básica do universo. Como disse o Presidente Truman: “A força da qual o Sol retira sua energia foi usada contra aqueles que trouxeram a Guerra para o Extremo Oriente.”

“Fissão atômica” – em outras palavras, o antigo sonho dos cientistas em dividir o átomo – é o segredo da bomba atômica. Urânio, um raro e pesado elemento metálico, o qual é radioativo e relacionado ao rádio, é a fonte essencial da sua produção. O Secretário da Guerra, Henry L. Stimson, em um pronunciamento seguinte ao presidencial, prometeu que “medidas foram tomadas para nos assegurar um suprimento adequado deste mineral.” (SHALETT, p. 2)

Portanto, é sobre a nova energia e seus desdobramentos fantásticos que repousa a ênfase do artigo: a promessa de um futuro de abundância e prosperidade. Controlar a nova forma de energia é controlar o porvir e, ao mesmo tempo, estabelecer o padrão de comportamento da sociedade norte-americana como o modelo das demais nações ainda por se desenvolver.

A história do desenvolvimento do dispositivo e do segredo que o cercava põe em relevo, no texto, como os Estados ditatoriais e sua intolerância constituem o real perigo a ser combatido por este poder, agora sobre controle norte-americano. A possibilidade de o inimigo na guerra desenvolver o mesmo poderio foi abordada apenas para destacar que, pela própria natureza destes Estados, os projetos não frutificariam.

Desde então, foi uma corrida com o inimigo. Ironicamente, a Alemanha iniciou os experimentos, mas não puderam terminá-los. A Alemanha cometeu o erro de expulsá-la, porque uma “não-ariana”, uma cientista que detinha a chave, uma das chaves do mistério, seu conhecimento tornou-se disponível àqueles que a trouxeram para os Estados Unidos. A Alemanha nunca pode resolver a charada. Ne os Estados Unidos. O Secretário Stimson declarou estar convencido que o Japão não estará em condições de usar uma bomba atômica nesta guerra. (SHALETT, p. 2)

A perspectiva cósmico-mágica está presente em todo o texto de Shalett.

O discurso de Laurence tornou-se o ponto de vista natural, o mais evidente, aquele que mais facilmente vinha à mente ao se pensar na energia nuclear. É a própria naturalidade e simplicidade da perspectiva, seu tom de sala de aula nos primeiros anos da escola, que a tornou dominante. Não se deve esquecer, entretanto, que Laurence também fala a linguagem de sua época, que o que ele diz reverbera sobre as esperanças de progresso e conquista já presentes na sociedade norte-americana. Seu sucesso é o diálogo com a sociedade.

Beverly Ann Keever, em seu trabalho “News Zero”, também analisou o mesmo período no noticiário atômico do *The Times*, chamando atenção para a influência de Laurence na criação das primeiras representações da bomba atômica na mídia. Para Keever:

Na alvorada da era da bomba atômica, Laurence e o *The Times* quase estabeleceram o padrão do noticiário em sua época e ajudaram a forjar a aceitação da maior força destrutiva jamais criada. Sendo a mais influente fonte mundial de notícias, eles conheceram privilegiados segredos da magnitude desta Era Atômica made-in-America e produziram – ou omitiram – os temas e imagens da época, aquilo que poderia informar ou não, leitores do *Times* por todo o mundo. (KEEVER, p. 1)

Segundo a autora, entretanto, a referida retórica milenarista visava manter a opinião pública favorável às pesquisas e aos desenvolvimentos na área de armamentos nucleares com sentimento de segurança e sem maiores questionamentos. Com esta intencionalidade expressa, no entender da autora, o governo buscava controle e garantias sobre a sociedade. O *The New York Times* teria servido tão somente como seu arauto.

Importa compreender na análise não somente as intenções do autor (ou dos autores), mas também o campo cultural sobre o qual o texto é levado a intervir. Existem as escolhas dos autores, como já dissemos, mas todo autor (principalmente um jornalista) sabe que não dominará as convenções culturais com as quais lida, o que faz é uma aposta sobre o quão bem poderá lidar com elas. Importa, portanto, compreender este diálogo autor-leitor, perceber as intenções dos sujeitos que intervêm no campo de discussão e os movimentos coletivos, os significados existentes e os produzidos que reverberam sobre todos em uma sociedade entendida como diversidade.

O que, na verdade, chama a atenção na expressão de Laurence foi sua capacidade de lidar com os imaginários norte-americanos. A forma pela qual escreve é, assim, um diálogo com estas formas. Podemos dizer que, no caso, sua aposta foi bem calculada, pois na pesquisa conduzida pelo *Social Science Research Council* (COTTRELL; EBERHART), ficou patente que a linguagem usada pelas pessoas para descrever o evento e a natureza da energia atômica acompanhava de perto a expressão dos jornalistas.

Certamente, era a linguagem preferida pelo Estado Norte-Americano, pois era a adotada por William L. Laurence.

Assim, o início trágico da Era Atômica é estranhamente marcado pela obliteração da destruição e morte e pela ênfase sobre um otimismo em relação ao futuro. Por todo o país, as manchetes de jornais mantinham o seu tom bíblico ou sobrenatural: falava-se em apocalipse, em cidades brancas com energia a serviço de seus habitantes, em monstros de Golem e suas missões redentoras e, como não poderia deixar de ser, no fundamento do universo e no poder cósmico. Portanto, o componente milenarista realizava-se plenamente: a sociedade sentia e aspirava o alvorecer de uma nova era, nem que fosse sob o signo da destruição.

Na mesma edição, outras matérias buscavam explicar o dispositivo, seu funcionamento e a teoria física por trás dele. O texto “Power of atom likened to sun’s” de Howard W. Blakeslee, partia também do anúncio da Casa Branca.

O comunicado do Presidente Truman afirma que a bomba atômica foi criada a partir da força da qual o Sol retira seu poder explica o princípio do novo explosivo. [...]

O anúncio presidencial não nos deixa pistas sobre o método de produção da bomba atômica. Os sensacionais passos já dados antes da guerra, os quais eram de conhecimento público por todo o mundo, estão agora sob censura, mesmo que a informação esteja disponível em registros públicos.

Ele nos dá uma pista de entrelinhas do que cientistas esperam desta forma de energia. Existem possibilidades de utilização prática da energia atômica tanto quanto para a destruição. O que pode explodir também pode queimar devagar para produzir calor e, por consequência, vapor ou eletricidade. (BLAKESLEE, p. 5)

A matéria “Atom Bomb is result of steady progress of arms from catapult that hurled rocks” (*The New York Times*, segunda-feira, 7 de agosto de 1945, p. 9) da mesma forma comemorou a criação do dispositivo atômico como vitória do progresso. “A bomba atômica toma seu lugar como um dos mais sensacionais desenvolvimentos na história dos métodos de guerra – uma história profundamente relacionada com a história do arremesso de mísseis.” (*The New York Times*, segunda-feira, 7 de agosto de 1945, p. 9) Sob esta imagem de destruição, a contraparte do discurso hegemônico era a de uma imagem da segurança responsável, de liderança e tutela do mundo.

Quando chegou a Washington, Truman foi ao rádio para fazer um pronunciamento sobre o bombardeio de Hiroshima. O discurso presidencial apresentou um tom mais distante da imagem milenarista que aquele da primeira nota da Casa Branca. Na verdade, o discurso oferece um belo contraponto ao anterior, como se concentrasse sobre o presente – e não sobre as possibilidades futuras. A ênfase, desta vez, esteve sobre a guerra, sobre a moralidade implicada no conflito, destacando as ações e propósitos norte-americanos como de natureza elevada e civilizacional.

Em primeiro lugar, a construção do dispositivo ganhava contornos de decisão responsável em relação ao conflito. Uma arma terrível, mas necessária diante do inimigo.

Eu percebi o trágico significado da bomba atômica.

Sua introdução e uso não serão subestimados por este governo. Mas, sabíamos que nossos inimigos estavam à busca disto. E sabíamos o quão próximos estavam de encontrá-lo. Assim como sabíamos que o desastre poderia chegar a esta nação, e a todas as nações amantes da paz, a toda civilização, se eles a tivessem encontrado primeiro.

Aí está o porquê nos sentirmos compelidos a tomar o incerto, longo e custoso trabalho de sua descoberta e produção.

Nós vencemos a corrida de descobertas contra os alemães. (Radio Report to the American People on the Potsdam Conference, August 9, 1945)

Em segundo lugar, a consideração do uso contra um agressor é reiterada, destaca-se que o seu uso foi contra quem havia se decidido pela guerra e desrespeitava toda lei internacional.

Tínhamos descoberto a bomba e a usamos. Nós a usamos contra aqueles que nos atacaram sem aviso em Pearl Harbor, contra aqueles que espancaram, lançaram à fome e executaram prisioneiros de guerra americanos, contra aqueles que abandonaram todo o fingimento de obedecer às leis internacionais da guerra. Nós usamos a bomba com o propósito de encurtar a agonia da guerra, com o propósito de salvar vidas de milhares de milhares de jovens americanos. Nós continuaremos a usá-la até que destruamos completamente o poder japonês de fazer a guerra. Somente a rendição japonesa nos fará parar. (Radio Report to the American People on the Potsdam Conference, August 9, 1945, [Delivered from the White House at 10 p.m.])

E, por fim, a ideia de um controle elevado, moral, aparece subjacente ao controle sobre a bomba. Sua destrutividade serviu a uma luta justa contra aqueles que teriam agido injustamente. Assim, por ter surgido neste momento necessário e por representar um perigo à segurança mundial é que o segredo e monopólio devem ser mantidos. O Estado norte-americano torna-se depositário do poder fundamental do universo, o que sem dúvida mostra o papel que deve ter na história como guia à frente das demais nações.

A bomba atômica é perigosa por demais para ser deixada em um mundo sem lei. Aí está o porquê da Grã-Bretanha, do Canadá, e dos Estados Unidos serem aqueles que possuem o segredo de sua produção não terem intenção de revelá-lo até encontrar meios de controlar a bomba bem como proteger a nós mesmos e ao resto do mundo do perigo da destruição total. [...]
Precisamos nos constituir como consignatários desta nova força – para evitar o seu uso inapropriado, e levá-la para os caminhos do serviço à humanidade.
Esta é uma grande responsabilidade que veio até nós.
Agradecemos a Deus que tenha vindo até nós, ao invés de nossos inimigos; e oramos para que Ele nos guie no uso de seus desígnios e nos seus propósitos. (Radio Report to the American People on the Potsdam Conference, August 9, 1945)

Podemos perceber a ideia de presença divina no ideário de Truman, mas o que importa aqui é o controle. A insistência de Truman sobre “a grande responsabilidade” destaca, na verdade, que o Estado norte-americano tem o caráter racional e moral acima dos demais para levar adiante a tarefa de administrar o maior poder de destruição sobre a Terra. De determinar sua reserva diante da arbitrariedade de outros povos que não possuem este caráter necessário e, assim, não podem realmente decidir sobre seu uso.

Esta ideia de controle sobre a energia fundamental do universo administrada pela decisão moral e racional igualmente perpassou o texto no comunicado de seis de agosto e impressionou a imprensa de modo a se destacar em todos os noticiários. Diferente do maravilhoso e lúdico e da

imagem do “cósmico-mágico” (as ideias milenaristas de Laurence), a ideia de autoridade moral tem uma inscrição diretamente aplicada sobre a ação política.

Nos anos que se seguem, o Estado norte-americano manterá a atitude de segredo e de investir contra a proliferação nuclear, principalmente quando se tratar do terceiro mundo e dos países socialistas. No ideário do Departamento de Estado americano, as nações em desenvolvimento não asseguram confiança suficiente para possuir tal tecnologia. De todas as imagens e expressões divulgadas e popularizadas, a ideia de controle seria, portanto, a mais importante. Ela indica, de um lado, a possibilidade de elevar o nível de vida da humanidade como um todo, de acentuar a riqueza e o bem-estar em todos os países: a possibilidade de florestas climatizadas ou desertos irrigados (como na imagem exagerada de Laurence). E de outro lado, indica um papel de responsabilidade para os Estados Unidos, um papel acima das demais nações para conduzir a humanidade a novos patamares.

A perspectiva cósmico-mágica jamais é abandonada. Talvez porque esteja profundamente enraizada na consciência do público. Mas ela pode ser radicalizada.

O jornalista de ciência do *New York Times* escreveu uma série de reportagens durante o mês de setembro sobre o Projeto Manhattan e o teste Trinity, cumprindo assim o acordo que estabeleceu secretamente, em abril de 1945, com o general Leslie Groves. Era parte da estratégia de divulgação da energia atômica para o público americano. A série ganhou o prêmio Pulitzer em 1946 e foi convertida em um pequeno livro que foi distribuído nas escolas públicas americanas.

No primeiro artigo, publicado no dia 26 de setembro de 1945, Laurence tratou justamente do teste Trinity, comparando-o à invenção do fogo pelo homem primitivo dando início à civilização. A origem da Era Atômica, assim, é assimilada a um marco imaginário da história da civilização, um termo na história do próprio homem e sua evolução no sentido de uma maior complexidade social. Seu habitual linguajar milenarista está sem dúvida presente, mas inventivamente ampliado ao continuamente referir-se ao céu e à Terra como espaços astronômicos e ao mesmo tempo animados: a perspectiva “cósmico-mágica”.

A Era Atômica começou exatamente às 5:30 Hora da Guerra, na manhã de 16 de julho de 1945, em um trecho semidesértico a cerca de 15 milhas aéreas de Alamogordo, N.M., apenas alguns minutos antes da alvorada de um novo dia na Terra.

Neste grande momento da história, junto ao momento que há muito tempo atrás o homem pela primeira vez colocou o fogo ao seu serviço iniciando a civilização, a vasta energia presa no coração dos átomos foi liberada pela primeira vez em uma explosão como nunca foi vista antes neste planeta, iluminando a terra e o céu por um breve momento, que pareceu uma eternidade, com a luz de super-sóis.

A chama elementar, o primeiro fogo já feito sobre a terra que não teve sua origem no Sol, veio da explosão da primeira bomba atômica. Foi o ensaio geral para o seu uso sobre Hiroshima e Nagasaki – e outros alvos militares quando o Japão se recusou a aceitar o ultimato por sua rendição enviado por Potsdam. (LAURENCE, p. 1)

Ele constrói um mito do átomo no qual os elementos naturais participam dos eventos do drama como atores. A própria natureza reclamaria o funcionamento do dispositivo de destruição.

[O dispositivo] Funcionará?

Com o relâmpago veio atrasado o poderoso trovão, ouvido, como o raio foi visto, por milhas. O rugido ecoou e reverberou dos montes distantes e na Sierra Oscuro, nas proximidades, soando como se viesse de alguma fonte supramundana, assim como dos intestinos da Terra.

Os montes disseram “sim” e as montanhas soaram “sim.” Era como se a Terra tivesse falado e a repentina nuvem iridescente e o céu tivessem se juntado a potente resposta afirmativa. Energia Atômica – sim.

Foi como o *grand finale* de uma poderosa sinfonia dos elementos, fascinante e aterrorizante, levantando e quebrando, fatal e devastadora, plena de grandes promessas e maus-presságios. (LAURENCE, p. 1)

Recurso retórico, sem dúvida, mas emblematizando o caráter mágico-religioso da descoberta e, em certo sentido, colocado como escolha divina o uso da energia atômica, inclusive em seus aspectos destrutivos. A natureza distintiva do novo fogo é destacada e remetida à história, como parte da conquista contínua de civilização, é um primeiro momento de um vasto futuro, quando tal força sem dúvida estará dominada. Uma visão apropriada à classe média americana, onde, de maneira segura, todos os passos da evolução estão previstos.

O ensaio marca o clímax do penúltimo ato de um dos grandes dramas de nossa história e da história do homem civilizado – um drama no qual nossos cientistas, com o corpo de engenheiros do exército como diretor, trabalharam contra o tempo para criar a bomba atômica à frente da Alemanha. (LAURENCE, p. 1)

Desta mesma forma, na apresentação do artigo, a natureza animada é testemunha da explosão do teste Trinity: luzes, formas e sons compactam-se em uma metáfora bíblica que se insinua, veementemente, no texto.

Foi como se a Terra fosse aberta e os céus rachados. Poder-se-ia sentir como se fosse testemunha do nascimento de um mundo – estar presente ao momento da criação quando o senhor disse: que se faça a luz.

Naquele momento prendeu a eternidade e o tempo parou, o espaço concentrou-se em um ponto.

Para outro observador, prof. George Kistiakowsky de Harvard, o espetáculo foi “a coisa mais próxima do fim do mundo que se poderia imaginar.”
 “Estou certo”, disse ele, “que no fim do mundo – no último milissegundo da existência da Terra – o último homem verá o que vimos!”. (LAURENCE, p. 1)

O contínuo recurso às imagens e metáforas permite a Laurence fazer diferentes aproximações sígnicas, como dar voz a Deus (como no trecho acima), ou aproximar a forma caótica do cogumelo nuclear ao símbolo nacional americano da liberdade.

Uma grande nuvem surgiu do solo e seguiu-se pelo rastro do grande sol.
 No início era uma gigantesca coluna que tomou a forma de um supramundano cogumelo. Por um instante, tomou a forma da Estátua da Liberdade ampliada muitas vezes.
 Foi para cima, mais alto, mais alto, uma montanha gigantesca nascida em alguns segundos ao invés dos milhões de anos, agitando-se convulsivamente. (LAURENCE, p. 1)

Mais uma vez, um recurso de retórica imprimindo valores diversos aos acontecimentos; entretanto, desta vez a natureza não é o alvo das metáforas e sim um objeto construído pelo homem. A estátua concentra sentidos de identidade e de propósitos, todos caros à imaginação do americano: a escolha pela liberdade, o símbolo da nacionalidade, a imagem frente ao estrangeiro ou uma referência à cidade de New York. A imagem do homem primitivo, que surge recorrentemente ao longo de todo o texto, cria uma nova ênfase quando fala em civilização. A nova chama acesa no deserto, a bola de plasma da bomba, seria a chama elementar, nunca acesa antes. Um emblema de novos tempos para a sociedade.

Um grito percorreu o ar. Os pequenos grupos, que até então estiveram enterrados no chão como plantas, começaram a dançar, o ritmo dos homens primitivos dançando em um dos seus festivais de fogo na chegada da primavera.
 Eles batiam palmas enquanto saltavam da terra - homens presos à terra, simbolizando um novo nascimento em termos de liberdade - o nascimento de uma nova força que pela primeira vez dá ao homem meios de se libertar do pulso gravitacional que o prende.
 A dança dos primitivos durou alguns segundos, durante os quais um período de evolução de 10.000 anos foi encurtado. Os primitivos metamorfosearam-se em homens modernos, apertando mãos, batendo às costas de cada um, rindo como crianças. (LAURENCE, p. 1)

As referências ao poder são uma constante em toda a expressão concernente à questão da energia atômica.

A ideia de poder fundamental, com contornos metaforicamente religiosos ou mágicos, impregnou a linguagem referente da Era Atômica na mídia de grande público. Não foi um efeito absoluto, mas teve o seu impacto. Em grande parte dos textos escritos na época, o recurso estilístico quase assumiu a forma de conteúdo, como é o caso do artigo “Drama of the atomic bomb found climax in July 16 test” de Laurence. O contorno textual, o elemento individual da expressão do autor, assumiria a metáfora como um elemento canonicamente necessário na expressão dos novos acontecimentos.

O efeito ecoa sobre outras linguagens que não a escrita, diversos cartuns e desenhos do *The Times* expressam este mesmo conteúdo.

A comunicação não-verbal tem o estranho poder de nos atingir direta e inexplicavelmente, aprofundando e fundamentando nossas crenças. A textualidade do jornal tem, portanto, o reforço das imagens como um extraordinário elemento de inserção de novos significados, mesmo onde não abordados – ainda que a matéria se preocupe com os elementos científicos e técnicos, as ilustrações podem reafirmar a perspectiva cósmico-mágica.

A história da Era Atômica é uma história de textos. Texto, não como página impressa ou manuscrita, mas como um todo que tem sentido para um determinado grupo de pessoas em uma determinada situação. Portanto, a análise da Era Atômica importa na compreensão dos sentidos de determinadas produções culturais em determinado contexto histórico. O objetivo é compreender percepções, sensibilidades e projetos que representaram e formaram a Era Atômica.

Evidentemente, são imagens que têm eco na sociedade, são emblemas que já estavam mergulhados em certo imaginário e que, portanto, puderam encontrar grande reconhecimento. Quem fala e deseja convencer, fala de acordo com as crenças e os afetos de sua audiência. A noção de progresso no imaginário social da sociedade norte-americana contemporânea, neste sentido, é fundamental. Faz parte das crenças desta coletividade “a ideia de que o esforço intencional, concentrado, frequentemente de um grupo organizado, guiado pelo conhecimento crescente da natureza, pudesse realizar metas definidas de melhoria da ‘condição humana’”. (TUVESON, p. 614) É um sentimento que se insere na projeção do seu estilo de vida para o futuro, sentimento de estabelecimento de padrões de segurança e permanência de valores. Ao falar da bomba e da energia atômica como conquista, o Estado norte-americano toca neste ponto central.

A certeza da vitória do progresso, sua continuidade linear e propósito de conquista sobre a natureza para o aprimoramento do nível de vida da humanidade é um dos vigores que compuseram o conjunto de crenças existente no Ocidente, principalmente nos dois últimos séculos. Na composição

desta imagem, o governo norte-americano associou os elementos de universalidade e necessidade aos emblemas da bomba e da energia atômica. O progresso pertence a um senso comum constantemente abordado.

Na primeira metade do século XX, a sociedade já respondia com exultante ansiedade aos poderes da energia atômica (pelo menos a partir do que era divulgado pela imprensa). Entretanto, as imagens são meios poderosos e permanecem soberanas de seus significados, que são múltiplos. O controle sobre os mesmos é limitado e diferentes poderes na sociedade podem concorrer sobre eles. É o destino das representações engendradas para o consumo (qualquer que seja) enfrentar uma recepção social que pode subverter sua intencionalidade.

As representações sustentadas publicamente têm seu impacto não só pelos novos significados agregados na notícia, mas também na medida em que tocam nas antigas percepções sobre o átomo e sua energia já presentes na sociedade. Ao ganhar o público através da mídia, as representações reverberam nas pulsões e nos medos sociais.

A sociedade também tem os seus elementos imponderados, aquilo que é compartilhado e aceito por todos como o simples e evidente. Aquilo sobre o qual os agentes não têm uma compreensão completa ou que possam esgotar com as suas significações, são os elementos simbólicos que interferem nos comportamentos sociais, mas que não são imediatamente percebidos. É o que subjaz em comum entre autor e leitor, elementos evidentes (e pouco questionados) para os sujeitos sociais e que identificam toda uma época. Perceber historicamente o texto, é esclarecer esses seus aspectos imponderados. Em todo texto subsiste oculta a crença do autor, as tessituras históricas do escrever, o seu invisível.

Assim, pensar o imaginário de uma sociedade é pensar suas representações, mas igualmente as confluências que ligam poderes e significados. Como o sonho no indivíduo, o imaginário social pode ser visto em si mesmo ou nas relações sociais (e seus simbolismos), mas também pode ser visto como elemento de ação. Através de sua compreensão, como escolha de sujeitos sociais, podemos chegar ao conjunto de forças que se associam aos imaginários sociais (como é uma possibilidade encontrar os desejos ocultos em sonhos). Aos sujeitos sociais, as forças de atração e repulsão dos significados destas imagens serão capazes de criar diferentes compreensões do que seria a realidade e de como se localizar nela, que padrões seguir. Assim, naturalmente, a atração/repulsão das imagens fará adeptos e antipatizantes, e a luta envolvida na conquista do público é o que as leva à divulgação nos meios de comunicação. A repercussão e impacto destas representações, seu sucesso em alimentar

vigores sociais e emprestar sentido à ação, sem dúvida, é capaz de agregar mais poder aos grupos e movimentos sociais.

Ainda assim, não se pode ter controle sobre o seu fluxo. A sociedade, continuamente, altera estes significados, realizando associações e dissociações que imprime as percepções coletivas sobre os sujeitos. As percepções e os julgamentos do social movem-se continuamente. O jogo sobre simbolismos permanece jogo, é aposta e nenhuma vitória é garantida.

Mesmo assim, é aposta do autor imprimir tais imagens, portadoras de significado em seus textos (e, novamente, por texto pensamos em todo meio para mensagem que faça sentido em determinado contexto, desta forma, uma ilustração ou filme podem ser considerados textos) para produzir em seus leitores suas emoções e suas percepções do real e das ações recomendadas e possíveis.

Entretanto, para compreender um texto tornado público, não basta permanecer nas razões e intencionalidades do seu emissor, ou autor, mas perceber as relações que poderá estabelecer com o sentir e pensar de quem as recebe, seus leitores. É necessário buscar as relações de usos dos significados, aqueles que são caros à sociedade e a maneira de usá-los em novos sentidos.

O texto não é apenas de um autor, é também um texto de leitores.

O mais importante em relação a este imaginado da sociedade é percebê-lo não como fantasia ou delírio, mas como parte do percurso que delimita o real, ou seja, como constituinte do real. Os imaginários constituem-se em uma dimensão simbólica e ativa, uma vez que atualizam e reorganizam representações sociais, emprestando sentido às práticas sociais. Os imaginários têm um campo amplo, englobando as crenças, as expectativas sociais, as relações e comportamentos, os limites do social e do poder. É uma dimensão ativa e criadora, pois é capaz de gerar novos campos simbólicos no seu próprio processo. As dimensões do poder, em especial, estão em contínuo processo de articulação de campos simbólicos.

Referências bibliográficas

ALPEROVITZ, Gar. **Atomic Diplomacy, Hiroshima and Potsdam**. London: Secker & Warburg, 1966.

_____. **The Decision to Use the Atomic Bomb**. New York: Vintage Books, 1995.

_____. **Diplomacia Atômica, o uso da bomba atômica e o confronto do poder americano com o soviético**. Rio de Janeiro: Saga/Biblioteca do Exército, 1969.

BOYER, Paul. **By the Bomb's Early Light** - American Thought and Culture at the Dawn of the Atomic Age. New York: Pantheon Books.

COTTRELL Jr., Leonard S.; EBERHART, Sylvia. **American opinion on world affairs in the atomic age**. New York. Greenwood Press, Publishers, 1961.

LEFFLER, Melvyn P. **A Preponderance of Power** – National Security, the Truman Administration, and the Cold War. Stanford: Stanford University Press, 1992.

KEEVER, Berverly Ann Deepe. **News Zero: The New York Times and the Bomb**. Monroe: Common Courage, 2004.

ROBERTSON, James Oliver. **American Myth, American Reality**. New York: Hill & Wang, 1980.

SMITH, P. D. **Os Homens do Fim do Mundo: o Verdadeiro Dr. Fantástico e o Sonho da Arma Total**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

TUVESON, Ernest. Progresso. In BOTTOMORE, Tom et al. **Dicionário do Pensamento Social do Séc. XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

WEART, Spencer R. **Nuclear Fear**. A History of Images. Cambridge: Harvard University Press, 1988.

WINKLER, Allan M. **Life Under a Cloud: American Anxiety About the Atom**. Urbana/Chicago: University of Illinois Press, 1999.

Fontes

BLAKESLEE, Howard W. Power of atom likened to sun's. **The New York Times**, segunda-feira, 7 de agosto de 1945, p. 5.

LAURENCE, William L. Drama of the atomic bomb found climax in July 16 test. **The New York Times**, quarta-feira, 26 de Setembro de 1945, p. 1.

SHALETT, Sidney. New age ushered. **The New York Times**, segunda-feira, 7 de agosto de 1945, p. 1.

A NEW ENGLAND CICERO? A FORMAÇÃO INTELECTUAL DE JOHN ADAMS E SUA RELAÇÃO COM O PENSAMENTO CLÁSSICO GREGO E ROMANO

Julio Morguetti Neto

Mestrando em História Social das Relações Políticas

Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes)

jmorguettineto@gmail.com

Tratar sobre a influência da Antiguidade latina e grega em uma determinada temporalidade é parte de um empreendimento sobre o estudo da Recepção. Os atores através dos quais essas influências foram transmitidas são um outro campo de debate, tão complexo quanto o mencionado, já que as idiossincrasias da formação individual, bem como os próprios registros e fontes sobre um determinado sujeito, podem ser escassas, difusas ou até mesmo conflitantes entre si.

O arcabouço de referências e conhecimentos sobre os autores gregos e romanos era presente em praticamente todos os *Fundadores*, e servia como um elemento cultural que urdia uma base comum a todos os representantes das treze colônias. Demora a surgir uma ideia de unidade e uniformidade entre os representantes das colônias; as percepções e referências culturais de um homem nascido na Virgínia eram distintas de um natural de Massachusetts. Os elementos da cultura clássica, transmitida pela educação formal, tornavam-se um subsídio comum a esses homens, tal como um substrato histórico compartilhado para a formação dos *Fundadores*. (RICHARD, 1995, p. 82)

O estudo sobre os sujeitos que promoveram a Revolução se torna tão crucial quanto o sobre o desenvolvimento da mesma. Muitas figuras são mais popularmente reconhecidas, como Thomas Jefferson, George Washington ou Benjamin Franklin, porém uma que teve um papel tão crucial quanto os citados, mas é menos pesquisada e célebre, foi John Adams. Um dos principais representantes insurretos de Massachusetts, a carreira de Adams se desenvolve com o processo revolucionário americano, envolvido desde os primeiros eventos contrários à dominação da Inglaterra, ainda no ano de 1761, participando das negociações de paz com o rei inglês em 1783, e seguindo uma carreira enquanto político no recém-formado sistema republicano americano. (THOMPSON, 2000, p. 6)

John Adams é considerado como “o que possui maior erudição sobre antigos e modernos, do que qualquer outro homem que assinou a Declaração de Independência”⁴⁸. (THOMPSON, 2000, p.

⁴⁸ [...] possessed “more learning probably, both ancient and modern, than any man who subscribed the Declaration of Independence”. (THOMPSON, 2000, p. 6)

6) A vasta contribuição de Adams para o projeto revolucionário e, posteriormente, o desenvolvimento de um governo republicano é amplamente reconhecida. Boa parte da bagagem intelectual de Adams deriva de autores gregos e romanos, buscando inserir essas propostas nos debates políticos da nascente República americana. Adams se torna um objeto de análise privilegiado ao nos debruçarmos sobre a Recepção clássica na formação do pensamento político americano. Para melhor analisarmos os fundamentos desse processo de Recepção, necessitamos nos aprofundar na compreensão sobre como Adams se insere no contexto revolucionário e de onde partem suas motivações e influências; para tal finalidade, devemos discutir suas origens e sua formação intelectual.

A infância de Adams foi comum, vivendo em uma pequena comunidade. Não estando isolados de grandes cidades ou do comércio local, ele e sua família viviam à base do trabalho rural. (MCCULLOUGH, 2001, p. 31-33) Seu pai não desejava que ele permanecesse na vida de fazendeiro, e por isso sempre buscou garantir o acesso de Adams à educação para que ele pudesse ingressar em Harvard e se tornar ministro eclesiástico. (MCCULLOUGH, 2001, p. 33) Para se preparar para o ingresso em uma universidade, o jovem Adams, além de ser alfabetizado regularmente, necessitava dos conhecimentos de latim e grego antigo. Sua formação começou em uma escola mantida pela própria comunidade, mas Adams não se interessou pelos estudos. Preocupado com essa indisposição, seu pai conseguiu que ele fosse matriculado em uma escola particular, onde passou a ser orientado por Joseph Marsh, o que promoveu uma mudança de rumos em seu interesse pelas letras. (MCCULLOUGH, 2001, p. 34; ROBATHAN, 1946, p. 91)

Essa formação escolar de Adams não era algo exclusivo à sua condição social: existiam escolas de primeiras letras (*Grammar schools*) que eram mantidas por congregações e acessíveis às crianças das pequenas comunidades, especialmente da Nova Inglaterra. (RICHARD, 1995, p. 21) A presença da formação clássica em solo colonial britânico na América remonta à fundação da *Boston Latin School* e da universidade de Harvard em Cambridge, nos anos de 1635 e 1636, respectivamente. O currículo seguido pelas escolas gramaticais e universidades tinha como base o estudo das línguas latina e grega, bem como de suas literaturas. Esses conteúdos, juntamente com os ensinamentos sobre a Bíblia, eram denominados “Clássicos Sagrados”. (REINHOLD, 2015, p. 45) Um jovem que desejasse ingressar em uma universidade e seguir em uma carreira profissional, necessitava de passar por essa rigorosa preparação em latim e grego antigo. (FARRELL, 1992, p. 376) A partir daquele momento, em uma escola gramatical da Nova Inglaterra sob a supervisão de seu tutor, John Adams se familiarizou com a obra de Marco Túlio Cícero (106-43 a.C.), mantendo-o como uma de suas principais influências na carreira política e jurídica, como veremos.

John Adams foi um dos principais responsáveis por trazer a influência de Cícero ao processo revolucionário americano, sendo o Arpinate a sua principal influência ao longo da vida nos mais variados aspectos, desde a carreira jurídica, passando por modelo de escrita e oratória, chegando até as definições acerca de política e como um estadista deveria se portar. (REINHOLD, 2015, p. 46)

Adams ingressou na universidade de Harvard em 1751, passando os próximos quatro anos sob a tutela do professor de latim Joseph Mayhew. Em meados do século XVIII o ensino de retórica era uma das bases do currículo universitário, tendo o *De Oratore* de Cícero como um dos principais textos juntamente com o *De Officiis* como uma referência para os estudos sobre ética. (MCCULLOUGH, 2001, p. 35; FARREL, 1992, p. 377) Adams não cumpriu com o desejo de seu pai de se formar como ministro eclesiástico, demonstrou muito interesse pelas áreas das ciências naturais, mas foi em um dos clubes de debate que lhe foi sugerido que possuía vocação para a oratória e que deveria ser um advogado ao invés de um pregador. (MCCULLOUGH, 2001, p. 37).

Após ter se graduado em 1755 em Harvard, Adams decidiu trabalhar como professor de uma Escola de Primeiras Letras em Worcester para poder se sustentar e, futuramente, financiar seus estudos em Direito. No ano seguinte, em 1756, Adams assinou um contrato com o jovem advogado James Putnam, concordando em auxiliá-lo e ser instruído pelo mesmo na área da advocacia. (MCCULLOUGH, 2001, p. 41-42) Durante dois anos, Adams trabalhou como professor na escola enquanto estudava com Putnam. Boa parte de sua formação como advogado provinha de aprender as técnicas da profissão ao acompanhar Putnam, como aprimorar o seu conhecimento sobre o latim, o grego e as principais obras clássicas que lhe serviriam de inspiração.

Sua carreira nos tribunais começou a partir de 1759, desde o momento em que foi admitido perante a corte superior de Boston, passando a atuar em diversos casos no circuito jurídico de Massachusetts, conquistando reconhecimento enquanto advogado ao longo dos anos.

As tensões entre os colonos americanos e a metrópole inglesa se avultaram a partir do ano de 1763, quando foi finalizada a guerra contra franceses e indígenas pelo controle do vale do rio Ohio, impelindo os ingleses a estabelecerem uma série de tributações sobre os colonos. Com a tributação popularmente denominada de “Lei do Selo”⁴⁹ aprovada no ano de 1765, qualquer tipo de papel impresso passou a ser taxado pela coroa britânica. Os colonos, principalmente os da região da Nova Inglaterra, se organizaram para rebater a nova lei, boicotes e atos contra os funcionários da corte foram propagados por todas as treze colônias, levando Londres a retroceder no ano 1766. (KARNAL, 2014, p. 76-78)

⁴⁹ *Duties in American Colonies Act 1765*; 5 George III, c. 12.

No entanto, a situação entre os colonos e Londres se acirrava, e uma série de leis que ficariam conhecidas como “Atos Townshend”⁵⁰ inflamou os ânimos da população colonial americana, que denunciava que seus direitos estavam sendo violados. Diversos atos e protestos se espalharam pelas treze colônias. Os atos se mostraram inócuos frente aos problemas financeiros ingleses e só estimularam a revolta dos colonos, mas acabaram causando uma situação marcante para o processo revolucionário americano e para a vida de John Adams.

Um grupo de colonos, ao protestarem contra a presença dos soldados ingleses, acabou alvejado, resultando no evento conhecido como “Massacre de Boston”, ocorrido no ano de 1770. (KARNAL, 2014, p. 79) Os soldados envolvidos foram detidos pelas autoridades de Boston e deveriam responder judicialmente perante a corte de Justiça da colônia de Massachusetts, porém nenhum advogado arriscaria sua reputação a defendê-los. É nesse momento que John Adams retornou ao debate político, ao aceitar fazer a defesa dos soldados britânicos; ele teria dito que “nenhum homem em um país livre deve ter negados o direito de defesa e um julgamento justo”⁵¹. (MCCULLOUGH, 2001, p. 66)

O julgamento foi um marco importante na carreira de Adams; seu discurso de defesa seguiu os moldes de discursos ciceronianos, recorrendo a táticas e estilos retóricos presentes em *Pro Milone*, *Pro Sexto Roscio* e *De Inventione*. (MCCULLOUGH, 2001, p. 68; REINHOLD, 2015, p. 48)

Após o tribunal, Adams foi eleito para compor a assembleia legislativa de Massachusetts, cargo em que permaneceu até 1771. O acúmulo das funções da advocacia e política o esgotaram, e ele decidiu retornar a Braintree, sua cidade natal, trabalhando na administração da propriedade e como advogado, atendendo a diversos casos por toda região da colônia de Massachusetts. (MCCULLOUGH, 2001, p. 69) Em 1773 a situação entre os colonos da Nova Inglaterra e a metrópole se radicaliza novamente devido ao evento conhecido como “*Boston Tea Party*”, em que um grupo de colonos destruiu uma série de propriedades inglesas, levando o governo em Londres a fechar o porto de Boston e declarar um conjunto de leis conhecidas popularmente como “Leis Intoleráveis”. (KARNAL, 2014, p. 79-80)

A partir de então, as treze colônias na América passaram a se organizar de maneira mais eficiente, e rumores de um conflito se espalharam, sendo formado um conselho que reuniria representantes de todas as colônias inglesas na América, onde seriam discutidas e deliberadas ações em conjunto para contornar os rumos das indisposições frente aos ingleses. Reunido pela primeira

⁵⁰ Receberam esse nome por serem uma série de leis propostas pelo membro do parlamento Charles Townshend.

⁵¹ “*No man in a free country should be denied the right to counsel and a fair trial*”. (MCCULLOUGH, 2001, p. 66)

vez em 1774, esse conselho foi nomeado Congresso Continental da Filadélfia, sediado na cidade que o nomeava. Os eleitos para representar a colônia de Massachusetts foram Robert T. Paine, Thomas Cushing, Samuel Adams e John Adams. Desse momento em diante Adams passou a se envolver diretamente nos eventos políticos formadores da Revolução Americana. (KARNAL, 2014, p. 83; MCCULLOUGH, 2001, p. 71) Foi a primeira vez em que o futuro estadista americano passou uma quantidade expressiva de tempo longe de sua família e comunidade, chegando a demonstrar certo descontentamento com essa situação, porém entendendo a importância do papel que teria a cumprir. (BUTTERFIELD, 1963 v. 2, p. 289-290)

O primeiro Congresso Continental adotou uma postura conservadora, sem demonstrar um viés separatista: buscou argumentar com a coroa a necessidade de representação dos colonos perante o parlamento e determinou algumas sanções. A resposta inglesa foi dúbia, já que ao mesmo tempo em que concedeu algumas reivindicações aos colonos, incrementou a presença militar em algumas colônias. (KARNAL, 2014, p. 83) Ao retornar do Congresso Continental, John Adams deparou-se com uma série de artigos publicados no jornal *Massachusetts Gazette* defendendo as políticas imperiais britânicas e questionando as posturas adotadas pelos liberais norte-americanos. Esses ensaios eram escritos sob o pseudônimo *Massachusettensis*, e motivaram Adams a redigir uma série de cartas publicadas no mesmo jornal com o objetivo de refutar as argumentações. Ele escreveu esses textos sob o pseudônimo de *Novanglus*, produzindo um dos mais avançados argumentos coloniais contra a política imperial britânica. (THOMPSON, 2000, p. 125) James Farrell comenta no artigo intitulado *New England's Cicero: John Adams and the Rhetoric of Conspiracy* (1992) que o debate entre *Massachusettensis* e *Novanglus* foram “a mais importante batalha de jornais da Revolução” (p. 55). Ainda nesse artigo, Farrell explora como Adams baseou sua argumentação sobre uma conspiração inglesa contra os colonos ao redigir em um estilo ciceroniano, inspirado pelas *Catilinárias*. (FARRELL, 1992, p. 57)

Após o julgamento dos soldados, Adams se envolveu diretamente na política colonial e nos imbróglis frente à coroa britânica. Além de sua participação no Primeiro Congresso Continental em 1774, Adams se envolveu em uma das principais argumentações contra as políticas imperiais inglesas, os debates entre *Massachusettensis* e *Novanglus*. Ao retornar do congresso, Adams se deparou com uma série de ensaios publicados no *Massachusetts Gazette* defendendo as políticas coloniais britânicas e questionando as posições dos patriotas americanos. Esses ensaios foram escritos sob o pseudônimo de *Massachusettensis*, mas pouco tempo depois descobriu-se que o verdadeiro autor era

Daniel Leonard⁵², um advogado realista de Boston. (BERKIN, 1999) John Adams respondeu aos argumentos de Leonard ponto por ponto em uma série de cartas sobre o pseudônimo de *Novanglus*. (THOMPSON, 2001, p. 125)

Esses ensaios foram vistos com grande preocupação por Adams: essa foi a razão pela qual ele decidiu rebater de maneira meticulosa as proposições ali colocadas. O americano estava convencido de que “os Tories de Massachusetts, em parceria com o ministério britânico, estavam executando uma trama maligna para taxar ilegalmente os cidadãos de Massachusetts e roubar dos colonos suas liberdades e direitos britânicos naturais”⁵³, aponta James Farrell (1992, p. 52), e, para evidenciar essa possível conspiração, Adams faz uso de seu arcabouço retórico, tendo argumentado contra os realistas seguindo uma construção inspirada nas Catilinárias de Cícero. (FARRELL, 1992, p. 56)

As Catilinárias foram uma série de discursos proferidos por Cícero diante do Senado Romano ao expor a trama orquestrada pelo patrício Lúcio Sérgio Catilina (108-62 a.C) que tinha como objetivo derrubar a República Romana. (BARBOSA, 2019, p. 12-16) Concordamos com Farrell quando ele apresenta que:

a analogia com Cícero e Catilina ajudou Adams a compreender o desafio retórico central que ele levantou. Proporcionou a ele um modelo para sua própria resposta retórica. Além disso, o paralelo auxiliou o escritor a desenvolver um maior e mais heroico *éthos*. Se o paralelo é apropriado, *Novanglus* assume o papel de *pater patriae* em uma eloquente luta para salvar sua terra natal.⁵⁴ (FARRELL, 1992, p. 57)

Ao apresentarmos como a literatura clássica romana foi utilizada para a composição retórica dos ensaios de Adams contra a política inglesa de sua época, trazemos mais uma evidência de como a geração revolucionária se sustentava nessa literatura não apenas como refinamento de escrita, mas também como uma janela de para evidenciar suas perspectivas políticas, incluindo a argumentação retórica clássica exposta por Cícero entre outros, que ainda se fazia presente. (FARRELL, 1992, p. 57-58)

⁵² BERKIN, Carol. Leonard, Daniel (1740-1829), lawyer, Loyalist, and chief justice of Bermuda. *American National Bibliography*, 1999. Disponível em <<https://www.anb.org/search?q=Daniel+Leonard&searchBtn=Search&isQuickSearch=true>>. Acesso em: 26 jul. 2019.

⁵³ He was convinced that Massachusetts Tories, in league with the British ministry, were executing an evil plot to tax the citizens of Massachusetts illegally and rob the colonists of their natural rights and British liberties. (FARRELL, 1992, p. 52)

⁵⁴ The analogy with Cicero and Catiline helped Adams comprehend the central rhetorical challenge he had taken up. It provided him with the model for his own rhetorical response. Moreover, the parallel assisted the writer in developing a grander, more heroic ethos. If the parallel is appropriate, "Novanglus" assumes the role of "pater patriae" in an eloquent struggle to save his native land. (FARRELL, 1992, p. 57)

Os elementos retóricos utilizados por Adams são inspirados naqueles apresentados por Cícero. Um dos temas abordados pelos dois é tratar da conspiração como se fosse uma doença que se espalha e contamina. Observamos primeiramente um trecho de Cícero e posteriormente um de Adams, usando desta imagem (FARRELL, 1992, p. 63):

I.31. [...] Então, se esse único homem for eliminado por tão grande latrocínio, pareceremos talvez estar aliviados por um breve tempo do cuidado e do medo, porém o perigo ficará encerrado profundamente nas veias e vísceras da República. Como frequentemente os doentes com grave moléstia quando são perturbados pelo calor e febre, se beberem água gelada, primeiro parece aliviados, depois são atormentados mais gravemente e veementemente, assim, esta doença que está na República, aliviada pelo castigo desse, aumentará mais fortemente com o restante vivo. (*Catil.* I. 31; BARBOSA, 2019, p. 30)

[...] e a liberdade de imprensa, ao invés de promover a causa da liberdade, irá apenas apressar sua destruição, assim como os melhores tônicos tomados por pacientes em alguns destemperes se tornam o mais detestável e corrosivo veneno. [...] A natureza da usurpação como tal sobre a constituição americana irá crescer mais todos os dias, e mais invasiva. Como um câncer, ela se alimenta rapidamente a cada hora. O rendimento cria pensionista, que urgem por mais rendimentos. O povo cresce menos atento, espirituoso e virtuoso, os requerentes mais numerosos e corruptos, e todo dia aumentam o círculo de seus dependentes e expectantes, até virtude, integridade, espírito público, simplicidade e frugalidade, transformarem-se em objetos de escárnio e ridículo, e vaidade, luxúria, diabruras, egoísmo, maldade, e a franca venalidade engolirem toda a sociedade.⁵⁵ (ADAMS, 2000, p. 141; 148)

Além de utilizar alegorias semelhantes às de Cícero, ambos utilizam em seus discursos as provas irrefutáveis do que dizem: cartas e documentos apreendidos. Ambos usam como provas irrefutáveis (FARRELLS, 1992, p. 64):

III. 10. [...] Primeiro, mostramos o selo a Cetego, que o reconheceu. Cortei o fio e li. Tinha sido escrito por suas próprias mãos ao Senado e ao povo dos alóbroges, que faria as coisas que tinha prometido aos legados deles; [...] III. 17. [...] Não tendo ele fixado o prazo das Saturnais, nem anunciado muito antes a ruína e destruição da república, nem que se arriscou, deixando apreender os selos, as cartas, evidências manifestas dos crimes. [...] (*Catil.* III. 10; 17; BARBOSA, 2019, p. 49-50; 53)

⁵⁵ [...] and the freedom of the press, instead of promoting the cause of liberty, will but hasten its destruction, as the best cordials taken by patients in some distempers become the most rancid and corrosive poisons. [...] The nature of the encroachment upon the American constitution is such, as to grow every day more and more encroaching. Like a cancer, it eats faster and faster every hour. The revenue creates pensioners, and the pensioners urge for more revenue. The people grow less steady, spirited, and virtuous, the seekers more numerous and more corrupt, and every day increases the circles of their dependents and expectants, until virtue, integrity, public spirit, simplicity, and frugality, become the objects of ridicule and scorn, and vanity, luxury, foppery, selfishness, meanness, and downright venality swallow up the whole society. (ADAMS, 2000, p. 141; 148)

[...] Mas nós temos evidências o suficiente agora, sobre suas próprias mãos, de tudo o que foi dito deles [...] ⁵⁶ (ADAMS, 2000, p. 135)

Ambos os autores também se sustentariam em imagens de escuridão, secreto e mistério para caracterizar a trama de seus inimigos, e imagens de luz, exposição e verdade para descrever seus próprios atos heroicos. Farrell aponta que essa dialética entre luz-escuridão ou secreto-exposto, aparece em diversos momentos das Catilinárias e das cartas de *Novanglus*, criando um *éthos* heroico de cada autor (1992, p. 65):

I.1. [...] Não percebes que teus planos foram revelados? [...] I. 6. Ademais, Catilina, o que mais esperas agora, se nem a noite pode apagar com suas trevas teus desígnios abomináveis, nem tua própria casa consegue abafar com as paredes os rumores da conjuração, se tudo está as claras, se tudo já veio à tona? (*In Catilin.* I. 1; I.6; BARBOSA, 2019, p. 16; 18)

Eu tenho até agora declarado minha intenção de perseguir os *tories* através de todas as suas sombrias intrigas e perversas maquinações, e para mostrar a ascensão e progresso de seus esquemas para escravizar este país. ⁵⁷ (ADAMS, 2000, p. 131)

Podemos nos questionar sobre essas analogias, se John Adams não poderia tê-las feito mesmo sem o uso de seu conhecimento sobre a retórica ciceroniana, pois se tratam de analogias possíveis para se alcançar o efeito esperado acerca da revelação da trama conspiratória. Sobre esse questionamento, concordamos com a conclusão proposta por Farrell de que:

Certas metáforas – o par luz-trevas e as imagens de doenças – são arquétipos e ocorrem repetidamente em momentos cruciais através de eras e culturas. Mas a aparição de todo o alcance das figuras Catilinárias, amplificando e focando no mesmo problema, organizadas nos mesmos padrões, e combinadas com semelhantes, mas não arquetípicas peças retóricas, tais como o uso das cartas como evidência, fazem das cartas de *Novanglus* muito mais do que simplesmente um exemplo de discurso arquetipo metafórico. [...] Descobrir as raízes clássicas dos ensaios de *Novanglus* de Adams, pode nos levar a reformar nossa opinião histórica sobre as fontes de retórica presentes na Revolução. ⁵⁸ (FARRELL, 1992, p. 69)

⁵⁶ [...] *But we have evidence enough now, under their own hands, of the whole of what was said of them* [...] (ADAMS, 2000, p. 135)

⁵⁷ *I have heretofore intimated my intention of pursuing the tories through all their dark intrigues and wicked machinations, and to show the rise and progress of their schemes for enslaving this country.* (ADAMS, 2000, p. 131)

⁵⁸ *Certain metaphors – the light-dark pair and the images of disease – are archetypal and occur repeatedly in crucial moments across cultures and ages. But the appearance of the whole range of Catilinarian figures, amplifying and focusing the same problem, arranged in the same pattern, and combined with similar but non-archetypal rhetorical ploys such as the use of letters as evidence, makes the “Novanglus” letters much more than simply an instance of archetypal metaphoric discourse. [...] Discovering the classical roots of Adams’s “Novanglus” essays may lead us to amend received historical opinion about the sources of conspiracy rhetoric in the revolution.* (FARRELL, 1992, p. 69)

Após esses eventos e com o acirramento das questões políticas entre a coroa britânica e as autoridades locais, a ideia de uma separação dos ingleses aumentava. Caso isso acontecesse, como o novo governo deveria se organizar? Esse era um questionamento que os *fundadores* necessitavam responder, e buscavam respostas nas experiências históricas. Cícero apresenta uma definição sobre a importância da História e como pode ser trabalhada, servindo de inspiração não apenas para Adams, mas utilizada praticamente durante todo o período da modernidade. (HARTOG, 2003, p. 140) Essa definição se apresenta em Cícero assim:

Quanto à História, testemunha dos tempos, luz da verdade, vida da memória, mestra da vida, mensageira da Antiguidade, que outra voz a confia à eternidade, senão a do orador?

Pois se existe alguma outra arte que tira proveito do conhecimento das palavras que devem ser cunhadas ou escolhidas; ou se dizemos que alguém, além do orador, dá forma, variedade e distinção ao discurso por meio de determinadas, por assim dizer, insígnias de palavras e pensamentos; ou se há além desta única arte, outro método de ensino dos argumentos e pensamentos, ou, enfim, da descrição e da ordem, reconheçamos que is de que tira proveito esta arte vem de outro domínio ou é compartilhado por alguma outra arte.⁵⁹ (*De Orat.* II. 36)

Compreender a história como *magistra vitae* era retirar ensinamentos do passado para aplicar em seu contexto, levando em conta os acertos e erros para, assim, moldar o seu presente, sendo essa uma das principais argumentações utilizadas para o resgate de um pensamento republicano romano no século XVIII. (RYERSON, 1995, p. 23; RICHARD, 1995, p. 135) Cícero foi uma grande influência na construção judiciária e política durante a modernidade, influenciando diretamente na nossa percepção e construção de governos constitucionais. (SELLERS, 2009, p. 1)

A idealização da República Romana no contexto de Adams pode ser definida, em nossa percepção, nas palavras de Thomas N. Mitchel:

A República Romana representa o primeiro exemplo em nossa história de governo constitucional operando em grande escala e se estendendo por séculos. Teve que tratar de problemas sociais políticos, dilemas sem precedentes em espécie e magnitude. Produziu novos modelos de legislação e governo que afetaram permanentemente o caráter das democracias ocidentais. Seu legado é uma das mais duradouras influências da antiguidade.

Cícero é nossa mais confiável e extensiva fonte de ideias ao discutir o republicanismo romano.⁶⁰ (MITCHEL, 2001, p. 128)

⁵⁹ CÍCERO, *De orat.* II. 36. (tradução de Adriano Scatolin, em SCATOLIN, 2009, p. 201)

⁶⁰ *The Roman Republic represents the first example in our history of constitutional government operated on a grand scale and extending over centuries. It had to contend with social and political issues and dilemmas unprecedented in kind and*

Para Adams, a República Romana era a melhor sobre a qual se espelhar na formação de República na América. (REINHOLD, 2015, p. 48) Ao tratarmos sobre o republicanismo romano formulado nas produções ciceronianas, trazemos à luz três obras que tiveram uma forte influência em sua construção moderna: *De Legibus*, *De Officiis* e *De Republica*. (MITCHEL, 2001, p. 128) Importante salientar que a obra *De Republica* não se encontrava completa à época de Adams, ele tinha acesso apenas a alguns fragmentos, muitos derivados de Santo Agostinho (ADAMS, 1787, p. xiv; SELLERS, 2009, p. 10), pois a obra só foi completamente resgatada no ano de 1822 (REINHOLD, 2015, p. 48).

O principal elemento político da tradição clássica grega e romana defendido por Adams é o chamado *Governo Misto*, entendido pelo americano, e também por alguns gregos e romanos, como Políbio e Cícero, como o segredo para o poder, força e duração da República Romana. (REINHOLD, 2015, p. 48; RICHARD, 1995, p. 125; 132) Platão identificou três formas simples de governo: monarquia, aristocracia e democracia, isto é, o governo de um, o governo de poucos e o governo de muitos. Platão ainda reivindica em obras como *As Leis* (756e-757a; 832c) e *O Político* (29Id-e; 303c) que cada uma dessas estruturas se corrompe com o tempo: a monarquia se transforma em tirania, a aristocracia em oligarquia e a democracia em oclocracia (governo da massa). Para evitar essa deterioração, a melhor forma seria um modelo misto desses governos, argumento sustentado por Aristóteles em *Política* (3.7), mas coube a Políbio a apresentação mais detalhada dessa teoria política. (*Polyb.* 6. 5-18; RICHARD, 1995, p. 124-125)

Meyer Reinhold defende que o pensamento político de Adams “era voltado para a indispensabilidade de um equilíbrio independente entre as três divisões de governo, representando elementos monárquicos, aristocráticos e democráticos”.⁶¹ (REINHOLD, 2015, p. 48) O próprio Adams deixa isso claro ao falar que “Os melhores governos do mundo foram mistos. As repúblicas da Grécia, Roma, Cartago, foram todas Governos Mistos. Os ingleses, os holandeses e suíços aproveitam as vantagens de governos mistos atualmente”.⁶² (ADAMS, 1961, p. 58)

in magnitude. It produced new modes of law and government that have permanently affected the character of Western democracies. Its legacy is one of the most enduring influences of antiquity.

Cicero is our most reliable and extensive source for the ideas underlying Roman republicanism. (MITCHEL, 2001, p. 128)

⁶¹ [...] *was devoted to the indispensability of such an interdependent balance among three divisions of government representing monarchical, aristocratic and democratic elements [...]* (REINHOLD, 2015, p. 48)

⁶² *The best Governments of the World have been mixed. The Republics of Greece, Rome, Carthage, were all mixed Governments. The English, Dutch and Swiss, enjoy the Advantages of mixed Governments at this Day.* (ADAMS, 1961, p. 58)

Na obra de Cícero, uma referência sobre a constituição de um governo misto aparece em *De Republica*:

o mais asqueroso, e desta costuma florescer (uma república) dos aristocratas ou aquela facciosa tirânica, quer monárquica quer mesmo muitas vezes popular, e do mesmo modo daquela costuma florescer algum gênero daqueles que falei antes. E admiráveis são nas repúblicas as evoluções e como que ciclos das mudanças e vicissitudes, os quais quando é do próprio sábio tê-los conhecido, então sem dúvida é próprio do que se aplica a governar a república prever por um curso que modera e que retém em seu domínio, como algum cidadão e um homem quase divino. E assim um quarto gênero de república acima de tudo sinto que de ser prova, que é a partir destes três que primeiro disse moderado e misto.⁶³ (*Rep.* I.29.45)

É a partir dos antigos clássicos que Adams estrutura seu pensamento político sobre o governo misto, e vai destrinchar essa teoria em duas publicações, uma em 1776 chamada *Thoughts on Government* e a outra em 1787 intitulada *The defence of the Constitutions of Government of the United States of America*.

Sobre *Thoughts on Government*, as condições de escrita dessa obra são peculiares ao contexto de sua época. Em carta escrita a John Taylor, Adams explica que estava, a seis meses da declaração de Independência, discutindo sobre a necessidade de secessão com os ingleses com um denominado Sr. Whyte, da Virgínia, quando o mesmo o questionou sobre qual modelo de governo deveria se propor ao novo país. Adams passou a explicar as ideias que já havia pensado sobre o tema, e o referido Sr. Whyte pediu a Adams que transcrevesse e organizasse as ideias que expôs em uma carta, pois ele gostaria de refletir melhor sobre o que fora dito. Assim Adams o fez. A carta chegou até as mãos de Richard Henry Lee⁶⁴ (1732-1794), que pediu autorização para publicá-la. Adams ficou um tanto receoso, porém autorizou, solicitando que fosse apresentada anonimamente, sendo divulgada sob o título de *Thoughts on Government, a letter from a gentleman to his friend*. (PEEK JR, 1964, p. 75-76)

Essa obra é considerada um dos mais marcantes e influentes escritos de Adams, sendo, inclusive, a mais famosa de suas publicações naquela época. Serviu de inspiração para a formulação das cartas constituintes da Carolina do Norte, Virgínia, Nova Jersey, Nova Iorque e Massachusetts. Alguns pesquisadores e biógrafos comentam que esse texto teria sido escrito como antídoto à publicação de *Senso Comum* (*Common Sense*), de Thomas Paine (1737-1809), no sentido de refutar

⁶³ Cícero, *De Republica*. I.29.45. (Tradução de Juvino Alves Maia Junior em CÍCERO, 2016, p. 143)

⁶⁴ Importante político da colônia da Virgínia, também membro dos Congressos Continentais da Filadélfia.

as propostas neste outro panfleto. (THOMPSON, 2000, p. 242) Adams já havia declarado que Thomas Paine era “melhor em destruir do que construir”. (MCCULLOUGH, 2001, p. 101)

O trabalho em *Thoughts on Government* se apresentava como um norte em meio aos debates iniciais sobre as formas de governo a serem adotadas pelo movimento revolucionário americano. Porém, é em *The defence of the Constitutions of Government of the United States of America* que Adams vai desenvolver de maneira profunda sua concepção política de governo misto e de republicanismo, tendo em Cícero um dos principais suportes teóricos. (SELLERS, 2009, p. 37) Como nas palavras de Pocock (1975, p. 526), “talvez o último grande trabalho de teoria política escrito dentro da tradição sem modificações do republicanismo clássico”⁶⁵.

Uma das motivações da escrita dessa obra era combater as influências francesas sobre o território americano, especialmente aquelas que identificavam na política democrática ateniense, ao possuir apenas uma câmara legislativa, a melhor forma de organização política. Para Adams, partindo de Políbio, a democracia direta seria apenas uma via em direção à tirania. (PAYNTER, 1996, p. 531; THOMPSON, 1995, 392; RICHARD, 1995, p. 135)

O que Adams fez nessa obra foi revisitar todo o sistema de governo europeu que poderia ser chamado de República sobre sua definição de “um governo de leis e não dos homens” (ADAMS, 1787, p. iii) e também trazer todo pensador que defendeu qualquer ideia de república, desde Platão chegando até a James Harrington na Inglaterra⁶⁶. Neste amplo trabalho, ele discute o que denomina de *repúblicas democráticas*, *repúblicas aristocráticas* e *repúblicas monárquicas* olhando para exemplos que partiam desde as cidades-estados gregas à república romana, das cidades medievais italianas até os cantões suíços e dos modelos monárquicos inglês e polonês. O que ele tira de conclusão é que, em todos os casos, o que se percebia era uma ampla base popular desejando mais liberdades que conflitava com um relevante grupo de aristocratas desejosos de poder e riqueza. A partir dessa situação, era necessário um poderoso executivo para manter o equilíbrio entre populares e aristocratas e entre eventuais facções que surgissem nos aristocratas. O executivo deveria ser o mediador entre os dois braços legislativos do poder, um popular, enxergado como a câmara dos representantes, e outro aristocrático, visualizado no Senado. (RYERSON, 1995, 24-25; 27-28; MIROF, 1987, 369)

⁶⁵ *Perhaps the last major work of political theory written within the unmodified tradition of classical republicanism.* (POCOCK, 1975, p. 526)

⁶⁶ James Harrington (1611-1677) foi um teórico político inglês e defensor das ideias de um republicanismo clássico. Sua obra mais conhecida é a *Commonwealth of Oceana* (1656), que tratava da exposição de uma constituição ideal designada para o desenvolvimento de uma república utópica. (POCOCK, 1977, p. xv)

A construção desse hercúleo trabalho por Adams tem um objetivo duplo, como aponta John E. Paynter em um artigo intitulado *The Rhetorical Design of John Adams's "Defence of the Constitutions of... America"* (1996). Para esse autor, a obra de Adams seria “um projeto unificado em retórica deliberativa, identificando um problema particularmente crucial na vida política americana, chamando-os a agir em resposta a esse problema”.⁶⁷ (PAYNTER, 1996, p. 532) Mas ao mesmo tempo em que ele quer apontar um determinado problema na organização política americana, ele busca defender suas estruturas republicanas, para que não sejam atacadas pelo pensamento antagonista francês. Adams tem um dilema, que para ser resolvido precisaria ser debatido por métodos conflitantes de persuasão. A maneira que encontrou foi “um rigoroso reexame da leitura e reflexão do que tinha formado o entendimento político da maioria dos homens influentes na geração dos fundadores”.⁶⁸ (PAYNTER, 1996, p. 533)

A obra foi constantemente atacada por ter sido considerada “antirrepublicana”, imputando um estigma sobre a futura carreira de Adams. (PAYNTER, 1996, p. 531; THOMPSON, 1995, 391) O advogado da Nova Inglaterra buscou fazer a defesa de sua concepção de republicanismo, deixando uma vasta obra erudita. Para Sellers,

John Adams descreveu os sistemas desenvolvidos por legisladores através de eras como “experimentos” feitos sobre os modos e a vida humana. Roma e Inglaterra providenciaram os modelos favoritos para os constituintes modernos e Cícero foi de grande inspiração quando ele disse “as leis, que são a única forma possível de governo, medida e garantia da justiça” só podem ser justas e protegidas sobre os pesos e contrapesos de uma república democrática, com dois ramos na legislatura, e um poder executivo eleito.⁶⁹ (SELLERS, 2009, p. 39; ADAMS, 1787, p. I. xvii-xviii)

A busca de Adams em fundamentar seus argumentos políticos em um pensador clássico, reconhecido e valorizado pelos seus pares, serve como forma de legitimação retórica de suas contribuições. Cícero é mais do que apenas uma fonte de conhecimento, é modelo a ser seguido em termos de carreira jurídica e política, já que o americano encontrava no romano um guia para os

⁶⁷ [...] a unified venture in deliberative rhetoric, identifying a particularly crucial problem in American political life and calling Americans to action in response to that problem. (PAYNTER, 1996, p. 532)

⁶⁸ [...] a rigorous re-examination of the Reading and reflection that had formed the political understanding of most of the influential men in the Founding generation. (PAYNTER, 1996, p. 533)

⁶⁹ John Adams described the systems devised by legislators through the ages as “experiments” made on human life and manners. Rome and England provided the favorite models for modern constitution-writers and Cicero the greatest guidance, when he said that “the laws, which are the only possible rule, measure and security of justice” can be just and protected only under the checks and balances of a democratic republic, with two branches in the legislature, and an elected executive power. (SELLERS, 2009, p. 39; ADAMS, 1787, p. I. xvii-xviii)

desafios que se apresentavam, ao mesmo tempo que um desejo por renome (FARRELL, 1989, p. 505) o levavam a trazer Cícero em diversos aspectos de seu cotidiano.

Referências bibliográficas

ADAMS, John. In THOMPSON, C. Bradley. **Revolutionary Writings of John Adams**. Indianapollis: Liberty Fund, 2000.

ADAMS, John. **The defence of the Constitutions of Government of the United States of America**. Philadelphia: Hall and Sellers, 1787.

ARISTÓTELES. **Política**. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BARBOSA, Lydia Marina Fonseca Dias. **As Catilinárias**: tradução e estudo retórico. 2019. Dissertação (Mestrado em Letras Clássicas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

BUTTERFIELD, Lyman H. (org.). **Diary and Autobiography of John Adams**. v. 1-4. Cambridge: Harvard University Press, 1961.

CÍCERO. **De Republica**. Tradução de Juvino Alves Maia Junior. João Pessoa: Ideia, 2016.

FARREL, James M. “Syren Tully” and the Young John Adams. **The Classical Journal**, v. 87, n. 4 (apr.-may 1992a), p. 373-390.

FARREL, James M. New England’s Cicero: John Adams and the Rhetoric of conspiracy. **Proceedings of the Massachusetts Historical Society**, Third Series, v. 104 (1992b), p. 55-72.

FARRELL, James M. John Adams's Autobiography: The Ciceronian Paradigm and the Quest for Fame. **The New England Quarterly**, v. 62, n. 4 (dec. 1989), p. 505-528.

HARTOG, François. **Os antigos, o passado e o presente**. Trad. Sonia Lacerda, Marcos Veneu e José Otávio Guimarães. Brasília: UnB, 2003.

KARNAL, Leandro. **História dos Estados Unidos**: das origens ao século XXI. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2014.

MCCULLOUGH, David. **John Adams**. New York: Simon & Schuster, 2001.

MIROFF, Bruce. John Adams: Merit, Fame, and Political Leadership. **The Journal of Politics**, v. 48, n. 1 (feb. 1986), p. 116-132.

MITCHEL, Thomas N. Roman Republicanism: The Underrated Legacy. **Proceedings of the American Philosophical Society**, v. 145, n. 2 (jun. 2001), p. 127-137.

PAYNTER, John E. The Rhetorical Design of John Adams's "Defence of the Constitutions of... America". **The Review of Politics**, v. 58, n. 3 (summer 1996), pp. 531-560.

PEEK JR, George. A. **Escritos políticos de John Adams**: Seleções representativas. Trad. Leonidas Gontijo Carvalho. São Paulo: Ibrasa, 1964.

PLATÃO. **As Leis** (Tradução de Edson Bini). São Paulo: Edipro, 1999.

_____. **Diálogos** (Seleção de textos de José Américo Motta Pessanha. Tradução José Cavalcante de Souza, Jorge Paleikat e João Cruz Costa). São Paulo: Nova Cultura, 1991.

POCOCK, John G. A. **The Machiavellian moment**: Florentine political thought and the Atlantic republic tradition. New Jersey: Princeton University Press, 1975.

POLÍBIO. **Histories**. Evelyn S. Shuckburgh. Translator. London, New York: Macmillan, 1889. Reprint Bloomington 1962.

REINHOLD, Meyer. The influence of Cicero on John Adams. **Ciceroniana on line**, v. 8, 2015.

RICHARD, C. J. **The Founders and the classics**: Greece, Rome and the American enlightenment. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

ROBATHAN, Dorothy M. John Adams and the Classics. **The New England Quarterly**, v. 19, n. 1 (mar. 1946), p. 91-99.

RYERSON, Richard A. “Like a Hare before the Hunters”: John Adams and the Idea of Republican Monarchy. **Proceedings of the Massachusetts Historical Society**, Third Series, v. 107 (1995), p. 16-29.

SCATOLIN, Adriano. **A invenção no Do Orador de Cícero**: um estudo à luz das Ad Familiares I, 9, 23. 2009. Tese (Doutorado em Letras Clássicas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

DUCK AND COVER (1952): APRENDENDO A SOBREVIVER NA GUERRA FRIA E NA ERA ATÔMICA

Tácito Thadeu Leite Rolim

Doutor em História

Universidade Estadual do Ceará (UECE)

tacito.rolim@uece.br

Se todas as crianças em idade escolar da nação pudessem assistir a explosão de uma bomba-A, isto contribuiria em muito para destruir o medo e a incerteza que agora existe.

Porta-voz da Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos, 1952. *Scientific American*, junho de 1952, p.19.

As destruições causadas às cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki foram horrendas: dezenas de milhares de pessoas foram pulverizadas e outras centenas de milhares sofreram os terríveis efeitos causados pela rajada de vento e pelo deslocamento do ar, assim como os males decorrentes da radiação das explosões das bombas atômicas (ou bombas-A). Algumas semanas após a rendição japonesa, cientistas estadunidenses chegaram às cidades recém-destruídas para ver de perto o dano causado a uma cidade e seus habitantes, vítimas da nova e poderosa arma. Porém, de volta aos Estados Unidos, estes mesmos cientistas amenizaram e encobriram o resultado de suas avaliações: urgia apresentar os fatos à sociedade americana de tal modo que o escabroso espetáculo presenciado nas ainda “quentes” ruas de Hiroshima e Nagasaki tivesse sido causado não tanto pela bomba atômica *per se*, mas pelo desconhecimento de medidas preventivas adequadas no momento da explosão.

A forma como as guerras seriam travadas no futuro mudou a partir daquele início de agosto de 1945. O desabrochar da Era Atômica agregou novos elementos ao xadrez geopolítico e, para o senador democrata Brien McMahon, segundo Rhodes (2005), “a bomba atômica foi o maior evento [da História] desde o nascimento de Cristo”. Os testes atômicos realizados pela Marinha estadunidense no ano seguinte (na chamada Operação *Crossroads*), no Atol de Bikini, mostrariam ao mundo (e principalmente aos russos) que as armas atômicas significariam um excelente instrumento dissuasório e, como tal, não poderia ser abandonada a possibilidade de sua utilização pelo fato de espalhar, no momento e após a explosão, uma grande quantidade de radiação sabidamente nociva aos seres humanos, como ficou demonstrado nas cidades japonesas e a alguns militares estadunidenses que participaram daquela Operação. E mesmo antes, no teste da primeira bomba-A, em Alamogordo,

no dia 16 de julho de 1945, segundo Welsome (2000), o rancho da família Raitliff foi atingido com as partículas radioativas (*fallout*) proveniente do teste. Os cientistas do Projeto Manhattan (aqueles que projetaram, conceberam e construíram a primeira bomba-A), nos meses seguintes, visitaram a família e constataram que o sr. Raitliff queixava-se de “nervosismo, rigidez no peito e de dentição fraca”. A Era Atômica fazia suas primeiras cobaias...

O fato de a União Soviética ter conseguido detonar sua primeira bomba atômica já em 1949 (alguns militares imaginavam que eles precisariam de pelo menos 20 anos para isto) tornou crítico o já então conturbado debate em torno das armas atômicas. O diálogo entre o presidente Harry S. Truman (1945–1953) e o físico teórico Oppenheimer (que participou do projeto da primeira bomba-A), citado por Rhodes (1986), deixa clara a descrença dos americanos:

Truman: “Quando os russos serão capazes de construir a bomba?”
 Oppenheimer: “Eu não sei.”
 Truman: “Eu sei.”
 Oppenheimer: “Quando?”
 Truman: “Nunca.”

Assim, um novo e até então impensável espectro havia baixado nas mentes dos militares, do governo e da sociedade americana. Com o fim do monopólio ocorrendo logo nas mãos dos seus arqui-inimigos, os comunistas soviéticos, o espetáculo assustador presenciado em Hiroshima e Nagasaki poderia agora se repetir em Nova Iorque ou Washington. Alguns anos mais tarde, a adição aos arsenais de uma e outra superpotência das bombas termonucleares (ou bombas-H, centenas de vezes mais poderosas que as bombas-A) ajudaria a recrudescer o medo e angústia associados ao próximo conflito mundial.

E agora, o que fazer? Com o aumento das tensões leste-oeste (a Guerra da Coreia, por exemplo), a próxima guerra mundial parecia inevitável, assim como o uso de armas atômicas. Restou ao governo estadunidense *ensinar e preparar* a população civil para a possibilidade cruel e concreta de ter, pela primeira vez no século XX, a parte continental dos Estados Unidos atacada por uma nação estrangeira (e com uma nova e temível arma). E esta preparação se deu, dentre outras maneiras, através da produção de panfletos, documentários e filmes que apresentavam os “fatos” acerca da energia e das armas atômicas, uma espécie de ABC do que fazer em caso de ataque nuclear. Assim, se para o historiador inglês Edward Palmer Thompson, na década de 80, o caminho para a sobrevivência no mundo repleto de armas nucleares residia no protesto quanto a sua manutenção e utilização (ou, como diria, *Protest and survive*, ou “proteste e sobreviva”), na década de 50 a receita

do governo estadunidense para a sobrevivência no novo cenário estratégico se aproximaria mais de um “aprenda e sobreviva”.

Deste modo, o governo estadunidense tentou impor à sociedade o que Robert Jay Lifton chamou de “normalidade nuclear” (LIFTON, 1989, p. 172), ou seja, “a alegação absurda de que um mundo composto de recursos genocidas que conduzem para a auto-aniquilação total seja um mundo saudável e normal.” Esta percepção persistiria na Guerra Fria ao longo das décadas seguintes, uma vez que “desde a época do aparecimento das armas nucleares, várias contradições e reivindicações, verdades assustadoras e sentimentos de oposição foram emudecidas, por meio de definições impostas de uma normalidade.” Lifton esclareceu ainda que houve várias ondas de “normalidade nuclear”, sendo uma delas, mais recentemente, a da Iniciativa de Defesa Estratégica (ou “Guerra nas Estrelas”), de Ronald Reagan na década de 1980.

Dentro do espírito de que a melhor defesa para um eventual ataque atômico é a educação (o presidente Truman apregoava o *slogan* de que “Educação é a nossa primeira linha de defesa”), muitas escolas públicas e privadas estadunidenses (localizadas em áreas que seriam potenciais alvos no caso de ataque nuclear) realizavam com seus alunos exercícios simulados de ataque aéreo (*air drills*) conhecidos como “atirar-se no chão” (*duck*) ou “ataque covarde” (*sneak attack*). Estes exercícios eram realizados da seguinte forma: em algum momento da aula, sem que fosse dado nenhum aviso anterior, a professora ou professor gritava “Caíam!!!” e as crianças tinham que imediatamente se ajoelhar próximas as suas carteiras (ou embaixo delas) com as mãos protegendo os seus pescoços, interrompendo toda e qualquer atividade que estivessem executando. Em tese, o objetivo de tais exercícios simulados era “preparar” as crianças para a eventualidade de um ataque. Assim, se elas já soubessem o que fazer, isto deixaria todos mais tranquilos. Para se ter uma idéia de que ponto a paranóia atingiu, basta dizer que foi proposto pelo governo estadunidense a utilização de tarjetas de identificação nas crianças (a exemplo daquelas utilizadas pelos cachorros de estimação, ou *dog tags*), de modo que seus corpos pudessem ser identificados posteriormente (ao ataque atômico). Segundo Brown (1988), até abril de 1952, todas as crianças da cidade de Nova Iorque (do jardim de infância à 4ª série) já estavam utilizando as tarjetas de identificação. Outras formas de identificação foram propostas, como a tatuagem, coleta de impressões digitais, marcações no vestuário, identificação de marcas de nascença e de arcada dentária.

E como coroação da percepção do governo estadunidense de que algo precisava ser feito (e de forma sistemática), foi criada, no dia 12 de janeiro de 1952, a *Federal Civil Defense Administration* (FCDA) ou Administração Federal de Defesa Civil, com o intuito de, literalmente, educar o país sobre

como se proteger em caso de ataque inimigo (leia-se, soviético), seja ele nuclear, químico ou biológico. Deste modo, a criação da FCDA mostrou à população estadunidense como um todo que algo estava sendo feito para protegê-la. O presidente Truman, em 9 de janeiro de 1952, sintetizou bem a emergência do momento ao dizer que “Durante o ano de 1951, nós não fizemos progressos adequados na construção de uma defesa civil contra ataque atômico [...] e uma defesa civil inadequada é um convite aberto para uma ataque surpresa [dos russos] [...] é o mesmo que adicionar bombas atômicas ao estoque do inimigo”. (The Bulletin of the Atomic Scientists, 1952, p. 52)

Já em março de 1951, um memorando do Assistente da Presidência estadunidense, Dallas Halverstadt, anunciou que estava em curso a produção e a distribuição de nove filmes oficiais da Defesa Civil que lidavam, diretamente, com a questão de como (melhor) proteger a população da aflição e do pânico presentes naquele conturbado período de “medo e prosperidade”: a produção de filmes de “higiene mental” já era uma prática comum adotada pelo governo estadunidense desde a Segunda Guerra Mundial. Tais filmes buscavam explicar à população de maneira rápida (muitos dos filmes duravam entre 10 e 20 minutos) e direta (em uma linguagem acessível, não técnica), quem eram “Nossos inimigos – os japoneses” [*Our enemies – the japanese, Office of War Information, 1943*] ou ainda “O que é o dinheiro?” [*What is money?, Coronet Instructional Films, 1947*]. Estes filmes foram produzidos por companhias como *Coronet, Centron, Encyclopaedia Britannica Films, Archer Productions*, dentre outras.

Os filmes produzidos no começo da década de 1950 se inserem na paranoia possibilitada pelos primeiros testes atômicos (bomba-A) soviéticos, em 1949, e pelas primeiras detonações de bombas de hidrogênio (bomba-H), em 1952. O Chefe da Divisão de Filmes Cinematográficos da FCDA, Howard R. H. Johnson, juntamente com o Assistente da Presidência, Dallas Halverstadt, realizaram os últimos acertos que definiriam como os filmes seriam distribuídos, assim como os temas que os mesmos abordariam. No total nove títulos foram produzidos e *Duck and cover* (“Atire-se no chão e se cubra”) foi um deles.

Duck and cover foi uma produção da *Archer Productions, Inc.*, uma promissora agência de publicidade com sede em Nova Iorque. O vice-presidente da *Archer*, Leo M. Langlois, foi contactado então para a produção de dois dos nove títulos da lista, sendo o outro *Our cities must fight* (“Nossas cidades devem lutar”). O roteiro do *Duck and cover* foi escrito por Ray J. Mauer e a direção ficou a cargo do diretor Anthony Rizzo. Um dos primeiros problemas enfrentados pela equipe de elaboração do filme foi a adaptação do formato e da linguagem do filme ao seu público-alvo: crianças das escolas públicas e particulares dos Estados Unidos (o título original do filme foi *Civil Defense for Schools* ou

“Defesa Civil para as Escolas”). Assim, de modo a evitar críticas da comunidade escolar (professores, pedagogos etc.), a equipe do filme decidiu contatar a *National Education Administration* (NEA) ou Administração Nacional de Educação de modo a obter deles aprovação e recomendação para a proposta do filme. Entre os dias 21 e 22 de maio de 1951, Langlois e Mauer, acompanhados de representantes do FCDA e do NEA e dezenas de professores e professoras de vários estados do país, se reuniram na capital norte-americana, Washington, D.C. Deste encontro nasceu a linguagem e o formato que a NEA julgou apropriado para um filme daquela natureza.

No entanto, algo muito importante também germinou daquele encontro. Até aquele momento perdurava o título original para o filme (*Civil Defense for Schools*); porém, em um dado instante, a diretora-assistente da escola *The Potomac School*, da cidade de McLean, estado da Virgínia, Helen Seth-Smith, comentou que “Nós temos exercícios simulados de jogar-se no chão e cobrir-se (*duck and cover*) em nossa escola”. Langlois e Mauer, assim como o representante da FCDA, Howard R.H. Johnson, imediatamente captaram na fala da professora o *motto* do filme. Assim, a partir daí, *Duck and cover* foi o título adotado e a senhorita Seth-Smith deu sua contribuição na produção que se tornaria um dos ícones da cultura popular dos Estados Unidos.

De volta ao escritório em Nova Iorque, Mauer começou a trabalhar no conceito do que seria no futuro o protagonista do filme: Bert, a tartaruga. A idéia do réptil serviu de meio para repercutir a idéia do *duck and cover* de modo que as crianças lembrassem do simpático personagem. E quanto ao nome da tartaruga? Em entrevista dada a um *site* da internet [www.conelrad.com], Mauer confidenciou que ele “queria um nome curto e com boas chances de tornar-se memorável, então eu recorri a eufonia. BERT rima com TURTLE, o que deve ter feito Shakespeare vomitar, mas que diabos, funcionou.” O desenho de Bert ficou a cargo de Lars Calonius e os primeiros croquis agradaram os representantes da FCDA.

O filme apresenta algumas peculiaridades com relação aos personagens humanos. Há no filme apenas três deles a quem são atribuídos nomes: Tony (o garoto que pula de sua bicicleta ao perceber o clarão atômico), Paul e Patty (os dois adolescentes que se despedem de sua mãe com um beijo e que mais adiante se atirarão no chão e se cobrirão ao ver o clarão atômico): e estes nomes foram escolhidos por Mauer, pois aqueles eram os nomes dos seus três filhos. O garoto que interpreta Tony é, na realidade, o filho de Leo M. Langlois, Leo “Hitch” Langlois III. Recentemente ele explicou a escolha: “Eu usei meu filho por questões orçamentárias. [risos] Ele tinha a idade certa, tinha a bicicleta, não custaria nada e ele queria fazer isso.” E mais: o funcionário da Defesa Civil que ajuda

Tony a se levantar do chão foi representado por Mauer. “Nunca que eu poderia ter sido um ator”, confidenciou mais tarde.

As gravações do filme começaram em novembro de 1951 e a escola escolhida para servir de cenário ao filme foi a Escola Pública de Astoria, localizada no Queens, em Nova Iorque. Sob o olhar atento do *cameraman* Drummond Drury e sua câmera 35mm, alunos e professores da escola foram utilizados como figurantes no filme e, de todos eles, apenas o professor Vincent Bohan (que aparece logo nos primeiros minutos do filme) foi identificado. Surpreendentemente, todos os outros professores e alunos permaneceram anônimos. Todo o filme gravado por Drury é mudo e há ao longo do filme uma voz que narra os acontecimentos. Como narrador, foi escolhido o ator Robert Middleton, e ele emprestou a *Duck and cover* o tom dramático dos filmes daquela natureza. E no momento final do filme, Bert, a tartaruga, fala aos espectadores, pela primeira e única vez, na voz de Carl Ritchey, ator e um dos principais colaboradores da produtora *Archer*. O *jingle* do filme foi concebido por Leo Carr, Leon Corday e Leo Langlois, enquanto Dave Lambert, músico da produtora, produziu o arranjo em sua forma final para o filme. Milt Mohr, o publicitário da *Archer* trabalhou efusivamente para garantir a divulgação do filme e assegurar que o nome da produtora fosse associado a ele.

Quando finalizado, a primeira mostra pública de *Duck and cover* ocorreu durante um dos mais espetaculares gestos da FCDA no intento de educar e ensinar as pessoas de vários estados do país sobre o que fazer em caso de ataque nuclear: o *Alert America Convoy* ou Comboio América Alerta, lançado em Washington no dia 7 de janeiro de 1952. Composto de três caravanas de 10 carretas e *trailers* que viajaram por todo o país por nove meses, o Comboio levava material impresso, modelos tridimensionais, filmes, cartazes, folhetos informativos produzidos pela Defesa Civil e uma mensagem assustadora, na forma de um cartaz, que convidava as pessoas para assistirem a programação do Comboio: “Não percam... esta mostra pode salvar sua vida!” Segundo estimativas da FCDA, 1.100.000 cidadãos norte-americanos assistiram as mostras do Comboio, com *Duck and cover* sendo muito bem recebido pelos expectadores. E devido à repercussão positiva do filme, no dia 23 de fevereiro de 1952, *Duck and cover* foi exibido por uma emissora de televisão da cidade de Nova Iorque. Em seguida, muitas outras emissoras de todo o país seguiram o exemplo (apresentando o filme como “documentário”), fazendo com que a mensagem do filme atingisse a marca de dezena de milhões de expectadores. E no dia 6 de março de 1952 *Duck and cover* é exibido, pela primeira vez, nas escolas (inicialmente na cidade de Nova Iorque). As crianças reagiram bem à mostra do filme e o classificaram como “muito instrutivo” e “não muito assustador para crianças”. A imprensa, no geral,

repercutiu bem o filme e o *The New York Herald Tribune* sugeriu, em sua edição de 7 de março, que “toda escola o veja”.

E para acompanhar a exibição do filme, a FCDA preparou um guia dirigido aos professores. Nele eram trabalhados alguns temas transversais que poderiam ser objeto de questionamento por parte dos alunos como, por exemplo, os outros efeitos das explosões atômicas e os outros usos da energia atômica. A FCDA acreditava que o filme poderia ajudar os alunos a aprender rápidas e fáceis técnicas de proteção individual no caso de ataque atômico. O guia sugere que o professor assista ao filme antes e o analise, de modo a se familiarizar com seu conteúdo e identificar as cenas mais propensas a dúvidas dos alunos. Na realidade, o guia sugeria que o professor distribuísse panfletos informativos aos alunos, o que serviria para disseminar mais informação oficial acerca das armas atômicas, seus efeitos, da energia atômica, seus usos etc.

Porém, *Duck and cover* não foi uma unanimidade entre o público e algumas entidades como a *Levittown Educational Association* (LEA) ou Associação Educacional de Levittown, Nova Iorque, e os membros do *Committee for the Study of War Tensions in Children* ou Comitê para o Estudo das Tensões de Guerra em Crianças, acusaram o filme de prestar um desserviço às crianças, uma vez que “horripilantes conceitos” eram apresentados a elas. Os que saíram em defesa do filme lembraram que ir contra ele representaria uma posição antiamericana, pró-soviética, uma vez que, no seu entendimento (no caso o de Forrest Corson, porta-voz da Defesa Civil do distrito de Nassau, Nova Iorque), ridicularizar a Defesa Civil é exatamente o que a política comunista apregoava; este era um argumento forte naquele período do McCarthyismo. No entanto, o endosso obtido da NEA bastou para silenciar as críticas quanto à adequação do filme as crianças, assim como o caráter pedagógico do mesmo.

Na década de 1980 foi conduzido um curioso estudo sobre “algumas das questões psicológicas suscitadas pela fantasia de extinção”, especificamente “os exercícios nucleares realizados em 1950 nas escolas por todos os Estados Unidos”. (LIFTON, 1982, p. 209-10) Este estudo foi feito pelo historiador e psicólogo Michael J. Carey em 1982 e publicado na revista *Bulletin of the Atomic Scientists*. Citando a pesquisa de Carey (1982, p. 115-27), Lifton (1989) enfatizou:

Estou certo de que muitos de nós nos lembramos destas estranhas experiências em que o tom predominante era: eis aí a grande e cruel bomba atômica, mas com o *know-how* americano e com cooperação, nós poderemos derrotá-la. A forma de derrotá-la era não olhar pela janela – para que não se ferisse a visão –, pegar algum pedaço de papel e colocá-lo sobre a cabeça como uma proteção contra a precipitação radioativa; se isto não funcionasse, o jeito era se esconder embaixo da mesa. É claro que as crianças eram muito espertas para acreditar nisso, mas sentiam-se confusas. Carey

demonstra que muitas crianças ficavam tomadas pela ansiedade. Um padrão constituído de medo, pesadelos e terror desenvolvia-se desde cedo, seguido por uma espécie de supressão ou entorpecimento em relação a toda esta experiência. Os efeitos geralmente surgiram mais tarde: recorrência de pesadelos e ansiedade com relação a conversas sobre o perigo nuclear [...]

A maioria dos que participaram da concepção, elaboração, produção e distribuição de *Duck and cover* não estão mais vivos hoje, com exceção de Ray J. Mauer, que continua sua carreira como publicitário; e não se sabe ao certo o paradeiro de Drummond Drury e de Milt Mohr. *Duck and cover*, no entanto, está aí: e ao lado de “Cidadão Kane” e “E o vento levou...” ocupa a galeria dos filmes do *Library of Congress’s National Film Registry* ou Registro Nacional de Filmes da Biblioteca do Congresso desde 2004. Este Registro é dedicado aos filmes que marcaram “culturalmente, historicamente e esteticamente” o *American way of life*. O filme, assim, permanece vivo na memória daqueles que viveram os frenéticos e paranoicos anos 50 como uma amostra pulsante daquele período, onde a possibilidade de destruição de toda a humanidade era um fato para ser encarado com exercícios simulados de proteção individual.

Referências bibliográficas

BACZKO, Bronislaw. **Imaginação Social**. In: Enciclopédia Einaudi. Anthropos-Homem, Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. v. 5.

BALL, Howard. **Justice downwind**: America’s atomic testing program in the 1950s. Nova Iorque: Oxford University Press, 1986.

BROWN, JoAnne. “A is for Atom, B is for Bomb”: Civil Defense in American Public Education, 1948-1963. **The Journal of American History**, v. 75, n. 1, p. 68-90, jun. 1988.

CAREY, Michael J. Psychological fallout. **Bulletin of the Atomic Scientists**, p. 20-24, jan. 1982.

FRADKIN, Philip L. **Fallout**: an American nuclear tragedy. Boulder: Johnson Books, 2004.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX 1914-1991. 2 ed. Trad. de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HEIMANN, Jim (org.). **The golden age of advertising** – the 50’s. Colônia: Taschen, 2005.

LIFTON, Robert Jay. **O futuro da imortalidade**: ensaios para uma Era Nuclear. São Paulo: Trajetória Cultural, 1989.

RHODES, Richard. **The making of the atomic bomb**. Nova Iorque: Simon & Schuster, 1986.

THOMPSON, Edward Palmer et al. **Exterminismo e guerra fria**. Trad. de Denise Bottmann. São Paulo: Brasiliense, 1985.

WELLSOME, Eileen. **The plutonium files**: America's secret medical experiments in the cold war. Nova Iorque: Delta, 2000.

ZINN, Howard. **A people's history of the United States**: 1492 – present. Nova Iorque: Perennial, 2003.

Sites pesquisados

www.conelrad.com

www.civildefensemuseum.com

Revistas e periódicos

E-Journal USA: foreign policy agenda. (2005)

Scientific American (1952)

Bulletin of the Atomic Scientists (1952/1982)

The Journal of American History (1988)

LITERATURA E POBREZA NOS ANOS 30: UMA LEITURA DE *PERGUNTE AO PÓ*, DE JOHN FANTE

Lucas Amorim dos Santos

Mestrando em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês

Universidade de São Paulo (USP)

lucasamorim837@gmail.com

Salvo engano, na literatura norte-americana poucos escritores tiveram uma trajetória rumo ao reconhecimento de público e crítica tão peculiarmente conturbada quanto a de John Thomas Fante. Durante a maior parte da vida do autor, seus trabalhos literários permaneceram esquecidos ou engavetados, sem qualquer atenção do cânone ou grande êxito no mercado literário. Sua obra só alcançou o status de “cult” no final de sua carreira e, principalmente, após sua morte em 1983, graças ao esforço de sua esposa e da pequena editora alternativa “Black Sparrow Press”, que trouxe seus escritos à luz do público leitor e propiciou a tradução de seus romances e contos para diversos idiomas (notadamente, já existem edições brasileiras de quase todas as suas obras desde os anos 80 – o poeta Paulo Leminski, por exemplo, foi um de seus tradutores). Nos dias de hoje, no entanto, até onde vejo, a literatura de Fante parece beirar novamente o esquecimento – nos estudos literários e culturais acadêmicos, por exemplo, pouco ou quase nada tem se produzido sobre sua obra no Brasil ou nos Estados Unidos nos últimos anos (o que é de fato uma infelicidade, visto que os temas e problemas abordados em sua prosa ainda são relevantes no tempo presente).

Como estamos numa mesa cujo título é “Intelectuais e Biografias” e a própria obra de Fante tem um forte impulso autobiográfico, talvez seja interessante começarmos a tratar dela com uma breve nota sobre sua vida.

John Fante nasceu no Colorado em 1909. Ele era filho de imigrantes pobres do sul da Itália que vieram para os Estados Unidos tentar a sorte – assim como fizeram outros milhões de homens, mulheres e jovens pobres da Europa e da Ásia no final do século XIX e começo do século XX. Em sua infância e adolescência, Fante recebeu rígida educação católica – e essa herança cultural e religiosa italiana se tornaria um tema presente em sua obra desde o início.

Em 1929, aos vinte anos, Fante muda-se para a Califórnia, decidido a se tornar escritor. Em meio aos piores anos da Depressão que assolava o país, Fante trabalhou, sempre de maneira intermitente e precária, em docas portuárias, pequenos comércios falidos e em fábricas de peixe enlatado (assim como os trabalhadores de John Steinbeck em *Cannery Row*).

Em 1938, seu primeiro romance, *Wait until Spring, Bandini*, é publicado. A obra apresenta pela primeira vez a personagem Arturo Bandini, que, por inúmeras coincidências biográficas, viria a ser considerado o alter-ego do próprio Fante. No ano seguinte, é publicado *Ask the Dust*, o romance que posteriormente foi considerado sua obra-prima e no qual Arturo reaparece. Os dois romances receberam certa atenção de público e crítica, mas sem muito alarde.

Muito abruptamente, porém, a carreira literária de Fante é colocada de lado quando, em 1941, a editora que o publicava teve que fechar as portas devido a um processo legal movido por ninguém menos que Adolf Hitler devido a uma publicação não-autorizada de *Mein Kampf*. O autor casa-se com a poeta Joyce Smart e começa a trabalhar como roteirista para produções hollywoodianas – função que ele exerceria até meados dos anos 1960 com desprezo e frustração, mas que possibilitou-o sustentar os filhos que estavam nascendo. É importante frisar que o recrutamento de romancistas talentosos pela indústria cinematográfica americana foi frequente durante os anos 1940 e 1950, como atestam as experiências de Fitzgerald e Faulkner – autores que Fante conheceu trabalhando nos estúdios.

Após a interrupção do projeto de *It's All True*, de Orson Welles, para o qual Fante escreveria um segmento, e a desistência de escrever um novo romance sobre trabalhadores filipinos, Fante só voltaria a publicar um romance nos anos 50 e um outro nos anos 70 – ambos sem qualquer atenção da crítica. Os anos que se seguiam foram de total esquecimento de suas obras. Fante, bebendo cada vez mais e gradualmente debilitado pela diabetes, parecia ter abortado sua carreira nas letras para sempre. Ao final dos anos 70, o autor perde completamente a visão.

O *plot twist* final de sua carreira viria, porém, no início dos anos 80: a pedido de Charles Bukowski à sua editora, a Black Sparrow Press de Los Angeles, a obra de John Fante volta a ser publicada mais uma vez, após décadas sem reedições. O “velho safado” era fã assumido do autor ítalo-americano; “Fante é meu Deus”, ele dizia. É só neste momento que Fante – e especialmente *Ask the Dust* – finalmente alcançam o reconhecimento que ele tanto almejou em vida, agora sob a rubrica de autor “cult”, como dissemos anteriormente. O autor, no entanto, viveu pouco para desfrutar desse reconhecimento. Com sua saúde se deteriorando cada vez mais, agora com as duas pernas amputadas, Fante dita para sua esposa seu último romance, *Dreams from Bunker Hill* (onde mais uma vez a personagem Arturo Bandini é o protagonista, dessa vez inserido na fútil indústria hollywoodiana, assim como o próprio Fante esteve), que é publicado em 1982. Fante vem a falecer no ano seguinte, aos 73 anos.

Ao todo, publicados em vida ou postumamente, Fante escreveu quatro romances que trazem Arturo Bandini como protagonista. A insistência do autor ao tratar dessa personagem em diferentes obras certamente é um indicativo do projeto literário que Fante tinha em mente de contar sua própria vida em ficção.

É importante frisar, no entanto, que este uso da própria experiência pessoal empírica como material temático de romance não é exclusividade de Fante. Esta prática foi bastante recorrente numa parte significativa da prosa americana dos anos 30 e 40: o crítico cultural americano Michael Denning cunhou o termo “*ghetto pastoral novel*” (romance pastoral de gueto) para categorizar as narrativas que diversos autores de variadas descendências étnicas estavam escrevendo nessa época. Todas essas *ghetto pastoral novels*, de acordo com Denning, trazem fortes lastros autobiográficos e, em geral, têm como tema principal a infância e a adolescência pobre de um protagonista (ou de um grupo de personagens) nos degradados enclaves étnicos dos centros urbanos que abrigavam a classe trabalhadora imigrante da época. Exemplos de narrativas *ghetto pastoral* seriam, segundo Michael Denning, o próprio romance de estreia de Fante, *Wait until Spring, Bandini*, o único romance de Mike Gold, *Jews without Money* (publicado em 1930, que retrata os judeus-americanos pobres do *Lower East Side* de Nova York), a trilogia *Studs Lonigan*, de James T. Farrell (escrita entre 1932 e 1935, que retrata os irlandeses-americanos em Chicago), *Christ in Concrete* (escrito em 1939 por Pietro diDonato, sobre uma família ítalo-americana, que perde a figura paterna num acidente de trabalho), *My Name is Aram* (de 1940, de William Saroyan, sobre um garoto armênio-americano), obras de Richard Wright (sobre afro-americanos, migrantes internos do sul para o norte e oeste do país), entre outros. Esse tipo de romance descrito por Michael Denning foi uma pequena, mas significativa, parcela de uma grande cultura artística hegemônica mais ligada à esquerda que estava surgindo nos anos 30 nos Estados Unidos. (DENNING, 1996)

Ask the Dust, a obra-prima de Fante, no entanto, é um romance de tipologia um pouco diferente de *Wait until Spring, Bandini* – este segundo romance publicado por Fante não trata mais da infância do protagonista Arturo Bandini (como fazia *Wait until Spring*), e sim, de sua vida como jovem adulto.

Em *Ask the Dust*, temos Arturo como o protagonista absoluto e narrador em primeira pessoa. O jovem ítalo-americano (nascido nos EUA, filho de imigrantes italianos, como o próprio Fante era) tem 20 anos neste romance, mora sozinho num hotel decadente na periferia de Los Angeles, e sua ambição de vida é se tornar o grande escritor de sua geração – mesmo tendo somente um conto publicado até aquele momento. Desnecessário dizer, Arturo está absolutamente pobre e sem recursos

– com pouco ou nenhum dinheiro para pagar o aluguel ou se alimentar. Acometido por um precoce bloqueio criativo, ele passa os dias vagando pela cidade, frequenta o submundo noturno dos vencidos e desvalidos pelo sistema e flerta com Camilla Lopez – uma garçonete de origem hispânica – vivendo com ela uma relação de amor e ódio.

Não tanto uma *ghetto pastoral novel*, pode-se argumentar que *Ask the Dust* é um *Künstlerroman* – ou seja, um romance de formação do artista. Aqui, a subjetividade de Bandini – seus desejos, receios, fantasias – invade inteiramente o romance por meio do foco narrativo. O leitor é levado a assistir o processo de maturação de um escritor através das próprias palavras dele.

Em teoria literária, a Personagem (junto com Ação, Tempo, Espaço etc.) é um dos elementos formais constitutivos da prosa de ficção. Em *Ask the Dust*, acredito que a personagem é a instância formal que exprime um processo sócio-histórico real: a entrada do novo “americano étnico” na vida social do país em meio a Depressão.

Vejamos um breve trecho do romance no qual o protagonista, em seu cotidiano rebaixado e repetitivo, entra na biblioteca pública de Los Angeles para vagar entre as estantes:

Um dia e outro dia e o dia anterior e a biblioteca com os grandões nas estantes, o velho Dreiser e o velho Mencken, todos os garotões ali, fui visitá-los, Olá Dreiser, Olá Mencken, Olá, olá: existe um lugar para mim também, e começa com B, na estante do B, Arturo Bandini, abram caminho para Arturo Bandini, o espaço para o seu livro, e eu me sentava à mesa e simplesmente ficava olhando para o lugar onde meu livro estaria, bem ali perto de Arnold Bennett; não era grande coisa aquele Arnold Bennett, mas eu estaria ali como que para valorizar os bês, o velho Arturo Bandini, um dos garotões. (FANTE, 2003, p. 10)

Em linguagem coloquial e direta, temos aqui uma divagação – ou fantasia, sonho acordado – do nosso protagonista. O tom é de quem está à vontade entre os grandes autores. É possível notar como Arturo trata com camaradagem os escritores de quem ele gosta (Theodore Dreiser e H. L. Mencken), como se estes fossem seus melhores amigos, e com desprezo o escritor de quem ele não gosta (o inglês Arnold Bennett). Arturo se imagina igual e/ou superior a eles – o narcisismo é seu traço mais característico. Durante todo o romance, este narrador-protagonista dá sinais do seu egotismo e auto-adoração para o leitor.

Em outro de seus sonhos acordados, o protagonista se imagina entrando em um hotel chique acompanhado de uma bela mulher elegantemente vestida:

Nos registramos no hotel, tomamos coquetéis e dançamos um pouco, tomamos outro coquetel e recitei alguns versos do sânscrito, e o mundo era tão maravilhoso porque

a cada dois minutos uma deslumbrante olhava para mim, o grande autor, e eu não podia deixar de autografar o seu menu, e a garota da raposa-prateada ficava morrendo de ciúmes. (FANTE, 2003, p. 10)

É importante destacar neste trecho que a imagem que Arturo faz da figura do escritor é uma imagem que está intimamente ligada à ideia de prestígio social – e, por extensão, a tudo aquilo que deriva deste prestígio, como o dinheiro, a fama e o reconhecimento, o acesso a espaços privilegiados (o hotel onde eles dançam) e o consumo de mercadorias (os coquetéis que eles bebem, o casaco de pele de raposa que a mulher veste). O escritor, para Arturo Bandini, é aquele que ocupa uma posição social elevada, possuindo capital acumulado e fama.

Durante as primeiras décadas do século XX nos Estados Unidos, a profissionalização da figura do escritor, em especial a do romancista, atingiu níveis até então desconhecidos na história cultural do país. Para uma nação que nunca tinha dispensado grande atenção às artes até aquele momento, vendo-a como instância “improdutiva” ou meramente “decorativa”, o aparecimento das obras de Dreiser, London, Lewis, Hemingway, Fitzgerald e Faulkner (para ficarmos apenas nos nomes mais conhecidos) marcou a firme ascensão da literatura norte-americana à ponta de lança da vida cultural do país (junto com o cinema). Apesar da qualidade de romancistas e poetas americanos como Hawthorne, Melville e Whitman, é inegável que o século XIX americano – por suas próprias particularidades históricas – não testemunhou a mesma avalanche prolífica de escritores, dos mais diversos estilos, que os primeiros anos do novo século fariam surgir, especialmente após a Primeira Guerra. Para se ter uma ideia do novo protagonismo dessa literatura basta lembrar que, em menos de dez anos, três autores americanos receberam o prêmio Nobel de literatura (Sinclair Lewis, em 1930, Eugene O'Neill em 1936 e Pearl S. Buck em 1938).

A indústria editorial americana acompanhou e fomentou essa fecundidade da literatura produzida no país. Ao expandir-se e modificar suas estruturas, o mercado literário se tornou mais complexo e abrangente, atingindo parcelas maiores de leitores ao redor dos Estados Unidos – e também no exterior. Pela primeira vez, a indústria literária americana se via às voltas com a figura venerável do editor, do agente literário intermediando a relação entre escritor e editora, do tradutor que possibilitava a exportação das obras para outros mercados (especialmente o europeu), entre outros profissionais. Datam dessa mesma época a diversificação gráfica dos livros, o surgimento do *paperback* e do livro de bolso (que permitiram o barateamento da produção e da venda de romances), o surgimento de diversas revistas literárias, do *Book-of-the-Month Club*, além dos investimentos estatais durante a Depressão (como o *Federal Writers' Project*) e os *John Reed Clubs*.

A figura da celebridade literária ganha força nesses anos. O autor de *best-sellers* aparece nas colunas sociais das revistas, dá entrevistas, fala no rádio, autografa cópias de livros que sua editora distribui para críticos e resenhistas influentes na tentativa de atrair mais publicidade para suas obras. A imprensa mais banal se interessa em publicar detalhes sobre a vida íntima do escritor (casamentos, viagens, gostos pessoais etc.) – e neste quesito a experiência de Hemingway parece ter sido exemplar, com sua imagem pública esculpida pela mídia ajudando-o a alavancar as vendas de seus livros. (GLASS, 2007)

Arturo é a personagem que almeja se inserir neste badalado mundo profissional da escrita – no trecho do romance citado acima, ele fantasia sua interação com a mulher vestindo pele de raposa como se este momento pudesse ser descrito numa coluna de fofocas de uma revista sobre celebridades. Em várias outras passagens do romance, Bandini se imagina dando entrevistas e sendo abordado por seus fãs.

Portanto, nosso protagonista parece se enxergar, acima de tudo, como *artista*. O próprio nome que Fante dá a ele aponta para essa caracterização (“Arturo”, afinal, ressoa “arte” e “autor”).

Uma questão parece atormentar Bandini: como se tornar um artista, como e sobre o quê escrever, quando você é um escritor inserido num contexto de miséria e precariedade desde a infância, vítima de preconceito e estereotipagem por ser um “carcamano” [*wop*]? Para ele, é urgente adquirir *experiência de vida*. E essa “experiência” vai ser buscada por Bandini no seu flerte com Camilla Lopez.

A relação entre Arturo e Camilla Lopez é um dos pontos altos do romance. É nesta relação que surgirá uma agudização do conflito entre a posição de *escritor* de Bandini e a posição de *trabalhadora* de Camilla.

O romance apresenta Camilla, sobretudo, como *trabalhadora*. Em vários momentos da narrativa, a personagem aparece no seu ambiente de trabalho, servindo mesas, carregando pesadas bandejas de um lado para o outro. Ela também parece estar ciente da estabilidade frágil de seu emprego – conversando com Arturo na rua, fora da lanchonete, ela pede para que ele fale rápido: “Depressa! Eles vão me *demitir*” (p. 45). O cansaço daqueles que vivem do labor também afeta Camilla: numa noite no quarto de Arturo, ela “foi até o espelho e estudou-se gravemente. ‘Estou cansada’, disse, ‘Tivemos uma noite agitada’” (p. 128).

Arturo, ao contrário de Camilla, não parece se enxergar como trabalhador. Ele é prioritariamente, como já foi dito, o *artista*. Para ele, a esfera da arte e a esfera do trabalho estão em

campos opostos, e essa separação (claramente ideológica) das duas esferas mostra-se a grande tragicomédia de sua vida.

Arturo não reconhece o fato de que ele próprio, mesmo sendo um escritor, é também um trabalhador. Para o materialismo cultural e a teoria marxista mais consequente, estas duas posições (escritor e trabalhador) não devem ser entendidas como conflitantes, e sim como posições contíguas. O próprio romance, inclusive, ao mostrar Arturo sentado em frente à máquina de escrever, lutando contra as palavras ou perambulando pelas ruas à noite, buscando inspiração para a sua escrita, acaba evidenciando que o processo criativo de escrita de Arturo é também um trabalho.

Significativamente, o primeiro contato entre Arturo e Camilla é estabelecido não na forma de um trabalhador proletário conhecendo (e reconhecendo-se em) outra trabalhadora proletária, mas sim na forma de interação entre cliente consumidor e uma sujeito trabalhadora: ele vai à lanchonete onde ela trabalha, reclama da qualidade do café que recebeu e se irrita por ter gastado seu último dinheiro com a bebida. Numa escolha de palavras que revela que a imaginação de Arturo está no mundo das nuvens, ele descreve o trabalho de Camilla (seu movimento de ir de mesa em mesa) não como trabalho em si, mas sim como uma *dança*: “[Camilla] Saiu dançando, balançando a bandeja graciosamente, escolhendo o caminho através das mesas [...] A garota movia-se como uma dançarina, suas fortes pernas sedosas juntando pedaços de serragem [...] Agora ela voltava a dançar, deslizando de mesa em mesa com sua bandeja.”

Na relação conturbada de Arturo e Camilla, há dois momentos em que Arturo derrama no chão as bebidas servidas por Camilla de propósito e um episódio no qual Camilla rasga em vários pedaços a revista que contém a única *short story* publicada pelo escritor – portanto, ambos destroem o produto do trabalho um do outro. O relacionamento amoroso entre essas duas personagens é repleto de humilhações e trocas de farpas deste tipo, para não falar nos insultos racistas que os dois trocam (Arturo chama-a de “*spick*” e “*greaser*”; Camilla, por sua vez, o chama de “*dago*”, epíteto racista para tratar dos italianos e ítalo-americanos). A impossibilidade de Arturo e Camilla atingirem um relacionamento harmonioso ao final do romance é sinal de um profundo conflito dentro da classe trabalhadora estadunidense.

Buscando traçar historicamente as razões para o enfraquecimento do poder da classe trabalhadora norte-americana no final do século XX e para a promessa não cumprida de uma revolução socialista nos EUA, Mike Davis afirma que a formação desta classe se deu, paradoxalmente, por meio de sucessivas derrotas e cisões internas:

A crescente proletarização da estrutura social americana não foi acompanhada por uma mútua tendência a homogeneização da classe trabalhadora como coletividade cultural ou política. Estratificações enraizadas em diferentes posições do processo social de trabalho foram reforçadas por profundos antagonismos étnicos, religiosos, raciais e de gênero dentro da classe trabalhadora. Em diferentes períodos, essas divisões se fundiram em hierárquicas internas (por exemplo, “trabalhador nativo+qualificado+protestante” versus “trabalhador imigrante+não-qualificado+católico”) representando um acesso desigual a empregabilidade, consumo, direitos legais e organização sindical. (DAVIS, 1999, p.16, tradução minha)

Ao tratar Camilla com desprezo racista e enxergar na etnicidade dela um “Outro” irremediavelmente diferente do seu “Eu”, Arturo age de forma a perpetuar essa cisão intraclasses dos trabalhadores da qual Davis fala. O jovem escritor, praticante do trabalho mental, joga fora a possibilidade de criar uma aliança mais profunda com a trabalhadora braçal.

Tudo considerado, portanto, é possível afirmar que *Ask the Dust* tem essa intrigante capacidade de figurar a História (com H maiúscula) sem explicitar no texto datas, episódios históricos (o termo “Grande Depressão”, por exemplo, não aparece no romance), nem grandes personagens políticas da época. Algo do tipo parece acontecer também, por exemplo, nas obras de escritores tão díspares como Jane Austen e Franz Kafka, nas quais o leitor pode notar as correntes da história em ação, mesmo que nenhuma palavra seja dita em suas obras sobre o período Regencial na Grã-Bretanha ou a Primeira Guerra no Império Austro-Húngaro. Profundamente histórico, porém sem cair no documental, este romance de Fante consegue a proeza de expor ao leitor a relação entre o sentido da vida e do destino de sua personagem principal e o processo social que o perpassa.

Penso não estar exagerando ao ver em Arturo Bandini aquela “personagem representativa” (ou “típica”) de que fala Georg Lukács. É nesta personagem representativa em que correm e se agudizam as forças motrizes da História. Segundo o crítico marxista:

É indispensável, em toda grande arte, representar os personagens no conjunto de relações que os liga, por toda parte, com a realidade social e com seus grandes problemas. Quanto mais profundamente estas relações forem percebidas, quanto mais múltiplas forem as ligações evidenciadas, tão mais importante se tornará a obra de arte, pois então ela se aproximará mais da verdadeira riqueza da vida. [...] A aptidão dos personagens artísticos a expressar a sua própria concepção do mundo constitui um elemento importante e necessário da reprodução artística da realidade. (LUKÁCS, 1968, p. 167)

O pensar, falar e agir de Arturo exprime suas ligações com o contexto sócio-histórico no qual ele está inserido. Falando sobre Walter Scott – o mestre de sua concepção literária de “realismo” –, o crítico húngaro faz um ponto válido para pensarmos também no protagonista fanteano:

Para ele [*Walter Scott, ou no nosso caso, John Fante*], a caracterização histórica do espaço e do tempo, o “aqui e agora” histórico, é algo muito mais profundo [do que mero registro documental ou pictórico]. Significa o coincidir e o entrelaçar-se – condicionados por uma crise histórica – das crises que se abatem sobre o destino pessoal de uma série de homens. Justamente por isso, a forma de figuração da crise histórica [...], a fratura da nação em partidos beligerantes sempre se mostra nas mais íntimas relações humanas. (LUKÁCS, 2001, p. 58)

A personagem Arturo Bandini é, portanto, a configuração literária da experiência histórica norte-americana do choque entre a) o empobrecimento da economia do país, b) a ideologia do sucesso financeiro do sonho americano e c) a formação de uma classe trabalhadora étnica de segunda geração imigrante.

Para encerrar, gostaria de afirmar que a leitura da obra de John Fante ainda se faz relevante na atualidade. Ainda que o regime capitalista sob o qual vivemos hoje seja diferente do regime capitalista dos anos 30 e 40, certas questões ainda persistem: em qual lado da História, em que posição do espectro social, os filhos de milhares de refugiados árabes e latinos nos EUA de hoje, vão se colocar no futuro? Eles comprarão a ideologia do sucesso material e do individualismo burguês, como faz Arturo, aderindo ao *establishment* e permanecendo cegos à sua própria condição de classe oprimida? Ou usarão suas forças e energias criativas para a construção de uma sociedade mais coletiva, aberta e justa? São essas as perguntas que fazemos ao pó hoje.

Referências bibliográficas

- DAVIS, Mike. **Prisoners of the American Dream**. Londres: Verso, 1999.
- DENNING, Michael. **The Cultural Front: The Laboring of American Culture**. Londres: Verso, 1996.
- FANTE, John. **Pergunte ao Pó**. Trad. Roberto Muggiati. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.
- GLASS, Loren. Markets and “Gatekeepers”. In: STONELEY, Peter; WEINSTEIN, Cindy (org.). **A Concise Companion to American Fiction 1900-1950**. Oxford: Blackwell, 2007, p. 77-93.

LUKÁCS, Georg. A fisionomia intelectual dos personagens artísticos. In: **Marxismo e Teoria da Literatura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 165-214.

_____. **O Romance Histórico**. São Paulo: Boitempo, 2001.